

ARTIGOS : 1986- 2002

Paulo Timm - Economista

Índice –

## Brasília

Brasília : Capital dos Esportes aéreos – Publicado na Revista VIAJAR, Brasília, 1996

CODEPLAN , 35 anos – Publicado na Revista MERCADO EMPRESARIAL, Brasília, nº 01/2001

Brasília , 41 anos – Bsb, abril de 2001

O que há de errado sobre a Representação Política de Brasília – Publicado no Fogo Cerrado ,Bsb, jun.2001

Brasílianas – Bsb, maio de 2001

Brasília , a questão da ocupação territorial – Conferencia feita no CAC, jul 2000

Brasília, 41 anos de indefinição quanto ao seu financiamento – Bsb, 2001

Meio Ambiente no Lago Sul – Relatório de uma experiencia – Brasília, dezembro 1998

Verde que te quero verde. Não publicado

## Economia

1. o Plano Cruzado e o Deficit Público- 1986

2.A questão antitruste na ordem econômica - 1987

3. Real e Realidade - 1994

## Política

A questão agrária – Nota de rodapé – Brasília , 1998

Formação Política – Proposta de Curso para as Eleições de 2002-06-25

Os Partidos Politicos – Brasília, 2000

Direitos Humanos – Imperativo ético ou razão consensual . Seminário apresentado em 2001

Direitos Humanos, estratégia do Sec. XXI – Artigo publicado no Fogo Cerrado, 2000

A verdade sobre os aposentados – Publicado no site [www.mosap.org.br](http://www.mosap.org.br) , fev. 2001

Opção Simples:Lula – eleições 2006

## Internacional

Fidel Castro Populista – Resenha do livro de Florestan Fernandes sobre a Revolução Cubana,1977

Marti e Sarmiento – Discurso Pronunciado como homenagem da turma de formandos Econ.CEUB 1997

Yugoslavia. Publicado no site [www.emtemporeal.com.br](http://www.emtemporeal.com.br) , out.2000

Conflito Arabe x Mundo Arabe – não publicado

Oriente Medio : Fecha-se o cerco ,Publicado no Fogo Cerrado, Bsb, de abril 2002

Tribunal Internacional para Sharon. Brasília, maio de 2002 – não publicado

Os sinais da França . Publicado no site [www.emtemporeal.com.br](http://www.emtemporeal.com.br) , maio de 2001

La propiedad frente a los desafios del desarrollo sustentable – Conferência pronunciada no XXIII Congresso das Camaras de Comércio Hemisférico, Miami, USA 1996

Brasília,/Miami, um inesperado horizonte - 1996

## Diversos

1.Veículo:Bicicleta – Representação feita no MPDFT sobre a questão das bicicletas

2. Liberdade e Igualdade no Trânsito- publicado no Correio Braziliense de.....

### 3. Marketin Cultural de A a Z – Incluído no Projeto Brasília 40 Anos

## 1. BRASÍLIA CAPITAL DOS ESPORTES AÉREOS

*Brasília é uma cidade muito especial, feita do sonho , produto da determinação . Engenho e arte nunca lhe faltaram . Nem ousadia. Oscar Niemeyer, constata, costumava dizer que era a única cidade do mundo que se ligava ao exterior pelos céus . Com efeito a primeira vez que seu criador aqui chegou , JK , foi de avião , e os tempos confirmariam esta visão . o aeroporto de Brasília é o terceiro em movimento de passageiros no País : 400 mil .*

Mas não é apenas pela natureza da obra humana plantada pelos céus que Brasília respira. Também pela pré-destinação assinalada por vários espiritualistas que aqui visualizam um “ponto” especial do planeta . Brasília mística . Sideral . voltada para o que a velha cultura lusitana chamava: “Seus ares”.

Mas a cidade também tem aspectos muito propícios á exploração de seus céus. Tem um horizonte amplo , belíssimo, com um tempo favorável e ensolarado na maior parte do ano. Tem ainda uma paisagem urbana espetacular – Patrimônio cultural da humanidade -, fascinante aos olhos do navegador aéreo. O mesmo se pode dizer quanto as chapadas adjacentes , como a dos Veadeiros , a curta distancia de Brasília . Por todas essas razões , Brasília tem tudo a ser o centro de excelências para os esportes aéreos : Vôo a vela, Asa delta, Balonismo,, Parapente , Aviação Acrobática, etc.

O campeonato Sul-Americano de Balonismo , que se realizara aqui em agosto /setembro próximo reunindo 150 balões e quase mil pessoas da América latina por quase um mês , bem pode ser o ponto de partida para a deflagração desta nova vocação de Brasília.

O governo do DF tem uma oportunidade única para identificar-se com essa dimensão da Capital que só fará reforçar o modelo de desenvolvimento solidário sustentável proposto por Cristovam Buarque. O esporte aéreo consubstancia a imagem de Brasília como uma cidade moderna e livre , ao tempo em que abre um vasto campo para um novo tipo de profissionalismo. Em torno deste papel emergirão cursos atividades de suporte aos equipamentos , fabricação de parte destes equipamentos (quem sabe não podemos cedia a primeira fabrica de dirigíveis na América Latina) grandes competições e outras atividades.

Tudo isso serão motivos para uma atração cada vez maior de turistas e para o aumento de sua permanência, com a elevação dos níveis de gastos per capita. Imagine-se, novamente, o fascínio de um tour em balão ou em dirigível sobre o Lago Paranoá?...

Eis, pois, a oportunidade : APOIAR COM DETERMINAÇÃO O CAMPEONATO SUL-AMERICANO DE BALONISMO , MAS ALÉM DOS ESTRITOS INTERESSES DE MARKETING DO BRB ,

Deflagrando ai a intenção de fazer de Brasília a capital brasileira dos esportes aéreos , onde não faltara o interesse do Ministério da Aeronáutica realizando aqui , brevemente, o primeiro Air Show da América Latina.

Publicado na Revista VIAJAR – Brasília, 1996

## **2.CODEPLAN : 35 ANOS DE AGONIA**

No ano de 1966, meia dúzia, apenas, após a inauguração de Brasília, em meio a um clima tumultuado no país, provocado pelo Ato Institucional número 02, o Presidente CASTELLO BRANCO, criava a COMPANIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN, vinculada à Prefeitura do Distrito Federal. Tudo isto pode, hoje, parecer, muito estranho. Mas, naquela época, era o Governo Federal e o Senado que legislavam sobre o Distrito Federal, então dentro da tradição republicana de inspiração americana, considerado um território neutro, vazado de substância federativa. Mas porque uma Companhia? Planalto Central? E como vincular a região do Planalto com o Governo do Distrito Federal? Ora, muitas destas questões se perdem num país desprovido de memória, como se os signos se consumissem no ato da mera comunicação sem erigir-se em cultura. Salvo algum velho funcionário, estou seguro que ninguém, lá mesmo na CODEPLAN, saberia hoje respondê-las. Sequer formula-las...

Ocorre que quando se decidiu a transferência da capital era grande, ainda, a influência intelectual dos geógrafos nos meios acadêmicos e governamentais. O IBGE era o lugar onde aninhavam-se os cultores deste pensamento fortemente influenciado pelos franceses e ingleses. Eles não falavam muito em “meio ambiente” mas adoravam a expressão “meio” – O homem e o seu meio...- e não se cansavam de inventariar os “recursos naturais”, como o velho Professor Estevam Strauss, falecido recentemente aqui. Pois bem, não era de estranhar que as questões urbanas tivessem aí lugar de referência, onde fervilhavam engenheiros, agrônomos, militares e até médicos famosos como Josué de Castro (A geografia da Fome). Gilberto Freire, mais independente, mas brilhante, tinha um destaque especial. Começava a incorporar a cultura como elemento fundamental do “meio”. E com base nessa compreensão criticava o vies tecnocrático-autoritário da construção de Brasília. Pois bem, e neste contexto que emerge o vulto de Juscelino Kubitschek como Presidente determinado a construir Brasília no Planalto Central sob a égide, pouco ortodoxa, de urbanistas e arquitetos. O Plano Urbanístico de Lúcio Costa, vencedor do concurso da Nova-

capital tinha que ser enfático: A cidade dará origem a uma nova região!. E assim sepultava a inclinação inversa, de que a região do Planalto deveria- antes- ser preparada para a construção de Brasília. Mas ficava um compromisso : não apenas o gesto da transferência significaria um novo olhar para o interior abandonado, mas também de que a tal ato se somariam algumas ações concretas neste sentido. A JK encantava uma expressão tomada de empréstimo de um grande arquiteto americano do começo do século: - Facamos o superfluo, porque o necessario sera feito de qualquer maneira.”

Era o clima para, inaugurada a cidade e consolidada em suas escalas urbanas básicas, se desse o passo subsequente: a organização planejada da região. Esta mesma inspiração prosseguiria na década seguinte – os anos 70 – com a criação , nos I e II PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO do Governo Federal, do Programa da Região Geoeconômica de Brasília. Lamentavelmente, nas últimas duas décadas o desenvolvimento regional foi se transferindo gradualmente das belas e memoráveis páginas da ilustração brasileira para a crônica policial, culminando no escândalo recente da SUDAM. E a Região Geoeconômica de Brasília jamais se constituiu , legalmente, como uma área prioritária do Governo Federal para efeitos de desenvolvimento , tal como o Polígono das Secas e a Amazônia Legal.

A decisão de criar uma empresa pública e não uma sociedade de economia mista ou mesmo uma autarquia residiu mais no espírito da época, bastante influenciado pela abertura do regime de administração direta para outras formas mais flexíveis de intervenção. Não havendo produto final vendável no mercado o modelo tinha que ser mesmo o de empresa financiada exclusivamente pelo poder público, ` a semelhança, talvez, da CODEVASF, que de sua parte, inspirou-se na experiência do Tennessee Valley Administration (TVA,USA).

Finalmente, a vinculação `a Prefeitura do Distrito Federal também parecia lógica. O Distrito Federal era um organismo da administração federal, sujeito , inclusive , a transferências orçamentárias diretas do Tesouro Nacional . Era o instrumento supostamente adequado do próprio Governo Federal para redimir a cidade da mortal ferida provocada no cerrado e na rede de pequenas cidades próximas pela colossal intervenção humana. Lembre-se que no início de Brasília proibiu-se a intervenção direta dos órgãos federais na cidade de forma a evitar a duplicação de esforços públicos. O governo local era a expressão descentralizada do Governo Federal. Um avanço para a época . Brasília pronta- ou aprontada - voltar-se-ia , então,para seu almejado papel como indutora do desenvolvimento regional., homenageando os Inconfidentes, Hypolito Jose da Costa e o dedicado Varnhagen, autor de significativo título no final do século XIX: “A Capital , Marítima ou Interior.” A cidade, como admitia Lúcio Costa, talvez como uma espécie de concessão aos regionalistas, começava a reorganizar a própria região onde se tinha estabelecido . A CODEPLAN seria o centro de produção e tratamento de informações , planejamento e , principalmente,ação pública sobre a escala regional da cidade nova. Tudo, então, pronto para o salto além das dimensões estruturadoras da primeira fase de Brasília: primazia do urbano sobre o regional, hegemonia do físico sobre o cultural, prioridade do superfluo sobre o necessario.

Essas eram as idéias. O plano.

Passados 35 anos descobre-se que Brasília sucumbiu `a sua própria vaidade. Seu governo,` as aspirações mais egoístas da escala urbana. Sucumbiu Brasília, sobretudo, `a vaidade dos mitos que insiste em cultivar.Falo de dois principais: Primeiro, que e uma cidade planejada.(Onde as instituicoes?Onde a intersicplinariedade racionalizadora ?Onde a funcao critica derivada da pesquisa levada a serio dentro do setor publico? Segundo, que promoveu a interiorizacao do desenvolvimento nacional como meta síntese de uma nova era industrial. Não e verdade. Os instrumentos de consolidação da escala regional, a CODEPLAN na década de 60, o Programa da Região Geoeconomica de Brasilia na decada seguinte e outras maquiagens a seguir, como esta malfadada e eleotreira Região Metropolitana de Brasília, falharam. Pior:ao falhar a função indutora do desenvolvimento pela CODEPLAN tentaram transforma-la em órgão de informações e planejamento do próprio Governo local, o que não era sua missão principal., mistificando a questão do planejamento governamental, numa tentativa de convalidar o mito de que Brasilia e cidade planejada. Nunca , nenhum Governo, conseguiu nem isto, apesar do período Roriz 91-94 ter chegado mais longe do que todos ate então. Depois, quando emergiu a informática, acoplaram `a CODEPLAN - institucional e tecnicamente impotente- uma nova função como empresa de processamento de dados. Novamente a tentativa de mistificar a questão do planejamento , agora, sofisticando-o `a luz da informática. Mas como todas as empresas publicas criadas com este fim no Brasil ,na década de 70 , também a CODEPLAN , já sufocada em suas funções de fomento regional e de informação para o planejamento , emaranhava-se nos conflitos de rumos da informática, asfixiando-se, no fim dos anos 90 sob o peso dos pesados equipamentos de grande porte e elevado custo. Em vez de ser a chave da modernização do setor publico a CODEPLAN , mercê da cultura do main-frame e do corporativismo, entrou este processo, atrasando a descentralizacao do processamento de dados no setor publico.Outra função frustrada, como se a própria empresa se vingasse desta forma por lhe terem negado uma existência funcional coerente com seu compromisso originário, do qual Brasília como um todo – governo e sociedade - ainda e devedora: a consolidação da escala regional da cidade. E a instauracao de um efetivo processo institucional de producao , armazenamento, tratamento e disseminacao da informacao como preambulo do conhecimento para a idealizacao da cultura e seus produtos na antecipacao da acao.

PAULO TIMM –

Economista, Idealizador e Coordenador do Programa da Região Geoeconomica de Brasilia,Ex-Presidente do Sindicato e Conselho de Economia do DF, Ex-Diretor da CODEPLAN. Publicado na Revista MERCADO EMPRESARIAL, da Associação Comercial do Distrito Federal nº 01/2001

### 3. BRASILIA: 41 ANOS DE INDEFINICAO QUANTO AO SEU FINANCIAMENTO

O mito , como se sabe, não se subordina ao tempo cronológico. E pouco tem a ver com a realidade. Não obstante , ninguém discute sua necessidade e eficácia social.

Brasília transcendeu sua realidade. Superou-se. E todo o mundo concorda que ela própria transformou-se em mito, com seus ritos e devoções internos. Não é para menos. Afinal, talvez tenha sido o único projeto secular da nação brasileira plenamente realizado. Mas seria um nunca acabar se nos pusessemos a enumerar toda a mitologia sobre Brasília. Tomemos apenas a questão econômica e suas várias implicações no planejamento. E quando mais não seja, como dizia Oscar Wilde, por uma razão simples: “as coisas de que não se fala não existem”. Algo que, ao gosto machadiano, seria como tecer o nada sobre o tecido invisível do tempo...

Brasília , diz o mito , é uma cidade planejada. Eu digo e corro o risco ao fazê-lo: – “Isto é apenas um mito”.

Gilberto Freire já percebia isto, antes mesmo da construção da cidade. Num artigo clássico mas pouco divulgado e menos ainda conhecido (Publicado numa Coletânea intitulada Brasil, Brasília) ele chamava a atenção para os riscos de uma intervenção no Plano Central que não decorresse de uma ampla e planejada interdisciplinaridade. `Aquela época o Mestre de Apicucos era tido como reacionário e pouco se lhe dava importância. Mas ele estava certo. Não houve na construção de Brasília um processo de planejamento com implicações institucionais sobre o seu complexo futuro. Brasília instaurou o primado do urbanismo sobre a geografia e da estética sobre as relações sociais , com a consequente afirmação do físico sobre o social e do superfluo sobre o necessário. Ainda bem, pois do contrário talvez não tivesse sido feita. Isto porém, não exclui o asserção crítica. Muito menos o memorialismo.

Do ponto de vista da experiência brasileira de planejamento regional Brasília foi o contraponto da SUDENE. Lá, o rigor da boa técnica economicista. O diagnóstico correto das causas da pobreza. A receita para a ruptura com este ciclo. Aqui o traçado preciso dos mestres. Em ambos , a presença de gênios como CELSO FURTADO, LUCIO COSTA E OSCAR NIENEYER. Teria que faltar-lhe, até por ojeriza profissional, a dimensão social. Esta ficava implícita nas legiões de candangos que para cá afluíam enquanto a cidade maternal lhes acalentava em carinhoso afago: educação pública e gratuita, universalização do sistema de saúde pública, terras doadas, bons pitutos na administração pública. Ninguém cogitava , salvo o Professor Lucídio Guimarães , da escala produtiva da cidade. E o problema regional ficava sempre para a próxima década frustrando principalmente os goianos que tanto se mobilizaram na campanha mudancista dos anos 50. O planejamento ? Este era apenas o conjunto de recomendações de Lucio Costa sobre as escalas da cidade, logo reduzido a um ortodoxo manual de normas do Código de Edificações. Claro, tudo isto sob o manto protetor do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAUMA) que se fazia passar por órgão de planejamento e, onde aninhava-se uma atitude tão progressista quanto autoritária que acabaria culminando na hipostasia da rigidez na oferta de terras. Economia, finanças públicas, planejamento etc, isto era simplesmente ignorado nos



primeiros 30 anos da cidade, quando , entao ,a realidade, esta massa amorfa com cerca de um milhao de habitantes , comeca a molestar a imagem mitica da cidade sob o impacto da redemocratizacao do pais. Uma voz, levada por uma chuva copiosa há tres anos se destacava em preocupacao: o velho Expedito Quintas, do Correio Braziliense. Ele se indignava: -“Mas como e que vai ficar isto aqui há alguns anos, sem qualquer reflexao sobre o financiamento publico desta cidade”. Foi o único jornalista economico local e que percebia todas estas mazelas da insuficiencia da abordagem economica sobre Brasilia.

Ele tinha razao. Ate hoje a dimensao social de Brasilia esta em segundo plano. Em todos os niveis: governamental, imprensa, politico e ate na academia, alias, muito omissa. A Unb provavelmente ate hoje não ofereca cursos sobre a realidade local .Vejam os , em homenagem a ele a questao do Orcamento da Cidade, objeto de tantos artigos seus..

Este e um capitulo importante no estudo da Economia local. Como se financiam as obras publicas, qual a sua trajetoria, qual a sua especificidade frente a outras unidades da federacao ou municipios? Este financiamento e problematico? Por que?

Em linhas gerais existe , sim, um grave problema de financiamento do setor publico do Distrito Federal. Eh comum, porque derivado do senso comum e não do senso critico, ouvir-se dizer que dependemos da Uniao. Ate os papagaos repetem isso incessantemente. -“Afiml eh ela, a viuva, quem paga as folhas de salarios das areas de seguranga, saude e educacao., “afirmam. E ai sucedem-se Secretarios de Fazenda apertando o cerco na cobranca de impostos enquanto os tecnocratas do Tesouro Nacional renovam ameacas de cortar as torneiras. O ultimo ato do Presidente Collor, alias, constitui-se na revogacao de um Decreto - seu mesmo -, no qual havia um cronograma para a eliminacao das transferencias da Uniao para o GDF. A que ponto não chega um equivoco...? Por sorte foi revogado, porque se chega ao Governo Fernando Henrique estaríamos fritos ...Como fritaram o Rio de Janeiro quando transferiam a capital para Brasilia sem conferir-lhe nenhum mecanismo compensatorio capaz de manter o dinamismo de sua economia e financas publicas.

Mas onde esta o problema fiscal do Distrito Federal?

Como sempre, onde menos se imagina. Esta na Lei. E de ordem institucional, Não economico-financeiro.

Vejam os:

O Governo do Distrito Federal arrecada cerca de tres bilhoes de reais e gasta o dobro. Hoje este numero e um pouco maior. A Uniao cobre a diferenca. Daí a alegada dependencia.

Tal dependencia , porem, e meramente aparente e contabil.

De forma geral, a receita propria de qualquer Estado da federacao se compoe de Impostos Arrecadados mais o montante das chamadas transferencias vinculadas, ou cota parte de cada um deles no produto global da arrecadacao federal de impostos. Tais transferencias tem carater redistributivo, ou seja, ganham mais os Estados que mais necessitam, sendo este coeficiente determinado pelo sua superficie, populacao e inverso da renda percapita. Nada mais justo. Este e o papel da Uniao. Assegurar um desenvolvimento equilibrado entre os Estados membros. Logo, os Estados mais ricos disporao de um coeficiente menor das transferencias vinculadas na composicao de suas receitas proprias, enquanto os Estados mais pobres terao um coeficiente maior. Com isto, em media, estes Estados mais pobres tendem a compor sua Receita Propria da seguinte maneira: 50% originada pela cobranca de impostos e outros 50%, complementares, pela s transferencias da Uniao, que , veja-se, se inscrevem contabilmente nestes Estados como receita propria, eis que tais Estados fazem jus a esta cota parte do produto da arrecadacao federal, não sendo, pois, isto considerado dependencia. O que ocorre com o Distrito Federal? Como se trata de uma cidade-estado, com pequeno territorio, relativamente pequena populacao em termos de unidade federada, e dispoe , ainda por cima de um alto nivel de renda percapita, derivado de sua propria condicao capital, o DF eh pouco aquinhoado pelas transferencias vinculadas, quer oriundas do FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS, quer oriundas do FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS, que acumula. Em consequencia, a Receita Propria reduz-se praticamente aos impostos arrecadados, cujo produto global por habitante nada fica a dever aos outros Estados, demonstrando a relativa eficacia do sistema arrecadador. Daí a necessidade de se criar , via Emenda Constitucional um FUNDO DE PARTICIPACAO DO DISTRITO FEDERAL , correspondente ao FPE e FPM, mas exclusivo do Distrito Federal , com base numa aliquota de cerca de 5% do produto global da arrecadacao federal voltado para o financiamento da Capital da Republica. Isso posto, esvai-se a proclamada dependencia, tornando-se o Distrito Federal uma unidade financeiramente auto-sustentavel. E nada de apertos fiscais ou grandes esforcos de producao para aumentar os impostos. So uma penada... Tal FUNDO DE PARTICIPACAO nada tem a ver com FUNDO DE DESENVOLVIMENTO, tipo FINOR, FINAM ou FUNDO DO CENTRO OESTE, os quais são destinados a investimentos do Setor privado. Este FUNDO –FPDF devera se constituir na cota parte do Distrito Federal no produto da arrecadacao federal convertendo-se, pois, em componente dito vinculado da Receita Propria do Governo do Distrito Federal.

Indagar-se-a o porque deste expediente.

Muito simples:

O Distrito Federal, em primeiro lugar, não eh uma mera unidade do processo federativo. Eh a capital da Republica, lugar simbolico de multiplas determinacoes, inclusive como sede do corpo diplomatico de onde germina uma particular escala internacional inexistente em outros lugares. Eh, ademais, o envoltorio institucional de Brasilia, que também não eh um municipio qualquer no contexto republicano. A transferencia da capital do litoral para o interior do pais correspondeu a realizacao de um anseio secular cuja construcao ainda esta em processo. Brasilia não consolidou sua escala regional, Brasilia ainda padece de uma indefinicao quanto aos papeis que pode

vir a cumprir no conjunto da economia nacional, a própria escala simbólica da cidade que lhe vocacionou como Patrimônio Cultural da Humanidade ainda não se definiu com clareza, a própria condição de sede administrativa está ainda por consumir-se eis que metade dos servidores federais ainda se encontram no Rio de Janeiro. Brasília, enfim, é um projeto federal inconcluso. Portanto, prioritário. O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL é o mecanismo indispensável à conclusão deste Projeto e seu adequado funcionamento daqui por diante. Ou até que a morte nos (os) separe: O DF e a União, Brasília e a nação que a projetou como símbolo de seu engenho e virtude no Século XX.

De resto outros argumentos sustentam a sua criação.

Na sua idealização, Brasília foi pensada como um paradigma da administração pública brasileira, capaz de irradiar procedimentos inovadores para o resto do país. Duas medidas marcavam esta concepção: Nenhum órgão da administração federal deveria atuar no Distrito Federal, que seria ele próprio considerado um agente da União. Em compensação a União repassaria ao governo local os recursos indispensáveis ao controle dos serviços públicos necessários ao seu funcionamento. Com isto a União tentava impedir a reedição em Brasília do fenômeno da federalização de órgãos locais que tanto marcou a vida do Rio de Janeiro congestionando ali a administração federal. Brasília, então, se constituiu no primeiro modelo de descentralização efetiva, assumindo, desde cedo, controle total das áreas de educação, saúde e segurança. Por isto não há em Brasília extrasvaucias como o Colégio Pedro II (federalizado) ou Hospitais do INSS. Ainda nos anos 70 era difícil criar uma representação de órgão federal no DF tal a reação que isto implicava no âmbito dos Ministérios. Lembro-me, por exemplo, para a dificuldade em se criar uma mera Comissão como a COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, a CEPA. Claro que, com o tempo, isto foi mudando, e Brasília acabou reeditando o modelo carioca ao entupir órgãos locais de âmbito federal de gente como, por exemplo, o IBAMA que se dá ao luxo de ter Parques e APAS aqui dentro do quadrilátero quando tem o território todo mais o longo litoral com suas águas territoriais brasileiras, hoje submetidas a saqueio predatório para se preocupar...

Para os que também não sabe, enfim, o Distrito Federal tem um balanço positivo com a União em termos de recursos tributários, ou seja, recebe muito menos do que é aqui arrecadado e ainda por cima tem pouca expressão nos gastos orçamentários da União comparativamente aos Estados membros, aí incluindo recursos dos Bancos Oficiais como Banco do Brasil e BNDES. Tudo, enfim, contrariando a tão decantada “dependência” da União, esta sim, bastante efetiva nos Estados do Norte e Nordeste, o que não constitui, a propósito, desmerecimento para estes Estados.

Enfim, o orçamento do DF é apenas uma das pequenas questões socio-econômicas da complexa vida da cidade que estão a merecer maior reflexão e entendimento. Sua mera apreciação a voo de pássaro, entretanto, evidencia a importância de se instaurar com urgência uma discussão sobre tais temas, não sepultando os mitos mas submetendo-os ao crivo do nosso tempo histórico.

PAULO TIMM – Economista, Ex-Presidente do Sindicato e Conselho de Economia do DF.Ex-Secretario do Meio Ambiente . Brasília, Abril de 2001

#### **4.0 QUE HÁ DE ERRADO COM A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE BRASÍLIA?**

“Que se pode dizer de uma cidade onde um Senador já foi cassado, outro esta para se-lo e o terceiro se diz decapcionado com a politica?” .  
Senador Pedro Simon (PMDB-RS)

Queira-se ou não, a atualidade de Brasília não esta no funcionamento do metro, não esta no aniversario da cidade recém comemorado, não esta na hoje repleta agenda cultural da cidade. Ela esta nas ruas que se indagam o que há de errado com a representação politica da cidade, questionada como acontecimento na forma de problematização popular. Por onde se anda, o desencanto com os politicos em geral, mas em especial da cidade, e aplastrante.

Alguns ,mais apressados, simplificam a questão , remetendo-a para a irresponsabilidade da criação de uma representação politica local na Constituição de 88. Teria sido melhor deixar a cidade nas mãos dos administradores nomeados pelo Governo Federal.

Outros, mais cautelosos ou porque tiveram uma participação direta ou indireta na conquista desta representação ,procuram uma explicação mais convincente. Até porque, levado as ultimas consequências, o desencanto com a politica levaria a sua supressão.VIVA A DITADURA!

Ora, Brasília não e nem pior nem melhor do que qualquer outra cidade brasileira.Sim, cidade! Verdadeira metropole, mas não maior nem mais complexa do que Rio , São Paulo, Mexico ou Santiago do Chile. E uma cidade inteiramente nova, formada por contingentes de migrantes cuja maioria, para melhor sorte de seu destino, foi arrancada dos confins dos mais reconditos sertoes brasileiros onde estavam desprovidos de tudo: de dignidade humana, de esperança, de condições materiais e culturais , de informação e, consequentemente de socialização com a vida nacional. Encontraram tudo isto em Brasília, o que lhes provocou uma verdadeira revolução no campo das vivências pessoais. Mas toda esta grande massa humana esteve fora da historia até chegar aqui.Não participaram nem assimilaram as grandes experiências dos anos 20 e 30, quando as populações urbanas já se movimentavam em aprendizado político. Também estiveram longe das agitações “instrutivas” dos anos 60. Alguns poucos, apenas, as viveram já aqui na nova capital, desde os tempos da construção e são os mais experientes. Mas , de forma geral estiveram fora da sociologia politica da nação . E com um agravante: Quando aqui chegaram encontraram pela frente um colosso impavido, autoritario e provedor. Uma replica urbana do corolenismo , talvez aperfeicoada. Tancredo costumava dizer que Brasília era uma cidade cassada.

Ignorando os liberais como Gilberto Freire, os progressistas, Lucio Costa a frente, esqueceram de inscrever no Plano da cidade sua escala política. Deu no que deu...

Se todo o conhecimento e autoconhecimento, e se ninguém como dizia Lacan e louco porque quer, tampouco e ignorante porque prefere, porque o desconhecimento também e autodesconhecimento.

Brasília só veio a viver a política com uma contingência tardiamente. Nos anos 80. Quando o país inteiro já se havia redemocratizado com as eleições diretas para Governador em 82, os órgãos de repressão ainda reinavam na cidade como se nada tivesse acontecido ou por acontecer. E se iniciou nos movimentos urbanos sob a égide em moda do corporativismo dando uma falsa impressão de que era “uma cidade vermelha”, dominada pelo PT e animada por fortes ressentimentos sociais.

Pura ilusão!

A cidade estava apenas dando seus primeiros passos no processo de socialização política. Se Paris, com mais de 200 anos de revolução e consciência social ainda elege um Prefeito conservador não seriam nos nos trópicos que iríamos inovar...

Brasília estava aprendendo. E aprendendo com as dificuldades naturais de uma população sem antecedentes, sem referências, sem história que lhe pautasse comportamentos mais precisos. Sendo uma cidade nova, submetida a várias camadas de surtos migratórios, marcada pelo apartheid habitacional, era natural que ela se refugiasse nos recantos do corporativismo – religioso, sindical, habitacional, profissional, na ausência de um estuário natural das reivindicações que só a Política assegura. Sempre em expansão frenética, era natural também que sempre colocasse no mercado político uma massa eleitoral desejante de soluções imediatas, pois imensas eram suas necessidades insatisfeitas. Em outros tempos, em outras circunstâncias, foi isto que criou o espaço público para a ascensão do populismo, forma estravagante e odiosa de manipulação das massas na América Latina.

Finalmente, mas não menos importante. Brasília não conquistou sua representação política, muito embora muitos como Lindberg Cury tenham tanto se batido por isto. A própria esquerda local sempre foi mais “nacional”, ou até preferencialmente “internacional”, como dizia o Sobral Pinto de Prestes, do que municipal. Fomos abalroados por uma representação Política que transbordou da Constituinte, sem que tivéssemos, inclusive, discutido melhor sua melhor adequação ao Distrito Federal. Tanto que cometemos a heresia de dar ao DF uma representação no Senado, quando o próprio conceito de distrito federal, herdado da Constituição americana e praticado durante mais de um século e meio e que esta uma área vazada de substância federativa. Quem sabe isto?

Enfim, Brasília, aos olhos e escárnio da nação está pagando seu preço. Elegeram -e talvez ainda eleja durante algum tempo- pessoas que não têm vocação pública para o exercício da política e, pior, cassou, neste processo, muitos que a tinham. Tanto de centro, como conservadores ou mesmo de esquerda. Era uma cidade pré-política,

corporativa. Talvez, agora esteja dando seus primeiros passos na sua verdadeira história.

PAULO TIMM – Economista.Ex Candidato pelo PDT ao Governo do DF.Ex-Secretario do Meio Ambiente ,Ciencia e Tecnologia

Brasilia – Publicado no FOGO CERRADO /BSB ,maio de 2001

## 5. BRASILIANAS...

Da nova capital inaugurada a 21 de abril de 1960, no vertice dos Anos Dourados esperava-se muita coisa: paradigma da administração pública planejada no país, centro de emulação de uma nova mentalidade, polo de indução da valorização do interior brasileiro. Ninguém, entretanto, pensava que Brasília viria, em breve, se constituir numa das maiores metrópoles do país concentrando um poder de compra invejável no mercado nacional. Até mesmo internamente Brasília sempre foi tratada como um projeto estritamente físico, um canteiro de obras que tinha que ser tocado de forma a tornar irreversível o processo da transferência dos poderes públicos. O centro nevrálgico da administração local durante os primeiros trinta anos da cidade foi a NOVACAP, articulando-se, a partir daí com as empresas de serviços públicos como CEB e CAESB. Daí emergiam os “cardeais” da administração candanga, alguns dos quais só não se tornaram políticos porque esta instância estava bloqueada na cidade. Não havia nem Partidos Políticos organizados em Diretorio, nem qualquer forma de representação Política. Planeamento? Isto era assunto para o pessoal da Secretaria de Obras e do CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, o CAUMA, hoje substituído pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. O Plano do Lucio Costa era a bíblia desse pessoal e se impunha como instrumento dominante na gestão da cidade. Quando as pressões demográficas extravasam os limites do Plano Piloto, advinha um clima de tensão. Tanto é assim que o Núcleo Bandeirante, cidade simbólica dos acampamentos que sustentaram a edificação dos primeiros prédios de Brasília teve que resistir com barricadas, o Velho Garcia, da Parano a Implementos Agrícolas à frente, as tentativas de suprimi-lo do mapa só foi fixado, curioso, caso único na história do país, por Lei Federal, para desgosto do Presidente Janio Quadros que detestava Brasília e o Núcleo.... Mas até meados de 70 não havia qualquer ideia sobre como se processar a ocupação ordenada do conjunto do território do Distrito Federal. Ou seja, sequer a nível de desenho urbano, tão caro aos herdeiros do Mestre Lucio, zelosos de seu ofício, havia um esboço sobre o conjunto do quadrilátero. Taguatinga, Ceilandia e Guara até ali criaram-se sob o impulso destas tensões, sempre dirigidas para a criação de núcleos habitacionais que ficassem suficientes distantes do Plano Piloto para não lhe descaracterizar. Foi uma intervenção branca do Governo Federal, através do então poderoso IPEA, então órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos anos Geisel, que impôs um horizonte mais amplo sobre os procedimentos da tecnoburocracia local forçando-a a aceitar a elaboração do que viria a ser o PLANO ESTRUTURAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL- o PEOT, primeiro Plano Diretor do DF., elaborado cuidadosamente pelo Paulo Zimbres e que ficou anos na gaveta do Governador... Naquela época, a pressão demográfica sobre a Capital já era grande,- a taxa de crescimento era de cerca de 7,5% ao ano -e era visível que se o Governo local não encarasse a questão do assentamento deste pessoal o mercado, via loteamento das fazendas lindeiras, principalmente de Goiás, o faria. Como aliás, o fez, criando, pelo extorção da população mais pobre para o denominado Entorno. Mas a obsessão com o “Projeto Cidade” associado ao domínio do processo decisório interno ao Palácio



Burity, fonte exclusiva, monopolica e autoritaria de poder a nivel local, pelos “fisicistas” não permitia a abertura de uma reflexao mais interdisciplinar sobre a natureza dos problemas de Brasilia e seu destino. Curiosamente isto se estendia para o ambito da propria Politica. Brasilia era uma cidade cassada, como dizia Tancredo Neves, mas pouca gente se mexia para mudar esta situacao. Contam-se nos dedos de uma única mão os líderes locais que se empenharam na Luta pela Representacao Politica de Brasilia, sendo de se ressaltar que a propria esquerda local só tardiamente se incorporou com determinacao nesta campanha, vista com desconfianca porque liderada por Lindberg Cury, um empresario.. Por que? Não sei ao certo, mas sou inclinado a pensar que havia um preconceito nas elites locais contra o que classificavam como politica profissional, ou seja, aquela que era exercida no Congresso Nacional. Sinto isto ate hoje quando ouco muitos amigos e gente de peso intelectual afirmar que seria melhor que Braailia não tivesse eleicoes, como se tal condicao não fosse intrinseca a convivencia humana. De qualquer forma , como os servicos publicos funcionavam satisfatoriamente – Brasilia foi talvez a única cidade brasileira que conseguiu a proeza de incorporar via Estado a explosao migratoria que lhe buscava - , resultando em indicadores sociais invejaveis, sempre se desconfiou de que a administracao tecnocratica da cidade faria melhor do a “mão invisível” dos politicos e do mercado. Mas a trama racionalizadora predominante na administracao federal, nos anos 70, era totalmente distinta. Dotada de quadros preparados, com alto poder de fogo e muito recurso a disposicao esta burocracia federal deu-se conta do estava ocorrendo em Brasilia e como exercia uma certa tutela embora difusa e distante sobre ela e procura corrigir seus rumos. Já havia feito isto quando criou a COMPANIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN, por Decreto do Presidente Castelo Branco em 1966, mas , lamentavelmente esta nunca conseguiu se afirmar como um efetivo centro de pesquisa e poder no complexo do Burity. E criara o Programa Especial de Regiao Geoeconomica de Brasilia , no I Plano Nacional de Desenvolvimento de 1970. Agora impunha meio goela abaixo o PEOT e procurava criar uma linha de reflexao sobre a necessidade de um processo de planejamento mais amplo que vislumbrasse um novo horizonte para o Distrito Federal, capaz de suportar, segundo este Plano , cerca de 3,5 milhoes de habitantes dentro de suas fronteias e não apenas os ultrapassados 500.000 idealizados desde o Plano Belcher que demarcou o sitio da nova Capital orientando Lucio Costa. Mas em 1979 um novo Presidente assumia o comando do Pais – Joao Figueiredo – e um amigo intimo era agraciado com o Governo Burity- Lamaison Porto. Isto , por si só já teria amenizado qualquer tensao entre as instancias de poder local e nacional. Mas, na verdade, a ascencao de Figueiredo trazia no proprio nivel federal uma mudanca radical de rumos, ficando o Planejamento entregue a personalidades profissionais totalmente avessas a sua importancia no setor publico? Mario Henrique Simonsen e Delfim Netto. Este ultimo chegou ao ponto de acabar, quando ainda no Ministerio da Agricultura todo o Sistema de Planejamento Agricola da pasta, articulado em torno das Comissoes Estaduais de Planejamento Agricola, que devara dez anos para ser montado. Para Delfim Reforma Agracia, Planejamento e Pesquisa Aplicada era coisa de “economista desempregado”, não hesitando em demitir sob tal alegacao figuras expressivas como Bautista Vidal e Marco Antonio Campos Martins, o único economista teorico do pais .O IPEA foi entao sumariamente desabilitado como orgaos central do sistema de planejamento governamental e do proprio processo decisorio, abandonan-se, concomitantemente todo o conjunto de Politicas Regionais, Urbanas e

Sociais que lhe estavam afetas. Com isto , claro, afastou-se definitivamente a instancia federal dos destinos de Brasilia.

Na verdade, não houve ate agora uma internalizacao da interdisciplinariedade no ambito institucional do Governo do Distrito Federal, pre-dispondo-a a ser pensada como uma grande metropole em movimento, capaz de chegar daque a pouco a um nivel de 5% de participacao no PIB nacional, ou algo em torno de US 50 bilhoes , equivalente e ateh superior ao PIB de muitos paises do continente mas outros fatores contribuíram para disputar-lhe a hegemonia absolutista com que operava processo decisorio : a proprio representacao politica, a abertura da imprensa, a emergencia de uma cronica de cidade qaué ate há pouco praticamente inexistia. Claro que a tradicao de reflexao sobre a dimensao fisica da cidade ainda eh predominante . Basta ver como a cidade reage aos condominios, a proliferacao de assentamentos e outros processos ligados a ocupacao do territorio. No inconsciente coletivo do brasiliense isto aparece sempre como um pecado sobre o qual deve se atribuir a alguem alguma culpa. Poucos – ate entre expressivas liderancas locais – apercebem-se de que o que Brasilia precisa eh abandonar preconceitos e assumir-se na sua condicao cidad~an, o que não exclui respeitar com bom senso a sua natureza contraditoria como sede de governo x local de residencia, a qual se expressa num conjunto de conflitos constantes:nacional x local, civitas x urbs, , capital x municipio , patrimonio cultural x minha aldeia, aspiracoes universais x necessidades corporativas. Bom senso que para Gramsci não era nem o senso comum milenarizado pelos de idolos perversos ao conhecimento que obstaculizam o caminho da verdade, nem talvez o senso filosofico que expressa uma razao que se pretende superior. Apenas uma mediacao para que as aboboras possam se ajeitar melhor no andar da carruagem. Ou, se se conseguir fazer o melhor, evitar, pelo menos , o pior...

Paulo Timm – Economista , Ex-Presidente do Sindicato e Conselho de Economia do DF.Ex Secretario do Meio Ambiente Ciencia e Tecnologia. Brasília, 2001



## 6. BRASÍLIA: A QUESTÃO DAS OCUPAÇÕES

Brasília, todos sabem, foi imaginada como uma cidade de porte médio, em torno de 500 mil habitantes, destinada a funcionar como “o cérebro das mais altas decisões” (JK,) do país. Muitos passos foram dados até que se tivesse definido, com o rigor da mais moderna técnica da época, o lugar exato onde Brasília seria erigida. Dois momentos históricos devem aqui ser lembrados pelas suas repercussões sobre a ocupação de Brasília.

. Primeiro, a ação do Marechal José Pessoa, secretariado pelo jovem médico Ernesto Silva, Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital, criada por Getúlio Vargas em 1953, determinando a realização de estudos aerofotogramétricos sobre uma área de 52 mil quilômetros quadrados no Planalto Central, já outrora escolhida pela chamada Comissão Cruzes para sediar a nova capital no interior do Brasil (1891), para a definição do sítio exato que deveria abrigar Brasília. Os resultados deste estudo, contratado a uma firma americana - DONALD BELCHER ENGENHEIROS -, conhecido como Relatório Belcher foram dados a conhecer no início de 1955 oferecendo cinco alternativas que seriam priorizadas - pelos membros da Comissão - no dia 26 de abril daquele ano - recebendo o denominado Sítio Castanheira, com 5.850 quilômetros quadrados, entre os paralelos 15 graus e 30 minutos e 16 graus e 03 minutos sobre o qual se justapunha o denominado verde (pelas cores que apareciam nos mapas de fotointerpretação) o primeiro lugar pelas suas excepcionais propriedades, assim descritas por Adirson Vasconcelos (A mudança da Capital, Brasília - Senado Federal, Brasília 1978):

*Nos estudos de fotoanálise e de fotointerpretação, Donald Belcher faz, entre outras, as seguintes observações descritivas destes dois sítios:*

*-Castanheira: a fisionomia deste sítio a 25 quilômetros a sudoeste de Palmitina, e primeiramente diferente da dos outros quatro. Seu detalhe topográfico principal é um domo de forma triangular definido pelo Corrego Fundo e Ribeirão Bananal, quando se juntam para formar o Rio Paranoá, que, então, corre no rumo leste para o Rio São Bartolomeu. A colina plana entre esses cursos de água alcança uma elevação de 120 metros e se estende muitos quilômetros para oeste, além da fronteira do sítio. Os fundos dos vales estão a mais ou menos 1000 metros acima do nível do mar...'*

Levando esta decisão sigilosamente ao Presidente Café Filho no sentido de que fosse a área selecionada imediatamente desapropriada, sem o ônus da especulação imobiliária sobre a mesma, desapontou-se José Pessoa com a negativa em fazê-lo do então Presidente em exercício do Brasil. Deslocou-se, então, para o Estado de Goiás na tentativa de obter tal ato de desapropriação do Governador Juca Ludovico.

E aqui se inicia o segundo momento marcante desta fase da história de Brasília.

No dia 30 de abril o General Pessoa reúne-se com o referido Governador de Goiás, Juca Ludovico, o qual, em ato heroico e audacioso, anuncia no mesmo dia, o Decreto Estadual 480, transformado em Lei 1071 no dia seguinte, com a desapropriação da

mencionada area. Tratava-se da Lei mais importante da historia do Estado de Goias e uma das mais importantes da historia do Brasil. Goiás, a partir deste momento, tera uma atitude decisiva para a construcao de Brasilia. Seu Vice-Governador Bernardo Sayao arregaca as mangas e abre a estrada que viria a dar no “Catetinho”, rasgando a primeira pista de pouso na futura capital, ali fincando uma cruz em madeira do cerrado. A nomeacao de uma Comissao Estadual de Cooperacao para a Mudanca da Capital confiada a Altamiro de Moura Pacheco ,a 5 de outubro do mesmo ano completa o gesto e da inicio efetivo as desapropriacoes fazendo os primeiros pagamentos , logo socorridos por uma verba especial de `120 mil cruzeiros da Uniao. Destas, a principal, era a Fazenda Bananal de propriedade de Jorge Peles e Jeronimo Jose da Silva. Em maio de 56 mais cinco fazendas pertencentes a sete condominios, num total de 7.500 alqueires são tambem desapropriadas, a saber: Fazenda Guariroba, Riacho Fundo, Tamandua, Vicente Pires e Taguatinga, que viriam a inspirar os nomes de futuras cidades satelites de Brasilia. Este processo prossegue ate 1958 chegando a assegurar a desapropriacao efetiva de quase duzentas propriedades rurais, cujas escrituras foram lavradas nos Cartorios de Luziania, Planaltina e Formosa. Ainda em 1956, porem, esta Comissao passaria a trabalhar em conjunto com a nova Comissao de Construcao e Mudanca da Capital, presidida pelo Dr. Ernesto Silva. Quando o Presidente Juscelino Kubitschek chega pela primeira vez a Brasilia, os goianos já haviam preparado o terreno. A pista estava pronta, as terras desapropriadas.

Mas , ao mesmo tempo em que a desapropriacao das terras sobre as quais se erigiria Brasilia lhe constitui um momento primordial, resguardado pelo elevado espirito publico de todos os que participaram de seu processo, tem inicio, tambem, um dos principais foc os de tensao na cidade.

Com as terras sob tutela publica, proibidas novas transacoes entre particulares e enfeixando-se todo o processo de urbanizacao no ambito estatal da NOVACAP , segundo a sua Lei de criacao (2874 de 1956), transformou-se a oferta deste bem em poderoso instrumento do poder local. Do ponto de vista financeiro, a venda de lotes ate hoje se constitui em fator decisivo de caixa do Governo, dificultando a abetura de fontes de financiamento mais adequadas ao investimento publico. Do ponto de vista urbano, o assentamento subsidiado a populacoes carentes transformou-se num inequivoco fator de atracao migratoria ao longo de decenios, levando o crescimento demografico a proporcoes inimaginaveis. Brasilia levou apenas 30 anos para chegar a um total de habitantes que São Paulo e Rio de Janeiro levaram tres seculos... Isto, naturalmente desbordou os limites das previsoes iniciais transformando a nova cidade numa magalopolis pouco diferente , em termos globais, das outras capitais brasileiras, com graves problemas de infra-estrutura urbana e inseguranca. Agrava este fato a circunstancia de que o concurso para a construcao de Brasilia limitou-se exclusivamente ao tracado do Plano Piloto da cidade e não a diretrizes para o conjunto do territorio do Distrito Federal . A cidade, no entendimento da epoca, daria origem a regioao. So em fins dos anos 70 e por pressao do Governo Federal , atraves do Programa Especial da Regiao Geoeconomica de Brasilia, viria a ser elaborado e aprovado o I PLANO ESTRUTURAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL- PEOT destinado a orientar a ocupacao de todo o Distrito Federal. Já neste momento, porem, a desapropriacao feita 20 anos antes mostrava-se estreita e insuficiente para impedir a proliferacao de loteamentos extra muros, isto e, na

fronteira goiana de Brasília. Hoje tal processo desordenado de ocupação ultrapassa 1 milhão de habitantes e ameaça a estabilidade urbana da cidade.

Finalmente, mas não menos importante, tal processo de desapropriação e tutela pública, assoberbado pela urgência no assentamento das populações carentes, sobretudo depois dos anos 80, não atentou para as demandas habitacionais da classe média na cidade. Mantendo rígida a oferta de terras para este segmento, enquanto liberava a preços vis ou simplesmente doava os lotes em assentamentos, o poder público omitiu-se diante da abertura de novas áreas de urbanização sob controle privado, nos chamados condomínios, onde os preços dos terrenos passaram a representar uma opção efetiva de moradia para tal segmento. A revolta da Lei que impedia o fracionamento de áreas não submetidas a desapropriação inicial estes condomínios proliferaram tornando-se verdadeiramente irreversíveis. Em muitos casos até terras públicas foram simplesmente griladas por inescrupulosos e vendidas ilícitamente a incautos. A imagem de Brasília como cidade planejada entra, então, em colapso. E o colapso transforma-se no quase caos em que a cidade hoje viceja.

Paulo Timm – Economista, Ex-Presidente do Sindicato e Conselho de Economia, Idealizador e Coordenador Programa da Região Geoeconômica de Brasília (1975-79). Brasília, 2001

## **7.BRASILIA: 41 ANOS DE INDEFINICAO QUANTO AO SEU FINANCIAMENTO**

O mito , como se sabe, não se subordina ao tempo cronológico. E pouco tem a ver com a realidade. Não obstante , ninguém discute sua necessidade e eficácia social.

Brasília transcendeu sua realidade. Superou-se. E todo o mundo concorda que ela própria transformou-se em mito, com seus ritos e devoções internos. Não é para menos. Afinal, talvez tenha sido o único projeto secular da nação brasileira plenamente realizado. Mas seria um nunca acabar se nos pusessemos a enumerar toda a mitologia sobre Brasília. Tomemos apenas a questão econômica e suas várias implicações no planejamento. E quando mais não seja, como dizia Oscar Wilde, por uma razão simples: “as coisas de que não se fala não existem”. Algo que, ao gosto machadiano, seria como tecer o nada sobre o tecido invisível do tempo...

Brasília , diz o mito , é uma cidade planejada. Eu digo e corro o risco ao fazê-lo: – “Isto é apenas um mito”.

Gilberto Freire já percebia isto, antes mesmo da construção da cidade. Num artigo clássico mas pouco divulgado e menos ainda conhecido (Publicado numa Coletânea intitulada Brasil, Brasis Brasília) ele chamava a atenção para os riscos de uma intervenção no Plano Central que não decorresse de uma ampla e planejada interdisciplinaridade. `Aquela época o Mestre de Apicucos era tido como reacionário e pouco se lhe dava importância. Mas ele estava certo. Não houve na construção de Brasília um processo de planejamento com implicações institucionais sobre o seu complexo futuro. Brasília instaurou o primado do urbanismo sobre a geografia e da estética sobre as relações sociais , com a consequente afirmação do físico sobre o social e do superfluo sobre o necessário. Ainda bem, pois do contrário talvez não tivesse sido feita. Isto porém, não exclui o asserção crítica. Muito menos o memorialismo.

Do ponto de vista da experiência brasileira de planejamento regional Brasília foi o contraponto da SUDENE. Lá, o rigor da boa técnica economicista. O diagnóstico correto das causas da pobreza. A receita para a ruptura com este ciclo. Aqui o traçado preciso dos mestres. Em ambos , a presença de gênios como CELSO FURTADO, LUCIO COSTA E OSCAR NIENEYER. Teria que faltar-lhe, até por ojeriza profissional, a dimensão social. Esta ficava implícita nas legiões de candangos que para cá afluíam enquanto a cidade maternal lhes acalentava em carinhoso afago: educação pública e gratuita, universalização do sistema de saúde pública, terras doadas, bons pitutos na administração pública. Ninguém cogitava , salvo o Professor Lucídio Guimarães , da escala produtiva da cidade. E o problema regional ficava sempre para a próxima década frustrando principalmente os goianos que tanto se mobilizaram na campanha mudancista dos anos 50. O planejamento ? Este era apenas o conjunto de recomendações de Lucio Costa sobre as escalas da cidade, logo reduzido a um ortodoxo manual de normas do Código de Edificações. Claro, tudo isto sob o manto protetor do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAUMA) que se fazia passar por

orgão de planejamento e, onde aninhava-se uma atitude tão progressista quanto autoritária que acabaria culminando na hipostasia da rigidez na oferta de terras. Economia, finanças públicas, planejamento etc, isto era simplesmente ignorado nos primeiros 30 anos da cidade, quando, então, a realidade, esta massa amorfa com cerca de um milhão de habitantes, começa a molestar a imagem mítica da cidade sob o impacto da redemocratização do país. Uma voz, levada por uma chuva copiosa há três anos se destacava em preocupação: o velho Expedito Quintas, do Correio Braziliense. Ele se indignava: -“Mas como é que vai ficar isto daqui há alguns anos, sem qualquer reflexão sobre o financiamento público desta cidade”. Foi o único jornalista econômico local e que percebia todas estas mazelas da insuficiência da abordagem econômica sobre Brasília.

Ele tinha razão. Até hoje a dimensão social de Brasília está em segundo plano. Em todos os níveis: governamental, imprensa, político e até na academia, aliás, muito omissa. A Unb provavelmente até hoje não ofereça cursos sobre a realidade local. Vejamos, em homenagem a ele a questão do Orçamento da Cidade, objeto de tantos artigos seus..

Este é um capítulo importante no estudo da Economia local. Como se financiam as obras públicas, qual a sua trajetória, qual a sua especificidade frente a outras unidades da federação ou municípios? Este financiamento é problemático? Por que?

Em linhas gerais existe, sim, um grave problema de financiamento do setor público do Distrito Federal. É comum, porque derivado do senso comum e não do senso crítico, ouvir-se dizer que dependemos da União. Até os papagaios repetem isso incessantemente. -“Afim! É ela, a viúva, quem paga as folhas de salários das áreas de segurança, saúde e educação..”, afirmam. E aí sucedem-se Secretários de Fazenda apertando o cerco na cobrança de impostos enquanto os tecnocratas do Tesouro Nacional renovam ameaças de cortar as torneiras. O último ato do Presidente Collor, aliás, constituiu-se na revogação de um Decreto - seu mesmo -, no qual havia um cronograma para a eliminação das transferências da União para o GDF. A que ponto não chega um equívoco...? Por sorte foi revogado, porque se chega ao Governo Fernando Henrique estaríamos fritos ...Como fritaram o Rio de Janeiro quando transferiam a capital para Brasília sem conferir-lhe nenhum mecanismo compensatório capaz de manter o dinamismo de sua economia e finanças públicas.

Mas onde está o problema fiscal do Distrito Federal?

Como sempre, onde menos se imagina. Está na Lei. É de ordem institucional, Não econômico-financeiro.

Vejamos:

O Governo do Distrito Federal arrecada cerca de três bilhões de reais e gasta o dobro. Hoje este número é um pouco maior. A União cobre a diferença. Daí a alegada dependência.

Tal dependencia , porem, e meramente aparente e contabil.

De forma geral, a receita propria de qualquer Estado da federacao se compoe de Impostos Arrecadados mais o montante das chamadas transferencias vinculadas, ou cota parte de cada um deles no produto global da arrecadacao federal de impostos. Tais transferencias tem carater redistributivo, ou seja, ganham mais os Estados que mais necessitam, sendo este coeficiente determinado pelo sua superficie, populacao e inverso da renda percapita. Nada mais justo. Este e o papel da Uniao. Assegurar um desenvolvimento equilibrado entre os Estados membros. Logo, os Estados mais ricos disporao de um coeficiente menor das transferencias vinculadas na composicao de suas receitas proprias, enquanto os Estados mais pobres terao um coeficiente maior. Com isto, em media, estes Estados mais pobres tendem a compor sua Receita Propria da seguinte maneira: 50% originada pela cobranca de impostos e outros 50%, complementares, pela s transferencias da Uniao, que , veja-se, se inscrevem contabilmente nestes Estados como receita propria, eis que tais Estados fazem jus a esta cota parte do produto da arrecadacao federal, não sendo, pois, isto considerado dependencia. O que ocorre com o Distrito Federal? Como se trata de uma cidade-estado, com pequeno territorio, relativamente pequena populacao em termos de unidade federada, e dispoe , ainda por cima de um alto nivel de renda percapita, derivado de sua propria condicao capital, o DF eh pouco aquinhoado pelas transferencias vinculadas, quer oriundas do FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS, quer oriundas do FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS, que acumula. Em consequencia, a Receita Propria reduz-se praticamente aos impostos arrecadados, cujo produto global por habitante nada fica a dever aos outros Estados, demonstrando a relativa eficacia do sistema arrecadador. Daí a necessidade de se criar , via Emenda Constitucional um FUNDO DE PARTICIPACAO DO DISTRITO FEDERAL , correspondente ao FPE e FPM, mas exclusivo do Distrito Federal , com base numa aliquota de cerca de 5% do produto global da arrecadacao federal voltado para o financiamento da Capital da Republica. Isso posto, esvai-se a proclamada dependencia, tornando-se o Distrito Federal uma unidade financeiramente auto-sustentavel. E nada de apertos fiscais ou grandes esforcos de producao para aumentar os impostos. So uma penada... Tal FUNDO DE PARTICIPACAO nada tem a ver com FUNDO DE DESENVOLVIMENTO, tipo FINOR, FINAM ou FUNDO DO CENTRO OESTE, os quais são destinados a investimentos do Setor privado. Este FUNDO –FPDF devera se constituir na cota parte do Distrito Federal no produto da arrecadacao federal convertendo-se, pois, em componente dito vinculado da Receita Propria do Governo do Distrito Federal.

Indagar-se-a o porque deste expediente.

Muito simples:

O Distrito Federal, em primeiro lugar, não eh uma mera unidade do processo federativo. Eh a capital da Republica, lugar simbolico de multiplas determinacoes, inclusive como sede do corpo diplomatico de onde germina uma particular escala internacional inexistente em outros lugares. Eh, ademais, o envoltorio institucional de Brasilia, que também não eh um municipio qualquer no contexto republicano. A transferencia da capital do litoral para o interior do pais correspondeu a realizacao de



um anseio secular cuja construção ainda está em processo. Brasília não consolidou sua escala regional, Brasília ainda padece de uma indefinição quanto aos papéis que pode vir a cumprir no conjunto da economia nacional, a própria escala simbólica da cidade que lhe vocacionou como Patrimônio Cultural da Humanidade ainda não se definiu com clareza, a própria condição de sede administrativa está ainda por consumir-se eis que metade dos servidores federais ainda se encontram no Rio de Janeiro. Brasília, enfim, é um projeto federal inconcluso. Portanto, prioritário. O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL é o mecanismo indispensável à conclusão deste Projeto e seu adequado funcionamento daqui por diante. Ou até que a morte nos (os) separe: O DF e a União, Brasília é a nação que a projetou como símbolo de seu engenho e virtude no Século XX.

De resto outros argumentos sustentam a sua criação.

Na sua idealização, Brasília foi pensada como um paradigma da administração pública brasileira, capaz de irradiar procedimentos inovadores para o resto do país. Duas medidas marcavam esta concepção: Nenhum órgão da administração federal deveria atuar no Distrito Federal, que seria ele próprio considerado um agente da União. Em compensação a União repassaria ao governo local os recursos indispensáveis ao controle dos serviços públicos necessários ao seu funcionamento. Com isto a União tentava impedir a reedição em Brasília do fenômeno da federalização de órgãos locais que tanto marcou a vida do Rio de Janeiro congestionando ali a administração federal. Brasília, então, se constituiu no primeiro modelo de descentralização efetiva, assumindo, desde cedo, controle total das áreas de educação, saúde e segurança. Por isto não há em Brasília extrasvaâncias como o Colégio Pedro II (federalizado) ou Hospitais do INSS. Ainda nos anos 70 era difícil criar uma representação de órgão federal no DF tal a reação que isto implicava no âmbito dos Ministérios. Lembro-me, por exemplo, para a dificuldade em se criar uma mera Comissão como a COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, a CEPA. Claro que, com o tempo, isto foi mudando, e Brasília acabou reeditando o modelo carioca ao entupir órgãos locais de âmbito federal de gente como, por exemplo, o IBAMA que se dá ao luxo de ter Parques e APAS aqui dentro do quadrilátero quando tem o território todo mais o longo litoral com suas águas territoriais brasileiras, hoje submetidas a saqueio predatório para se preocupar...

Para os que também não sabem, enfim, o Distrito Federal tem um balanço positivo com a União em termos de recursos tributários, ou seja, recebe muito menos do que é aqui arrecadado e ainda por cima tem pouca expressão nos gastos orçamentários da União comparativamente aos Estados membros, aí incluindo recursos dos Bancos Oficiais como Banco do Brasil e BNDES. Tudo, enfim, contrariando a tão decantada “dependência” da União, esta sim, bastante efetiva nos Estados do Norte e Nordeste, o que não constitui, a propósito, desmerecimento para estes Estados.

Enfim, o orçamento do DF é apenas uma das pequenas questões socio-econômicas da complexa vida da cidade que estão a merecer maior reflexão e entendimento. Sua mera apreciação a voo de pássaro, entretanto, evidencia a importância de se instaurar com urgência uma discussão sobre tais temas, não sepultando os mitos mas submetendo-os ao crivo do nosso tempo histórico.

PAULO TIMM – Economista, Ex-Presidente do Sindicato e Conselho de Economia do DF.Ex-Scretario do Meio Ambiente . Brasília, 2001

## **8. MEIO AMBIENTE NO LAGO SUL – SINTESE DE UMA GESTÃO**

Índice-

1. Introdução
2. Lago Sul –Região Administrativa no XVI
3. Gestão Paulo Timm – abril 1997 a abril de 1998
4. Primeiro passo- criação da Comissão de Defesa do Meio Ambiente
5. O projeto do PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL LAGO SUL
6. O projeto do PARQUE DO ANFITEATRO
7. O projeto do PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DOM BOSCO
8. Mudança do caráter da orla do Lago- transformação da ARIE PARANOIA em Parque Ecológico e Vivencial
9. O GERENCIAMENTO COSTEIRO DO LAGO SUL
10. O Plano de Ocupação do BAIRRO LUCIO COSTA SUDESTE

## 1. Introdução

Consiste este trabalho num breve relatório de minhas ações durante o período em que exerci a titularidade da Administração Regional XVI, Lago Sul. Como se sabe, as Administrações não têm qualquer assessoria institucional na defesa do meio ambiente, obrigando o Administrador a procurar o apoio tanto nos órgãos especializados da Administração como junto a comunidade. Durante o ano em que ali estive procurei apoio e sustentação nestes dois âmbitos. Antes que tudo, porém, tratei de criar, com base na Lei Ambiental do Distrito Federal (Lei 41-89) a COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO LAGO SUL – CONDEMA, constituída por pessoas da comunidade e Governo. A partir daí todos os assuntos e processos que afetaram o meio ambiente na região foram e ela submetidos. Outra tentativa de mobilização da comunidade para a questão ambiental na área foi a realização do I FORUM DO MEIO AMBIENTE DO LAGO SUL, o qual, mesmo com participação reduzida da comunidade reuniu durante três dias e conseguiu alinhar, no seu entendimento os principais problemas ambientais na Região Administrativa do Lago Sul. Paralelamente, diversos temas relativos ao meio ambiente foram encaminhados, devendo destacar os esforços junto ao Governador para a criação do GRUPO DE PLANEJAMENTO COSTEIRO DO LAGO PARANOIA, o acompanhamento junto a SEMATEC do processo de demarcação das poligonais dos Parques das Copaibas, na quadra 28 e, Parque Canajerana, na quadra 19, bem como a elaboração de quatro Projetos de Lei relativos a questão ambiental. O primeiro e mais polêmico destes Projetos referiu-se a Orla do Lago Paranoia, entre as duas pontes, as margens das quadras 8 e 10 o segundo, objeto de maior consenso com a comunidade e forças políticas consagrou-se na criação do Parque do Anfiteatro, o terceiro, derivou de uma crítica feita por nós ao Projeto de criação do Bairro Dom Bosco, já praticamente junto a Barragem do Paranoia, que consolidava os Condomínios Villages Alvorada e Lago Sul elevando para dois mil o número de lotes urbanos na área, o que acarretaria o sufocamento da Ermida Dom Bosco, finalmente, o último projeto, transformava a ARIE DO PARANOIA, já fora da jurisdição da RA-VI, mas do outro lado da Barragem do Lago, numa área de lazer e recreação incluída no Projeto ORLA. Esta ampla ação num curto prazo de um ano consistiu num inédito esforço para se fazer, com os recursos disponíveis alguma coisa na esfera ambiental da Administração Regional. Mais importante, talvez, do que tudo isto, consistiu a elaboração, em conjunto com o IPDF, do Plano do Novo Bairro Lucio Costa SUDESTE, voltado a ordenar a ocupação da última fronteira ainda aberta na Região Administrativa, a saber, atrás das quadras 27 e 29. SO conteúdo destas ações e seu processo de implantação estão descritos brevemente a seguir.

## 2. A Administração Regional do Lago Sul

O Lago Sul nasceu no contexto urbano de Brasília como um bairro residencial destinado a proporcionar aos que desejavam um estilo de vida mais tradicional, com uma residência clássica e extensa área verde circundante outra opção de moradia. O Lago Sul, neste sentido, sempre foi um prolongamento diferenciado do

Plano Piloto, diversamente das ditas cidades satélites, hoje denominadas Regiões Administrativas. Era um prolongamento diferenciado da escala residencial. Hoje, com cerca de 30.000 moradores o Lago Sul mantém este caráter. Esta umbilicalmente ligado ao Plano. Sente-se parte de Brasília. Mas cresceu muito, ganhou grande complexidade embora não estivesse, na verdade, preparado para tal processo de ocupação. Valeram, entretanto, as iniciativas feitas no passado e que fizeram com que toda a área do Lago Sul ficasse ambientalmente protegida pelo Instituto da APA DO PARANÓIA, criada já nos idos de 1989, sendo que além disto, cerca de 50% de sua área total ficasse em áreas de preservação permanente, no âmbito do JARDIM BOTANICÓ, FAZENDA DA UNB e RESERVA DO IBGE.

O Plano Diretor Local, que consiste num desdobramento regional do Plano Diretor (PDOT) da cidade deveria corrigir algumas distorções do bairro, dotando-lhe, nos espaços ainda disponíveis de áreas para comércio atacadista, depósitos, lazer e diversões e educação e cultura. So no ano de 1994 o Lago Sul viria a se tornar uma Região Administrativa própria, passando a adquirir algum espírito de autonomia e identidade. Tais processos, entretanto, dependem ainda de tempo para se consolidarem. Até lá, compete-nos ir desenvolvendo as ações que possam contribuir para a aceleração deste processo e seu adequado ordenamento.

### 3. Gestão Paulo Timm-abril 97 a abril 98- Ações no campo ambiental

Minha gestão foi efêmera no Lago Sul e derivada do afastamento do Administrador Abdon Henrique, que foi indicado para administrar Taguatinga. Mas tive a oportunidade de permanecer um ano como titular da RA XVI e durante este tempo pude constatar duas coisas fundamentais. Primeiro, mercê do próprio caráter do bairro, eminentemente de classe média e , talvez das duas primeiras administrações que me antecederam, percebi um afastamento imenso da comunidade. Pude constatar, mais tarde, que não é fácil mudar isto... Segundo, a desqualificação da Administração Regional para desincumbir-se de suas funções., principalmente das funções que dela espera uma comunidade alheia porém exigente, até intolerante. Com estas limitações procurei trazar meus planos de ação e , em especial, meus planos quanto ao planejamento do meio ambiente. Senti-me – e me sinto- sensibilizado pela questão ambiental não só por razões técnicas, mas políticas e até pessoais. Tendo sido Secretário do Meio Ambiente não poderia desviar desta dimensão durante a minha gestão. Assim, procurei municiar-me da colaboração de uma Assessoria , criando imediatamente a CONDEMA DO LAGO SUL, com a participação de algumas lideranças locais expressivas e alguns nomes do Governo do Distrito Federal, como o Delegado do Meio Ambiente e com isso começamos a pensar um conjunto de ações. Daí surgiu a ideia de se fazer o I FORUM DO MEIO AMBIENTE, mobilizando a comunidade, o qual sugeriu-nos levar as questões ambientais para dentro das Escolas da área, onde se iniciou a criação das chamadas CONDEMINHAS, isto [e, comissões de estudantes em cada escola do bairro que seriam apoiadas pela Administração Regional para funcionarem como pontos de apoio da própria CONDEMA OFICIAL. Este processo começou a se organizar e se constituiu a meu ver num dos principais pontos de sustentação de uma política ambiental na região. Depois passamos para a questão dos problemas ambientais e verificamos que o Lago Sul , que margeia o

Lago Paranoa, não tinha qualquer ascendência ou ingerência sobre o que ocorria neste Lago. Verificamos, também, que estando na cabecera da pista do Aeroporto da cidade, também não tinha sobre as decisões referentes a este qualquer informação, para não dizer autoridade. Finalmente, na questão do uso do solo, constatou-se que era generalizado o processo de invasão de áreas públicas, principalmente na orla do Lago Paranoa e que os instrumentos de planejamento do uso do solo na área já estavam obsoletos, face ao rápido processo de ocupação que se verificava na área. Destarte, tratamos um conjunto de ações que se desdobraram na tentativa de criar um controle público mais efetivo sobre o Lago Paranoa, culminando na criação do Grupo de Gerenciamento Costeiro do Lago, na presença da Administração Regional junto a INFRAERO reivindicando mais participação nas decisões relativas ao uso da imensa área que lhe foi atribuída pelo Governo Federal – e sobre a qual tem poderes absolutos e, finalmente, num esforço para definir algumas posições face três questões --I. Prioridade para o interesse público na orla do Lago Paranoa, propondo-se o desdobramento da APA DO PARANOIA, já criada por Lei, em vários Parques Ecológico-Vivenciais II. Definição imediata para a ocupação da última área de expansão urbana ainda disponível, na forma de um Plano a ser elaborado junto com o IPDF e III. Elaboração do Plano Diretor Local, contemplando algumas modificações no plano de ocupação da REXVI, principalmente no tocante à Área do Centro Comercial Gilberto Salomão, a abertura de vias internas ao longo da Estrada Parque Dom Bosco, a criação de amplos espaços públicos ao longo das margens do Lago Paranoa etc. Com este espírito conseguimos produzir algumas destas peças instrumentais que no seu bôjo e consumação trariam uma sensível elevação da qualidade de vida do Lago Sul

### 3. A CONDEMA

A Lei Ambiental sabiamente criou, junto às Administrações Regionais, um instrumento de assessoramento informal- As Comissões Regionais de Defesa Ambiental-CONDEMAS. A CONDEMA é composta por 12 membros, instituídos por Ato próprio do Administrador, sendo a metade composta por representantes legalmente constituídos das entidades comunitárias da área. Lamentavelmente, este tipo de instrumento extremamente valioso para a questão ambiental não tem sido devidamente constituído, nem tem conseguido entregar ao administrador público o que a legislação ambiental previu. Não obstante, tão logo cheguei à RAXVI constituí a CONDEMA DO LAGO SUL, passando a reuni-la ordinariamente e entregando-lhe funções relevantes, até mesmo na elaboração de pareceres em processos em tramitação na Administração que tivessem algum impacto no meio ambiente local. A experiência da CONDEMA LAGO SUL foi breve, durou enquanto eu exerci sua Presidência, mas extremamente alvissareira. Ela organizou o I FORUM DO MEIO AMBIENTE DO LAGO, que logrou debater os problemas ambientais da região e formular uma Carta Final, vazada nos seguintes termos em anexo a este trabalho-Como resultado maior da organização da CONDEMA ela sugeriu a criação dos chamados CONDEMINHA, que seriam COMISSÕES DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, no âmbito das Escolas.

### 5. A controvérsia do uso das margens do Lago Paranoa – o PARQUE LAGO SUL

Desde que não havia problemas de espaço vital em Brasília e que o uso do próprio Lago Paranoá e suas margens era desaconselhado, quando não sumariamente proibido pelo Governo do Distrito Federal, os moradores das denominadas pontas de picolé, tanto no Lago Sul como no Lago Norte, foram estendendo seus domínios até as margens do Lago. Com o tempo isto se transformou num amplo e generalizado processo de privatização das margens do Paranoá pelos proprietários destes lotes ribeirinhos. Grande parte destas áreas foram cercadas e algumas, contrariando o código de edificação, até objeto de suntuosas obras, como do Sr. WALMIR AMARAL, na QL8 CONJUNTO L CASA 19.. Toda vez que o poder público, mesmo respaldado em lei, tentava recuperar estas áreas os moradores, todos influentes e ricos proprietários, o impediam, por todas as formas, mais das vezes políticas. Não obstante, era o imperativo da Lei e a própria redefinição quanto ao papel do Lago Paranoá no desdobramento urbano de Brasília que estava a exigir uma retomada destas áreas pelo poder público. E, como sempre, faltava, apenas, um leitmotiv para que isto se acontecesse. E ele emergiu com o Projeto do Pontão. A ocupação da área do Pontão do Lago Sul pela empresa vencedora do Projeto ORLA número 11, (EMSA) expulsou da área um conjunto de cerca de 19 quiosqueiros que ali estavam alojados numa Feira de Artesanato ARTLAGO, desde o início de 1992, Não tendo para onde ir, tais quiosqueiros alojaram-se provisoriamente – ainda estão lá até hoje- do outro lado da rua, junto ao conhecido Bosque de Eucaliptos. Ora, tratava-se de dar a eles, que ali, estavam amparados pela Lei, um outro lugar onde pudessem reerguer a sua ARTLAGO. E o lugar escolhido pela Administração, com o apoio do CONDEMA, foi justamente aquele onde estavam, sendo que seria interessante aproveitar o fato para se definir um uso adequado para toda a área situada entre as duas pontes. Elaborou-se, então um Projeto de Lei, a ser enviado ao Governador e daí, com seu aval a Câmara Distrital. Criando entre as duas pontes o PARQUE ECOLÓGICO VIVENCIAL DO LAGO SUL, destinado a proporcionar à população de Brasília um lazer adequado às margens do Lago. Foi o que bastou para incendiar os ânimos dos moradores que se sentiram ameaçados pelo projeto na sua segurança, privacidade e qualidade de vida. Inconformados, criaram rapidamente uma Associação de Moradores das QL8-10 repudiando a instalação na sua vizinhança da ARTLAGO e de qualquer outra iniciativa que pudesse trazer gente e supostamente barulho, algazarra, etc para a proximidade de suas casas. Elaboraram, então um Projeto de Lei criando naquela área uma ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO, a qual acabaria derrotando a proposta governamental nascida na nossa Administração. Curioso observar como, em certas circunstâncias, a questão ambiental emerge e se conforma como veículo de defesa de interesses que nada tem de ambiental, mas meramente social. A criação da ARIE naquela parte da cidade não encontra qualquer respaldo técnico, tendo sido vetada pelos órgãos e movimento ambiental da cidade, mas acabou se constituindo por razões meramente políticas, de defesa de privilégios de uma minoria residente nas pontas de picolé.

## 6.O Parque do Anfiteatro

A criação do Parque do Anfiteatro, na vasta área pública situada entre as quadras 12 e 14, onde se situa um morrete artificial usado por jovens praticantes de asa delta, obedeceu os mesmos critérios já assinalados. Abrir a orla do Lago Paranoá ao usufruto

da comunidade evitando sua apropriação exclusiva pelos proprietários de pontas de picola. Constituindo de áreas públicas [e lícito que sejam entregues ao público. Desta forma, já no ano de 1996 o assunto fora abordado nas reuniões comunitárias do Orçamento Participativo, recebendo, ali, amplo apoio e até mesmo alguns recursos. Restava-nos elaborar o Projeto e enviá-lo, através do Palácio, à apreciação dos deputados distritais. Com efeito, tendo o Projeto recebido o apoio do Governador Cristovam Buarque foi o mesmo distribuído ao Deputado Cafu que o apresentou e obteve aprovação. Aqui a resistência dos moradores foi um pouco menor por duas razões. A primeira, a Associação de Moradores da QL 12, vizinha ao Parque, liderada pelo Dr. Paulo Castello Branco, aprovou o Projeto, como viria a aprovar, também, o Projeto criando outro Parque Ecológico Vivencial, do outro lado desta Quadra 12, em direção ao Pontão. Segundo, porque nenhum morador havia, nesta área, ocupado a margem do Lago Paranoá, ela estava virtualmente disponível. Assim foi mais fácil obter a aprovação do Projeto, hoje consagrado como uma das áreas de grande afluição de público jovem no Lago Sul, com seus barcos, jet skis, asas delta etc.

## 7. O Parque Ecológico Vivencial Dom Bosco

A criação do novo Bairro Dom Bosco, anunciada pelo Governo em meados dos anos 1997, foi veementemente criticada pela Oposição na Câmara Distrital chamando –nossa atenção para o seu conteúdo. Verificamos, com surpresa que o Projeto do Bairro Dom Bosco, elaborado pela TERRACAP não havia sido submetido à Administração Regional e que previa 2000 lotes residenciais numa grande área englobando os atuais Condomínios Villages Alvorada e Lago Sul, ambos perto da Ermida Dom Bosco. Constatamos, também, que uma vasta área, ainda coberta por vegetação nativa do cerrado, junto à Ermida e circundando as áreas especiais onde se situam várias instituições religiosas seriam destinadas a atividades comerciais. Isso posto, expressamos oficialmente nossa oposição ao Projeto na forma como ele estava redigido e convidamos o Governador C.B. para um encontro com a comunidade para melhor conhecer o assunto. Preparamos, então, o Projeto de Lei criando o Parque Ecológico Vivencial Dom Bosco, com um croqui aproximado de onde deveria estar alocado, e o levamos a este histórico encontro realizado na Fundação Israel Pinheiro em fins de 97, ocasião em que se inaugurou a iluminação de toda a via que vai da EPDB até a Ermida Dom Bosco e Condomínio Villages Alvorada. Inseguro, a princípio, foi o Governador sentindo o imenso apoio da comunidade ao Projeto vindo, desta forma a encampá-lo e aprova-lo, finalmente, no dia 6 de junho de 1998. Estava salva uma ampla e magestosa área do cerrado para o lazer e recreação da comunidade em harmonia, naturalmente, com os interesses ambientais preservacionistas supostos pela APA DO PARANOÁ.

## 8. PARQUE DO PARANOÁ.

No outro lado da Barragem do Lago Paranoá, já na Região Administrativa do Lago Norte, existe uma pequena área cheia de encostas desde cedo preservada da expansão urbana, da área de Mansões do Lago Norte e, afinal, no Governo José Aparecido, transformada em Área de Relevante Interesse Ecológico, com o objetivo de preservar, precisamente as encostas ali existentes. Justificava-se. Naquela época ali havia uma invasão em rápido processo de expansão que ameaçava chegar às margens da



barragem. Com o tempo, porém, tanto esta ameaça desapareceu, com a fixação desta invasão na forma de um projeto urbanístico bem delineado um pouco mais acima, como o próprio Lago passou a ser visto de uma forma muito distinta. Hoje o Lago Paranoá cumpre um papel de redefinir o processo de urbanização e de qualidade de vida de Brasília, sendo sua preservação objeto de outro tipo de ações como construção de usinas de tratamento de esgotos, gestão planejada, formação de comitê de micro bacia etc. Assim, tornou-se obsoleto o uso da ARIE como instrumento de preservação do Lago. Hoje o instrumento mais adequado é o PARQUE VIVENCIAL. Assim, nasceu o Projeto de transformação da ARIE DO PARANOÁ em PARQUE PARANOÁ, ainda sob apreciação da Câmara Distrital, a partir de um ante-projeto de lei elaborado pela RA-XVI

## 9. O GRUPO DE GERENCIAMENTO *COSTEIRO* DO LAGO PARANOÁ

Enquanto os vários projetos voltados a redefinição da orla do Lago iam sendo concebidos, discutidos na CONDEMA e levados a consideração superior, outras questões ambientais iam sendo tratadas. Releva, aqui, o amadurecimento da gestão do Lago Paranoá. Como se sabe, o Lago foi sempre interditado. Durante toda a história de Brasília houve sempre uma espécie de super-proteção do Paranoá. Nada se podia fazer na sua orla. Considerava-se um risco ocupá-la. Jamais qualquer atividade, além dos clubes, foi ali incentivada pelo Governo. Entendia-se, também, que o lago estava a montante do futuro reservatório do Rio São Bartolomeu, espécie de reserva estratégica para abastecimento de água da cidade, não sendo conveniente seu aproveitamento para fins econômicos. Apenas os bairros elegantes dos Lagos Norte e Sul, com baixa densidade demográfica foram ali autorizados. Com o tempo, porém, várias coisas vieram a mudar este conceito rígido de preservação do Lago Paranoá. De um lado, os fatos concretos que concorreram para sua degradação, verdadeiramente crítica no final da década de oitenta, quando a cidade virtualmente, *fedeu*... A densidade demográfica na sua micro bacia havia se elevado assustadoramente sem que qualquer cuidado fosse tomado, como, por exemplo, construção das redes de canalização e tratamento dos esgotos dos Lagos Sul e Norte. As próprias redes pluviais do Plano Piloto estavam saturadas de ligações clandestinas de esgotos de hotéis, clubes, bares e restaurantes, que desaguavam diretamente no Lago. Já nesta época era visível, também, a proliferação de condomínios irregulares, dentre os quais um, o Villages Alvorada, ao lado da Ermida Dom Bosco. Outros duzentos ou trezentos proliferavam nas bordas do futuro Lago São Bartolomeu, até mesmo dentro de sua lâmina d'água, levando a incerteza quanto a sua viabilidade. Outro fator, porém, viria a afetar esta concepção conservacionista do Lago. A realização da Eco-92, no Rio de Janeiro, redefiniu os conceitos básicos que norteavam a consciência ambiental levando a cunhagem de um novo termo que viria a flexibilizá-lo- eco-desenvolvimento. Não é este o momento para falarmos sobre esta verdadeira revolução conceitual que animaria a própria UNESCO a impulsionar o reconhecimento das chamadas RESERVAS DE BIOSFERA, onde o CERRADO, hoje ocupa importante lugar. Mas ressalte-se que isto modificou no mundo inteiro algumas concepções levando a que entendimentos rígidos cedessem lugar ao reconhecimento da necessidade de combinar conservação com aproveitamento econômico dos recursos naturais, sob a égide do controle planejado. Estes dois fatores combinados com o esgotamento do modelo de crescimento de Brasília com base na construção civil levou a revisão do papel do Lago Paranoá na vida da cidade. Isto

cristalizou-se no PROJETO ORLA, conjunto de projetos de aproveitamento economico da orla do Lago com vistas a ampliacao de oportunidades novas de emprego, renda , arrecadacao fiscal e recreacao no Distrito Federal. O Lago, de interdito, passou a inspirador do desenvolvimento de Brasília. Associado ao crescimento da cidade nos ultimos anos e a disseminacao dos esportes aquaticos ele passou a ser intensamente ocupado, principalmente nos fins de semana, levando a necessidade de um Plano de Gerenciamento que orientasse adequadamente este processo de forma a evitar congestionamentos e acidentes, o que alias já vinha ocorrendo . Tal ideia esta contemplada no Regulamento do Trafego Maritimo, Lei Federal que regula o uso das areas marinhas e ribeirinhas no pais, tendo, inclusive sido veementemente solicitada pela Capitania dos Portos da Regiao. Como jamais o Lago fora intensamente usado , jamais houvera uma preocupacao institucional quanto a sua gestao. Rigorosamente isto inexistiu ate hoje. A CAESB , empresa publica local de abastecimento e saneamento exerce, mais por tradicao do que por competencia legal, uma certa reitoria sobre o Lago, tratando do excesso de algas e limpando-o esporadicamente. A Regiao Administrativa de Brasília, teoricamente estende sua jurisdicao sobre toda a lamina do Lago, sendo ali responsavel pela fiscalizacao de posturas e obras publicas. Mas carece de interesse sobre a area. Havia , portanto, uma lacuna institucional sobre o Lago Paranoa precisamente no momento em que se intensificava seu uso. Adveio, entao, gracias a nossa presenca as reunioes do Conselho Consultivo da Capitania dos Portos elaborar uma minuta de Projeto de criacao de um GRUPO DE GERENCIAMENTO COSTEIRO do LAGO PARANOIA, sob a coordenacao da SUCAR, orgaos de supervisao das Administracoes Regionais no ambito do GDF, visto haver tres Administracoes, ou quatro se considerarmos tambem o Paranoa ali envolvidas, a do Plano Piloto, do Lago Sul e do Lago Norte. Apreciado e aprovado tal Decreto, anexo, passou ele a se constituir na primeira acao institucional ampla com vistas a ordenacao das atividades exercidas no Lago Paranoa. Com cerca de um ano de funcionamento este GRUPO já teve oportunidade de propor um zoneamento para as atividades desportivas ali praticadas, esperando que, no futuro proximo, venha a assenhorear-se da problematica mais ampla do Lago Paranoa propondo diretrizes e acoes concretas com vistas a sua ocupacao ordenada.

## 10.O PLANO DE OCUPACAO DO BAIRRO LUCIO COSTA SUDESTE.

O Lago Sul, como vimos, foi se transformando, ao longo dos desdobramentos urbanos de Brasília, de um pacato bairro residencial numa verdadeira e complexa cidade com cerca de 30.000 moradores , hoje, mais os que ali trabalham, cerca de duas vezes este numero , ai incluidos os servidores domesticos , os de comercio e os do Aeroporto, e mais ainda os que por ali transitam , vale dizer, toda a populacao do Paranoa e São Sebastiao, alem dos Condominios situados na Estrada Parque Contorno –EPC – DF001.. Sendo ainda um bairro de renda mais elevada, com varias mansoes com elevado indice de area construida e grandes areas interna verdes o Lago Sul transformou-se num lugar privilegiado para varios tipos de comercio. Inumeras residencias transformaram-se em escritorios, restaurantes , quando não em *Mansoes de Festas* , que chegam a receber dois mil convidados num único dia. Isto não era compativel com a moldura provinciana do Lago Sul, levando, inclusive a varios choques com a pacata populacao residente. Tudo isto foi ocorrendo ao sabor dos

acontecimentos, sob a pressão do crescimento da cidade. Não obstante, dentro do próprio Lago Sul havia uma ampla área, atrás das quadras 25, 27 e 29 ainda desocupada. Até nossa gestão a Frente da Administração nenhuma ação fora concertada quanto à ocupação desta área em virtude de que a mesma se encontrava *sub judice*, numa acirrada disputa entre TERRACAP e alguns empresários privados. Nosso entendimento, porém, foi de que mesmo diante desta disputa já havia uma predestinação legal no PDOT sobre esta área como área de consolidação urbana, exigindo o imediato detalhamento desta vocação na forma de um plano de ocupação, que futuramente viria a ser incorporado ao PLANO DIRETOR LOCAL, PDL LAGO SUL/ AI[em do mais, existia sobre esta área de mais de 1 milhão de metros quadrados uma disputa entre moradores do Lago e moradores dos Condomínios, os quais há tempos faziam uso de uma servidão que lhes trespassava da DF001 até a Quadra 27 como acesso à Estrada Parque Dom Bosco, EPDB, via principal do Lago Sul. Tal disputa culminou na aprovação de um Projeto de Lei do Deputado Geraldo Magela determinando a transformação desta servidão de terra batida em via interna. Ora, como tornar definitivo um acesso fortuito, precário e irracional, sem qualquer plano de ocupação global de toda a área? Era lógico que deveria haver um plano de ocupação, com destinação de vocações e usos, simultânea ao traçado das vias de interligação e escoamento de toda esta área. Portanto, era imperativa a elaboração do PLANO DO BAIRRO LUCIO COSTA SUDESTE o qual deveria, concomitantemente tratar de equacionar alguns problemas cruciais do bairro, de forma a evitar o acúmulo de tensões. Por último, justificando o Plano, estava a construção da Terceira Ponte, hoje denominada PONTE JK, a qual estava a apontar um conjunto de obras de infraestrutura indispensáveis à sua articulação com os condomínios. Ora, uma destas articulações era justamente através da área do Bairro Sudeste. Nada mais podia impedir o avanço do processo de ocupação ordenada da área, tarefa a qual se dedicaram o IPDF e a RA XVI, com o apoio dos deputados envolvidos mais diretamente com o assunto e demais órgãos do Governo do Distrito Federal. O Plano, então, foi elaborado conjuntamente pela RAXVI e IPDF tendo sido aberta a discussão com a comunidade na Assembléia Comunitária da última Sexta-feira do mês de março do ano de 1997. A partir daí deveria tornar alvo de emendas até o ponto de, aprovado preliminarmente pela comunidade e interessados submeter, na forma de Lei ao competente Relatório de Impacto Ambiental, RIMA, posto o que, transformado em Projeto de Lei, seria encaminhado à Câmara Distrital para apreciação e votação. Aprovado, se transformaria no instrumento legal para a ocupação ordenada daquela área devendo, oportunamente, ser incorporado ao Plano Diretor Local, ponto de partida para uma nova fase do processo de planejamento e ocupação do Lago Sul.

## **ENTREVISTA PAULO TIMM**

O ex-administrador do Lago Sul e candidato a Deputado Distrital, Paulo Timm, fala de sua gestão à frente da RA-XVI e de seus planos para o futuro do Lago

### **Timm, como você analisa a sua gestão na Administração do Lago?**

Timm - Durante minha gestão na administração, implantou-se uma nova relação entre a comunidade e o poder público. Minha principal vitória, à frente da RAXVI, foi conseguir um grau maior de mobilização da comunidade. Para isso, ao assumir o cargo, tratei de resolver os principais problemas que dificultavam o diálogo entre as autoridades públicas e os moradores.

### **Quais eram estes problemas?**

Timm - O maior ponto de tensão entre o governo e os moradores era o desejo destes de que o Lago permanecesse um bairro puramente residencial, o que já não era possível com os novos papéis que passou a desempenhar no Distrito Federal. Entre os causadores dessas mudanças estavam o Projeto Orla, que transformou o Lago Paranoá em um agitado local de lazer; a regularização dos condomínios, pois o Lago, que era um distante subúrbio do Plano, acabou tornado-se um corredor de passagem de carros que se dirigem às novas áreas, e o Gilberto Salomão, ponto de encontro da juventude brasileira, que também colaborou para que a antiga tranquilidade do Lago virasse saudade.

### **E como foi que o senhor agiu para resolver estes problemas?**

Timm - Ao assumir a Administração, criamos a Assembléia Comunitária e vários fóruns de discussão dos problemas da comunidade, onde participam empresários, moradores e diversas associações. Com a implantação do diálogo ficou mais fácil chegar a consensos. Hoje há um entendimento melhor de que o Lago não será mais como antes, mas que, ao mesmo tempo, o governo deve manter o caráter eminentemente residencial do bairro, mesmo frente à sua nova realidade.

Minha gestão também deu ênfase à valorização dos artistas locais. Criamos o Conselho de Cultura do Lago Sul e promovemos o I Encontro de Arte e Cultura, que cadastrou cerca de 800 artistas, tornando-se, assim, a região administrativa que mais cadastrou artistas no DF.

### **Quais foram seus principais parceiros neste trabalho?**

Timm - Entre as associações e grupos que ajudaram a melhorar o Lago destacam-se: a Associação de Moradores (Asmor); a União de Amigos do Lago (UAL), a Associação Comunitária do Lago Sul (ACIL), a Associação dos Antiquários, a coordenação dos Artesãos do Lago Sul, a Associação dos Jetskis, a Coordenação dos Quiosqueiros do Lago Sul, a Comissão de Defesa do Meio Ambiente do Lago Sul (Comdema), o Grupo de Escoteiros Salgado Filho, o Rotary 21 de Abril, a Associação de Soroptimistas, a Associação de Quadras e a Associação de Defesa da Ciclovía.

### **Agora, como candidato a uma vaga na Câmara Distrital, que novos desafios o senhor espera encontrar e qual será seu trabalho com relação à região do Lago?**

Timm - Levar a voz dos moradores do Lago para a Câmara Legislativa. Este é o objetivo principal da minha candidatura a Deputado Distrital.

Desde a criação da Câmara Distrital, os Lagos Sul e Norte nunca elegeram um representante capaz de defender os seus interesses. Eu, como antigo morador e conhecedor profundo dos problemas desta área, proponho-me a ser esse representante.

### **E quais são seus projetos para o Lago?**

Timm - Entre os principais projetos que pretendo ver aprovados, se conseguir eleger-me, está a construção da terceira ponte, pois a Administração Regional não tem meios nem poder para realizar um empreendimento deste porte, que só pode ser executado pelo Governo do Distrito Federal. Na Câmara, teremos mais possibilidades e vamos exigir que a terceira ponte seja construída.

Duas ações complementares também serão objeto de reivindicações na Câmara. A primeira é a duplicação da Estrada Parque Cabeça de Veado (EPCV), estrada que parte da QI 23 em direção aos novos condomínios. A ampliação desta via é de fundamental importância para melhorar o já complicado trânsito de saída do Lago. A outra ação é a implantação do Bairro Lúcio Costa Sudeste, que seria construído atrás das QIs 27 e 29. Este projeto de minha autoria e que leva o nome do famoso urbanista

de Brasília, e iria acomodar duas novas universidades, um setor comercial e um setor de diversões, para onde seriam transferidos as mansões de festa que não podem mais funcionar nas quadras residenciais, atrapalhando o descanso dos moradores.

Entre as outras bandeiras que também pretendo levar para a Câmara Legislativa está a defesa da incorporação dos Condomínios à Região Administrativa do Lago, que hoje fazem parte de São Sebastião.

Como esses locais vivem realidades muito mais semelhantes ao Lago do que à cidade a qual estão ligadas hoje, ficaria mais fácil administrar e resolver seus problemas, beneficiando, assim, também os moradores dos Lagos Sul e Norte.

Pretendo, ainda, participar do Plano Diretor dos Lagos, para que ele atualize as destinações legais de áreas que ainda não estão devidamente regulamentadas.

**10.BRASÍLIA - 40 ANOS: DO SONHO À REALIDADE**  
Projeto Cultural – Apoio LeiRouanet

Um Projeto Cultural da Editora Paralelo 15 e  
Centro Latino de Altos Estudos - CLAE

Brasília, DF - Ano 2000

- Apresentação
- O Projeto
- Justificativa
- O Público Alvo
- Apoio
- Orçamento

## FICHA TÉCNICA

Editora Paralelo 15  
SCS Quadra 6 Bloco A Edifício Presidente sala 305  
70327-900 Brasília - DF  
Tel. (61) 321-3363  
Fax (61) 223-5702  
E mail  HYPERLINK <mailto:paralelo15@uol.com.br>  [paralelo15@uol.com.br](mailto:paralelo15@uol.com.br)

Centro Latino de Altos Estudos - CLAE  
Organização não governamental fundada em 1982  
AOS Quadra 6/8 Bloco A sala 107  
70606-066 Brasília - DF  
Telefax (61) 234-3033  
E mail  HYPERLINK mailto:timmm@intelecto.net timmm@intelecto.net

Coordenador do Projeto: Paulo Timm  
E mail  HYPERLINK mailto:timmm@intelecto.net timmm@intelecto.net  
Consultores Técnicos:  
Coordenadora Comercial e de Marketing: Lorena Justus  
E mail  HYPERLINK mailto:lorena@zaz.com.br lorena@zaz.com.br  
Estagiária: Flávia Bascuñán Timm

## Apresentação

Brasília 40 Anos - Do Sonho à Realidade é um projeto cultural apoiado pela Lei de Incentivos Fiscais à Cultura dos Governo Federal e do Distrito Federal, destinado a recuperar, em edição bilíngue, português e inglês, alguns documentos e avaliações fundamentais da história de Brasília.



A interiorização da capital da República foi idealizada pelos pioneiros da independência e reverberada desde o início do século XIX por Hipólito José da Costa no Correio Brasiliense, então em Londres.

Vários historiadores, Varnhagen a frente, confirmariam a proposta na expectativa de fazer da nova capital um poderoso instrumento à integração efetiva do território da civilização brasileira.

Dom Bosco, Santo salesiano, imortalizou estas expectativas em um sonho integrado às suas surpreendentes visões do futuro. Ele pressentiu a construção de uma nova cidade, de onde jorraria "leite e mel", na América Latina, entre os paralelos 15 e 20. Justamente se crê: Brasília.

Daí à realidade levada a efeito por Juscelino Kubitschek entre 1956, quando assumiu a Presidência da República, e no dia 21 de abril de 1960 quando inaugurou a cidade, transferindo para Brasília a capital da República.

Hoje Brasília aos 40 anos tem 2 milhões de habitantes e projeta um processo de metropolização denominada "entorno", já preocupante. Mas a Obra está feita. E reconhecida internacionalmente através da UNESCO que a distinguiu como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade e Reserva de Biosfera. Resta a avaliação histórica.

Este projeto traz a tona os documentos básicos desta trajetória, inclusive em inglês, para que a repercussão de Brasília seja melhor avaliada não só pelos estudiosos e pelos residentes, mas também pela comunidade internacional. Aí estão o "Sonho de Dom Bosco", o "Memorial de Lúcio Costa" e outros históricos documentos.

## O Projeto

O projeto consiste na publicação bilíngüe - português e inglês, em forma de álbum, dos documentos que se constituíram nos fundamentos históricos de Brasília:

- \* O Sonho de Dom Bosco - 1868
- \* O Memorial de Lúcio Costa - 1955
- \* O Relatório da Comissão da Nova Capital - 1946
- \* A Lei de Criação da NOVACAP - 1956 - que abriu os créditos orçamentários que deram início à construção de Brasília.

Todos estes documentos serão apresentados ao público por um especialista da UNESCO, a luz das duas distinções que lhe conferiu este órgão: Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade e Reserva de Biosfera do Cerrado.

A publicação terá forma de álbum, capa dura em papelão 1200Kg com titulação em baixo relevo, ilustrado com fotografias, gráficos ilustrativos e mapas do processo de ocupação, num total de 120 páginas, sendo 25% em policromia.

São 1.500 exemplares em tamanho , miolo em papel couché , fonte garamond book condensed corpo 11, em duas colunas, com 15 cadernos de 8 páginas cada. Todos os textos serão ilustrados com 50 fotografias expressivas da cidade e seus principais personagens ao longo de sua história.

O apoio cultural do patrocinador aparecerá na capa com informações complementares na Ficha Técnica.

A edição terá lançamento na Semana de Aniversário de Brasília, com ampla cobertura da imprensa, em local de grande afluxo público e expressão simbólica da cidade.

## Justificativa

Brasília está fazendo 40 anos e sua história vai se perdendo na poeira do tempo. São cada vez menos os pioneiros sobreviventes e se faz mister substituir a memória oral pela fixação de registros confiáveis. Brasília não é só um fenômeno local, mas o produto de um grande esforço nacional. Sua experiência não pode ficar no saber dos comentários e impressões da conjuntura. Trata-se de alimentar a opinião pública nacional com a reavivação dos fatores que levaram à construção de Brasília e levá-los a todos os recantos do Brasil. Esta publicação irá para todas as bibliotecas do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do país, para personalidades brasileiras e corpo diplomático aqui acreditado.

Mas não se trata apenas de homenagear os protagonistas da história de Brasília perante a cidadania brasileira.

Brasília, como Capital da República, tem uma dimensão internacional expressiva: sedia embaixadas e organismos internacionais. É também o centro nevrálgico do Mercosul, um dos grandes blocos regionais no contrato da globalização. O próprio Governo do Distrito Federal já aprofunda suas relações com o exterior, seja pela demanda de financiamentos às obras públicas junto aos organismos financeiros multilaterais, seja pela caça a investidores privados capazes de ampliar a oferta de oportunidades na economia local, seja pelo intercâmbio político e cultural com outros povos. Neste sentido tanto as autoridades locais como lideranças da sociedade organizada necessitam portar em sua bagagem, neste périplo, documentos e registros de sua identidade urbana. Por isto esta publicação é também expressa em inglês, para fortalecer, justamente, esta escala de reconhecimento internacional de Brasília. Muitos diplomatas poderão doravante conhecer melhor Brasília, compreendendo seu significado mítico para o povo brasileiro e suas aquisições vivenciais como paradigma de administração pública.

## O Público Alvo

Os exemplares desta edição serão distribuídos gratuitamente da seguinte forma:

- Trezentos exemplares às bibliotecas do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do país.
- Trezentos exemplares às embaixadas, órgãos internacionais e assessorias internacionais aqui sediadas.
- Cem exemplares a jornalistas e personalidades nacionais.
- Trezentos exemplares ao Governo do Distrito Federal para distribuir, através de sua Coordenadora de Assuntos Internacionais, a interessados, em missões internacionais.
- Quinhentos exemplares como reserva especial do patrocinador para distribuir como cortesia especial, a seu critério.

## Apoio

O projeto é aprovado pelo Ministério da Cultura e pelo Governo do Distrito Federal e de todo o empresariado local na busca de financiamento.



Ao Senhor  
Dr. Paulo Timm  
Coordenador do Projeto Brasília 40 - Do Sonho à Realidade  
Nesta

Senhor Coordenador:

Recebi com satisfação o projeto Brasília 40 Anos - Do Sonho à Realidade, felicitando-o pelo empreendimento que cobre lacuna fundamental no registro histórico de Brasília.

Já determinei a todos os órgãos de meu Governo para que entreguem todo o esforço técnico para o êxito do Projeto, e recomendo ao empresariado local a emprestar sua valiosa contribuição para o adequado financiamento.

Cordialmente.

Joaquim Roriz  
Governador do Distrito Federal

Senhor  
Paulo Otávio  
Grupo Paulo Otávio

Nesta

Prezado Senhor:

Temos a satisfação de encaminhar cópia de projeto de Brasília 40 Anos - Do Sonho à Realidade, de caráter cultural, bilíngue - português e inglês, destinado a um público selecionado de brasileiros e estrangeiros, assim como às bibliotecas do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do país.

Trata-se de uma obra fundamental à compreensão da experiência de Brasília, que será lançada na Semana do 40º Aniversário de Brasília.

Certos de contarmos com a apreciação desse importante grupo empresarial da capital da República, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Frank Soudant  
Editor

Brasília, fevereiro de 2000.

DD. Representante da UNESCO no Brasil  
Nesta





## VERDE QUE TE QUERO VERDE

A questão das áreas verdes públicas tem dado muitas dores de cabeça as autoridades do GDF e, particularmente, às do Lago Sul.

O fato é conhecido: ao contrário dos loteamentos privados, onde cada centímetro é valorizado, a TERRACAP deixou entre os lotes vendidos no Lago Sul, grandes espaços públicos. Procurou-se produzir ali, o mesmo padrão urbanístico do plano piloto, entre as áreas verdes. Poucos moradores viram as plantas de urbanização de suas áreas. Todos sabem que têm um lote de tantos metros e uma extensão de “área verde”, nem sempre precisa. É o que chamam de “minha” área verde nem sempre precisa. É o que chamam de “minha” área verde sem, que no mais das vezes, procurem saber exatamente do que se trata. Pouquíssimos conhecem o plano urbanístico do Lago Sul, na forma em que foi aprovado.

É tempo para se refletir melhor sobre esses assuntos.

Proponho que se trate as áreas verdes públicas em quatro categorias, definindo-se sobre cada uma delas aspectos ocupacionais e políticos diferenciados: 1- A área verde costeira do lago Paranoá, 2- a área verde de domínio do DER, 3- as áreas verdes contíguas às unidades de conservação ambiental e, 4- as áreas verdes de vizinhança.

- 1- As áreas verdes costeiras do Lago sul correspondem às conhecidas pontas de picolé, estão localizadas ao longo de toda a orla do lago Paranoá, sendo sua utilização regida por lei federal (Regulamento de tráfego Marítimo), o que dificilmente permitirá sua apropriação privada. São nestas áreas onde se desdobrará o Projeto Orla, devendo haver uma política de abertura do lago para os usuários de esportes náuticos e lazer ambiental. Isto, aliás, já existe na entrada da Península e deverá se estimular no Projeto Orla n 08, no Pontão, podendo ocorrer em áreas próximas de outras pontes. Há que ressaltar, que estas áreas não existem em grande número e superfície, mas são estratégicas para o desenvolvimento dos projetos de aproveitamento da orla, que deverão atender as expectativas de recreação e lazer da população da CAPITAL FEDERAL; que hoje conta com quase 2.000.000 (dois milhões) de habitantes.
- 2- Na Segunda classificação temos as áreas verde de domínio do DER. São as faixas de segurança que visam as futuras duplicações da Rodovia EPC (DF 035) EPDB (DF 025) EPC (DF 001) e EPAER. Estas áreas, bem como algumas outras contíguas às vias internas já

congestionadas ou com previsão de duplicação são intocáveis. Suas ocupações pelo Poder Público é prevalecente a qualquer interesse privado. A primeira via a ser duplicada urgente é a EPCV. Mais tarde, deverá ser duplicada a EPDB, entre a QI 23 e o INSTITUTO DOM ORIONE.

- 3- Quanto às áreas verdes contíguas à Reservas Ambientais situadas na QL 02 e 04, QL16, QL20, QL 28, bem como as da QI 17, 21 e 23, a questão é mais complexa. A legislação manda cercar as unidades de conservação, mantendo-as sob a tutela do PODER PÚBLICO. Neste caso, não há como defender a incorporação destas vastas áreas verdes aos lotes contíguos. A necessidade de uma política de manejo ambiental destas áreas é centralizada pela SEMATEC, o que impede seu fracionamento e a privatização das mesmas. Trata-se aqui, de garantir, quando muito, a cada proprietário de lote adjacente, a utilização racional de mas área verde de cerca de 40m de profundidade e largura razoável..
- 4- Finalmente, o que detém o maior interesse da grande maioria dos moradores do Lago Sul são as áreas verdes de vizinhança, que separam os lotes dentro da quadras. Dependendo é claro, de um estudo mais profundo, e visando tornar compatível casa a casa, poder-se-ia simplesmente autorizar a incorporação destas áreas, com ou sem ônus para os respectivos, donos dos lotes contíguos, fazendo com que estas pequenas glebas operassem como verdadeiras áreas verdes de intercessão, aumentando os aspectos de segurança, melhorando o convívio entre todos os moradores destas quadras.
- 5- A questão da utilização das áreas verdes do Lago Sul não pode se reduzir à soluções simplistas. O assunto requer a classificação rigorosa das situações, visando a formação de políticas para cada uma delas.
- 6- O que é certo, é que o GDF deve apresentar alternativas objetivando a ocupação destas áreas. Deve procurar definir o que deseja sobre cada uma delas, tratando de transferir ao setor privado o que é possível, sem prejuízo do interesse público na gestão destes grandes espaços, tornando-os mais limpos e mais úteis, em consonância com os anseios da comunidade.







## II ECONOMIA

## 1. PLANO CRUZADO E O DÉFICIT PÚBLICO - UMA REVISÃO CRÍTICA

Já se passaram mais de quatro meses desde a implantação do Plano Cruzado. É oportuno que se faça uma avaliação de seus efeitos econômicos e sociais mais permanente.

A inflação medida pelos diversos índices de preços vem sendo mantida, aparentemente, em patamares satisfatórios. O problema, entretanto, está na inflação que os índices não apuram. Ela é representada pelas burlas ao tabelamento, através do lançamento de pretensos “novos” produtos ou modelos com preços majorados e de fraudes às especificações, em termos de qualidade, peso, etc. Além disto, o desabastecimento, resultado da insuficiência de oferta em alguns importantes setores, muitas vezes potencializada por movimentos especulativos, afeta, principalmente, os segmentos mais pobres da população.

O governo parece tolerar os desvios ao tabelamento, como se representassem ajustes necessários da economia, além de não tomar providências mais rápidas, quanto ao desabastecimento. Ocorre que a inflação não apurada pelo IPC, embora reflita-se numa redução do padrão de vida da classe trabalhadora, não é levada em conta no “gatilho automático” que dispara os reajustes salariais.

Como cerca de 75% da cesta básica que serve de referência ao cálculo do IPC está submetida ao tabelamento, uma taxa de inflação anual acumulada de 20% só será atingida se os preços não tabelados (aluguéis, vestuário, peças de cama e mesa, automóveis, etc) crescerem cerca de 80%. Desse modo, se o tabelamento não se desmoralizar, os reajustes salariais poderão ser postergados. Assim, o salário real médio poderá ser mantido, por muito tempo, abaixo do valor fixado em 28 de fevereiro de 1986, desde que essas perdas acumuladas não atinjam 20% e, quando do reajuste na data base, apenas será obrigatório o reajuste até 60% da variação acumulada do IPC. Considerando-se os problemas adicionais de burlas ao tabelamento de desabastecimento, verifica-se que a política salarial sofreu um grande retrocesso e que os trabalhadores passarão a reivindicar por um pico salarial muito inferior ao anterior.

Um outro aspecto a ser analisado refere-se ao comportamento dos investimentos produtivos. Uma das hipóteses para o sucesso do Plano Cruzado é a de crescimento da oferta de bens e serviços. Esperava-se um significativo aumento dos investimentos em ampliação da capacidade produtiva. Embora esteja ocorrendo uma corrida às instituições governamentais que distribuem crédito subsidiado, o que se nota é que os investimentos que estão se realizando são, preponderantemente, de modernização. Os empresários estão aproveitando as taxas de juros subsidiados, mas não estão apostando numa sustentação dos atuais níveis de demanda e de inflação. Tais expectativas, talvez, sejam resultantes da falta de uma sinalização mais coerente do governo para os agentes econômicos. A ocorrência de um déficit público aos níveis que vêm sendo anunciados é incompatível com a manutenção do tabelamento.

Na verdade, embora os mecanismos de realimentação inflacionário tenham sido reduzidos pelo Plano Cruzado, os verdadeiros focos do processo não foram debelados. O processo inflacionário brasileiro é resultado da desorganização da estrutura de financiamento do Estado, onde a face mais aparente é o déficit público.

Mas a questão não pode ser reduzida às simples acusações ao descontrole dos gastos fiscais e a ineficiência do setor público, como o fazem as correntes mais conservadoras, pois isto obscurece a verdadeira natureza do problema. Aqueles que se beneficiaram do processo que levou o Estado brasileiro a atual crise financeira são, exatamente, os que criticam a sua atuação e financiam campanhas ideológicas em favor da privatização das empresas estatais e de advertência contra a ampliação dos programas sociais.

O déficit público é, fundamentalmente, financeiro e decorre do processo de estatização da dívida externa, da farta distribuição de subsídios aos setores produtivos e da cobertura de escândalos financeiros. É até irônico que empresários que se beneficiaram da dívida externa, e não assumiram seu ônus, que receberam polpudos subsídios e se saíram muito bem de escândalos financeiros como os da SUNAMAM, SUL BRASILEIRO, COROA BRASTEL, COMIND, e muitos outros, queiram, agora, jogar a culpa do déficit público sobre os ombros das empresas estatais do setor produtivo e dos funcionários públicos.

Ocorre que o governo tem tratado a crise financeira com tibieza. Os detentores de ativos financeiros não foram afetados pelo Plano Cruzado. Seus estoques foram congelados pelo pico. Quanto às novas aplicações, os investidores apenas mudaram a composição seus portfólios, ajustando-se às novas condições e continuaram a realizar lucros expressivos. A especulação financeira atinge, hoje, até mesmo os bens de consumo duráveis, sob a forma de ágios para automóveis novos, por exemplo. Os bancos continuam a auferir lucros expressivos, tendo efetuado seu ajuste às custas do desemprego de dezenas de milhares de bancários. No campo da dívida externa, os resultados da negociação direta com os banqueiros foram mais aparentes do que substanciais. A dispensa do monitoramento pelo FMI foi uma vitória apenas parcial, que não está nem mesmo assegurada, tendo em vista as crescentes pressões do governo norte-americano. A redução dos spreads não atingiu todo o estoque da dívida e apresentou uma economia pouco expressiva de divisas. Muitas autoridades vêm propondo que o país mostre-se “bem comportado” aos olhos dos banqueiros internacionais, como uma forma de voltar ao mercado para captar dinheiro novo voluntário, ao invés de se exigir condições efetivamente mais favoráveis de renegociação da dívida, de modo a sustar o atual processo de drenagem de recursos reais da sociedade brasileira, que atinge cerca de US\$ 9 bilhões anuais.

Outro aspecto relevante diz respeito ao tratamento que vem sendo dado pelo governo às grandes questões sociais. Se é verdade que o Plano Cruzado não se propôs solucionar esses problemas, também o é que o governo não vem adotando, paralelamente, providências concretas. A estrutura tributária, que apresenta uma série de distorções, como a penalização dos Estados e Municípios, a existência de uma série de vazamentos que comprometem a progressividade do Imposto de Renda e o não estabelecimento de incidências sobre a riqueza e sobre herança, não foi modificada pelos “pacotes fiscais”. A Reforma Agrária vem sendo tratada de modo irresponsável. Vários membros do próprio governo, apoiados por parte da grande imprensa, vem procurando desmoralizar aqueles que lutam por uma efetiva mudança na estrutura fundiária brasileira, uma das mais concentradas do mundo.

Por outro lado, o aumento das dotações orçamentárias para gastos sociais vem sendo protelado. Alega-se que a questão prioritária é a redução do déficit fiscal. Mas existe uma grande falácia nesse argumento, porque esse déficit não tem caráter fiscal, propriamente dito, mas, sim financeiro.



O déficit do Orçamento Fiscal de 1986 é resultado da unificação orçamentária levada a cabo pela equipe do ex Ministro Dornelles. Essa unificação, que foi contestada, na época, por muito poucos economistas e políticos (uma honrosa exceção foi o Prof. Dércio Munhoz), jogou todos os encargos financeiros da dívida pública interna, todos os subsídios ao setor agrícola e todos os encargos da dívida externa assumidos pelo governo, que antes corriam por conta do Orçamento Monetário, no Orçamento Fiscal. O objetivo, já naquela época, era o de evitar maiores gastos na área social e fortalecer o movimento a favor da privatização empresas estatais produtivas, sem questionar a legitimidade dos enormes lucros dos banqueiros internacionais e nacionais.

Retirando-se os encargos já referidos do Orçamento Fiscal, ele mostra-se superavitário. Desse modo, não existem argumentos defensáveis para justificar a não expansão dos gastos fiscais na área social. Não tem sentido, por exemplo, propor, a nível de discurso, uma Reforma Agrária, e elocar verbas inexpressivas para a sua execução.

O que precisa ser feito é resolver a crise financeira do Estado na própria órbita financeira. Deve-se rediscutir as propostas de moratória externa e interna para que se formule uma estratégia capaz de enfrentar esses problemas, sem se continuar a penalizar a maior parte da população brasileira, através da contenção dos gastos sociais e da postergação das Reformas de Base, ou de se confiscar um patrimônio social, que soa as empresas estatais.

É preciso que o processo decisório na área econômica deixe de ser fechado e autoritário. As decisões não podem continuar a serem tomadas em “petit comité”, mas precisam ser debatidas, livremente, por toda a sociedade. As críticas não podem continuar a serem encaradas como traições políticas. As soluções dos problemas aqui expostos não passam pelas discussões e formulações de um grupo de teóricos “iluminados”, mas pela construção de um processo decisório efetivamente democrático, pois as medidas mais corajosas, que se fazem necessárias, precisam estar legitimadas por toda sociedade brasileira.

Paulo César Timm - Economista com o Curso de Mestrado pela Escolatina, da Universidade do Chile, Técnico da SEPLAN e ex-professor da Universidade de Brasília.

## **2.A QUESTÃO ANTITRUSTE NA “ORDEM ECONÔMICA**

Uma das dificuldades do legislador consiste na percepção da assincronia entre o desenvolvimento das instituições e o dos processos estruturais que procura regular sob o império da lei. Estes últimos ao, enfim, a própria realidade social em movimento: difusa, complexa, quase inalcançável. Aqui se situa a economia, síntese das decisões conscientes e inconscientes da sociedade relativas à sua organização, com vistas ao equacionamento de suas necessidades e desejos materiais. Sim, porque já se foi o tempo da economia como Reino da Necessidade. No capitalismo moderno, estruturado sobre um sistema de grandes corporações multinacionais cujo faturamento

chega a ser superior ao do PIB de países onde atuam, as empresas produzem mais para os desejos do que para as necessidades. Paradoxalmente, nestes mesmos países, assistimos à insólita situação onde tem-se mais competência para atender aos desejos do que às próprias necessidades sociais. É o que poder-se-ia chamar de “psicanalização da economia...”

o fato é que o fundamento da economia, que é a empresa, alterou-se em sua estrutura básica, elevaram-se consideravelmente os requisitos de capital e tecnológicos à sua instalação, exigiram-se barreiras de todo o tipo à entrada de concorrentes no mercado, alteraram-se em profundidade as regras da concorrência, pontificando no sistema industrial um pequeno número de grandes empresas multinacionais com imenso poder na determinação de preços finais, intermediários e na definição dos padrões de consumo diários. À tudo isto respondeu o Estado com tímida regulamentação coibindo o “abuso do poder econômico; os trabalhadores com certas exigências crescentes de co-gestão na administração e resgate de sua condição humana degradada pela perda da plasticidade verificada na dupla expropriação pelo capital da autodeterminação e dimensão intelectual do trabalho; as pequenas empresas e empresas nacionais com modestos subsídios à sua instalação e funcionamento.

Ao inaugurar-se discussão da “ORDEM ECONÔMICA” na Constituinte é interessante observar que estas realidades palpáveis da economia contemporânea, que já transbordou para o umbral da dita pós-modernidade, foram pouco tratados naquela Assembléia. Decididamente, o marco de referência de todas as posições em conflito é o corporativismo, danando-se o Estado com estuário de condensação de interesses contraditórios do qual emana a única possibilidade, já não mais de mudança, mas de sobrevivência (da humanidade): a ruptura pactada.

Veja-se que não se está falando do Estado como centro de representação de interesses coletivos, derivado de um processo abstrato de constituição “ex-ante” da cidadania, mas desta cidadania como resultado da inserção popular no pacto de dominação e nas políticas públicas que lhes correspondem.

Concretamente, o que se deveria defender a ORDEM ECONÔMICA, do ponto de vista da consciência crítica, são as garantias para a ação dos agentes de produção de forma a que possam atender com prioridade às necessidades da cidadania coletiva num regime de concorrência regulada. Isto posto, tem-se um referencial para o conceito de economia nacional, intervenção do Estado, reforma agrária, exploração do subsolo, defesa do consumidor e política antitruste: as exigências mínimas da soberania nacional e do consumidor. Claro que tais exigências não serão jamais exilógicas, imutáveis, mas o resultado da evolução dos tempos e dos costumes, e, sobretudo, do entendimento que delas fazem a sociedade organizada, vez que é ainda difícil submetê-las ao crivo plebiscitário. Ganha corpo e sentido, então, neste caso, a criação de um Tribunal da Economia Popular, de caráter administrativo e independente, com participação dos Consumidores e Produtores indicados pela Câmara dos Deputados, à semelhança do Tribunal de contas que cuidaria tanto das questões relativas à “defesa econômica” como do consumidor, sepultando definitivamente os impotentes CADE e PROCONS. Outros Tribunais, como de Segurança Civil e Defesa da Vida e de Fiscalização do Exercício Profissional não só trariam importante canal de participação em assuntos decisivos da vida moderna como o fariam sobre as cinzas do corporativismo, que no limite sempre pretende negar e destruir o Estado e não convertê-lo, transformado em peça fundamental da democratização dos relações sociais. Vale, enfim, lembrar a sugestiva proposta do Professor José Inácio Gonzaga

Franceschini sobre o controle do abuso do poder econômico para quem o texto constitucional há de ser suficientemente elástico, isento de paixões ideológicas ou demagógicas, de modo a assegurar sua permanência no tempo: a lei definirá e, por meio de tribunal administrativo dotado de plena autonomia, prevenirá e reprimirá as práticas ilegítimas restritivas da concorrência e os abusos de posição dominante.

### 3. REAL E REALIDADE

Enfim, em vigor a última fase do Plano de Estabilização concebido supostamente por Fernando Henrique Cardoso, “Príncipe do Sociólogos”: O Real, nova moeda, equivalente hoje a um dólar, como o finado “Cruzado”, em fevereiro de 1986, sem, entretanto a prometida convertibilidade que marcou o modelo anti inflacionaria na Argentina e no Chile. Fases anteriores teriam sido: 1º) o equilíbrio fiscal, obtido graças ao Fundo Social de Emergência e cortes drásticos no Orçamento de 94; 2º) a transição, via URV, quando se pretendeu assegurar um perfeito alinhamento da estrutura de preços e salários.

Quais as chances e problemas deste Plano?

Todos queremos, em primeiro lugar, acabar com a inflação. Ela desarruma a casa, aguça ódio de classes, corrói as bases da ordem democrática. Quiséramos, até, que o governo tivesse sido mais rápido na implantação de um Programa de Estabilização. Mas sempre argumentaram as autoridades que precisavam de um Plano não de controlo gradual da inflação, nem de uma poção milagrosa de efeito imediato mas a implantação sistemática de um conjunto de medidas que ao fim e ao cabo desse uma “paulada” nas expectativas inflacionarias. Isto foi pretensamente feito.

Situou-se o Plano de FHC como uma ação do Poder Executivo voltada para a eliminação do déficit público - retomado como vilão da história - e da afirmação de um novo padrão monetário, capaz de cortar de vez expectativas inflacionarias, no rastro das teses inauguradas pelo estudo de Philip Cagan, em 1980 e bastante divulgadas por M. H. Simonsen e OG. Bulhões (ver “Preparo do ambiente positivo às inovações”).

Rigorosamente, o método do Plano Real não deixa nada a dever à respeitabilidade do pensamento econômico brasileiro. Mas, contrariamente ----- o que sugerem alguns de seus críticos, ele tem um pecado, simultaneamente técnico e político: foi abortado! Veio cedo demais!

A correção de alguns desequilíbrios estruturais (sem qualquer referência e “teoria” com este nome que norteou a esquerda latino americano nas décadas de 50 e 60 na compreensão do fenômeno inflacionaria) é indispensável a qualquer plano de estabilização, que se pretenda sério.

Já não há dúvida de que o descontrole do déficit público, a perda de competitividade do setor externo e os hiatos de abastecimento urbano são fortes determinantes de um processo onde o uso reiterado da correção monetária tem alimentado a inflação brasileira. Então mãos a obra! Vamos pôr a casa em ordem!

O governo de Itamar Franco, como sucessor umbilical de Collor tinha até obrigação de fazê-lo de forma a redimir - como tem feito - sua imagem perante a nação. Mas, antes - e no curso - de fazê-lo foi açodada pelo interesse de Fernando Henrique Cardoso em disputar a sucessão Presidencial. Aí começaram os problemas do real. Em vez de ser “do governo” ou “da nação” passou a ser o Plano de F. H. Cardoso, candidato da coligação PSDB-PFL-PLANALTO. E como o calendário das eleições esgotou-se, o “Real” não pôde esperar o amadurecimento das fases que o precederam. Teve que vir à tona.

Duas falhas aí: A primeira, de ordem ética, ao forçar o governo federal a emergência de um Plano de Estabilização de interesse geral da nação às vésperas das

eleições, beneficiando “seu” candidato. Melhor seria que o Governo Itamar, resultante de um insólito processo político “qualunquista”, se ativesse a funções administrativas. Poderia ter feito o Plano - e deveria - sem, contudo, misturá-lo às eleições. Não fez, capitulou às ambições periféricas e aí está: uma grande proposta nas mãos de um interesse menor: a eleição do próximo presidente.

O controle da inflação é “para décadas”, para o presidente eleito em outubro. Mas como sempre, as gerações sucumbiram às eleições, o estadismo ao politiquismo, o terceiro milênio aos estertores do que o antecedeu. Isto seria, entretanto, um mero pecado original, se não afetasse, no seu curso a eficácia do Plano Real. Mas ao abortá-lo, por interesses eleitorais, a outra falha, de ordem técnica fica evidente. A fase do Real como padrão monetário atropelou o ajuste estrutural pondo em risco a nova moeda.

Vejam a questão fiscal. Qual a realidade fiscal do país? O Governo esforça-se para dizer que está tudo sob controle, mas há sérias suspeitas de que não fala a verdade. “Em síntese, não se pode dizer que, em matéria de ajuste fiscal e financeiro, a batalha foi ganha pelo atual programa de estabilização”, afirmou o Paulo Hadad, ex-ministro da Fazenda desse mesmo governo há pouco tempo. Outra autoridade, ainda no exercício de suas funções, como Presidente do Ipea, Aspasi Camargo ainda é mais crítica: (Correio Brasiliense. Caderno URV.Bsb 1º/março/94): “As despesas e as Receitas do País foram pela última vez contabilizadas em 1988 e último PIB regional conhecido é de 1985. Pobre Brasil! A grande questão é portanto saber se o Plano econômico que dá início a grandes reformas devolvendo-nos a moeda poderá ter sucesso sem o apoio de um consistente ato administrativo. A mudança do cruzeiro para moeda real vai provocar uma tremenda quebradeira!”.

O próprio FMI, insuspeito faz suas contas e não crê em equilíbrio fiscal, indispensável ao sucesso do Plano. Sim, porque a nova moeda corta, por algum tempo, as expectativas inflacionárias e desde que os mecanismos realimentadores deste comportamento inercial, com a pluralidade de indexadores ainda subsistentes, como a TR, UFIR não forem definitivamente eliminadas de nossa cultura “corretiva”, nada nos diz que estamos livres das remarcações.

Pretende-se, agora, dar uma âncora à nova moeda impedindo sua emissão desenfreada.

O Astral, na Argentina tem o dólar como referência. Aqui criamos um lastro mais complexo, pouco visível à cidadania e, conseqüentemente menos convincente. Um Real vale um dólar. Mas quem pagará 1 bilhão de dólares ou mais a detentores deste valor em moeda nacional, ou, quem cobrirá a qualquer tempo este valor pelo seu lastro. O Tesouro Nacional? Quebrado? Então, o lastro é fictício! E quem controlará o processo emissor? Tínhamos em circulação cerca de 5 bilhões de dólares em cruzeiros reais, para uma inflação de 45% ao mês, velocidade de juros reais de até 9% ao mês e uma elevada velocidade de circulação de moeda. E agora, diante de um aumento na preferência pela liquidez derivado de uma menor taxa de inflação, qual o volume de moeda que precisaremos: 8 bilhões de reais? 10? E o lastro? E o Comitê de Controle de Moeda? Lembremo-nos do Mestre Bulhões: “As cédulas emitidas constituem fato passado. Retirá-las de circulação traduziria ato de violenta retração. Abster, porém, de emitir novas cédulas por meio de disciplina financeira significa extinguir a dose inflacionária contida nas cédulas em inflação” (em Como acabar com a inflação, JB - 30/10/83). Outro ponto importante: a dívida pública. Qual seu perfil? Qual a proposta de sua gestão de forma a impedir que seus altos custos corroam a

gestão equilibrada do orçamento. Numa conta simples: suponha-se uma dívida mobiliária da União na ordem de 60 Bilhões de reais, e um valor mais ou menos equivalente para a receita pública anual. Agora calcula-se uma taxa de juros de 60% ao ano. Isto significa que aproximadamente 36 bilhões de reais, ou mais de 50% da receita do Governo destinar-se-a colagem da dívida interna.

Os números não são estes? Então, quais são? Todos os brasileiros, no dia da eleição, têm obrigação de conhecê-los de forma a votar em alternativas programáticas sobre sua gestão e não sobre fantasias ilusionistas de uma nova moeda mística ou uma nova sociedade mais justa.

Outra coisa, qual a relação entre gestão da dívida pública e sistema financeiro? Todos sabemos que o CRUZADO deu com os burros n'água porque não foi acompanhado por uma simultânea Reforma do Estado e do Sistema Financeiro. Foi apenas uma nova moeda sustentada pelo congelamento de preços. E o Real, o que é? Será que o fato de estar sustentado na estrutura de preços herdados da URV, Dólar meramente referencial, lhe dá um status diferente do cruzado? Ou seria melhor ir pensando rápido na formulação de uma proposta mais articulada de REFORMA MONETÁRIA - REFORMA ECONÔMICA e REFORMA do ESTADO?

Na questão fiscal, portanto, dada como resolvida pelo governo, em verdade não está e necessita, inclusive, ser "situada" como diria Sartre, "Em questão de Método" tão conhecido pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso desde a Introdução do "Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional" - no todo da questão do Estado que a envolve e condiciona.

A Reforma da Economia, que pretende elevar o nível da produtividade nos últimos meses. Não obstante, o Plano Real pretende ser sua peça monetária capaz de sobreviver graças a agilidade externa da mobilização fatorial, e a flexibilidade de ajustar os desarranjos via setor externo. Mas onde está o Plano de Mobilização de Safras? Onde os Planos de Qualidade da Indústria? Onde os Planos Gerais de Abastecimento e Preços? Onde a estrutura administrativa de controle efetivo de preços e concorrência? Onde a transformação do CADE em órgão executivo? Onde o Plano de Modernização dos Portos? Onde as estimativas de expansão do consumo? Onde o órgão de planejamento, acompanhamento e avaliação do próprio Plano Real? O pobre Ministro da Fazenda, "Frei" Ricúpero está absolutamente sozinho como em naufrago junto aos destroços do aparelho de estado.

Muito bem! Mas temos uma sólida base financeira que salvará o Plano. Temos 36 bilhões de reservas internacionais em dólar, 50 milhões de cadernetas de poupança e um sistema financeiro de fazer inveja até aos países europeus, movimentando 120 bilhões de dólares em ativos e 5 bilhões em depósitos.

Mas reservas são reservas. Estão aplicados no BIS e oferecem-se, apenas, como um patamar para a definição de nosso nível de credibilidade e liquidez no plano internacional. Usar as reservas como âncora do Plano seria pior do que \_\_\_\_\_, como propôs Delfim Neto, para fins sociais. Porque neste caso, iriam simplesmente para o bolso da elites. A âncora cambial deve se constituir de fluxos e jamais de estoques. Temos que imaginar a viabilidade da conversão limitada aos saldos de comércio exterior, com os velhos leilões do CEXIM. Ou propor uma anistia para o reingresso no país de divisas fortes, a par da abertura de contas em dólares para empresas de comércio exteriores. O ideal seria, também, a criar um programa para a rolagem da dívida pública da União no exterior, afim de quebrar definitivamente a

ciranda financeira dos mais altos juros do mundo e que, além de prejudicar a retomada dos investimentos privados corrói as finanças públicas.

O próprio sistema financeiro proclamado como virtude nacional tem que ser redefinido. É um sistema perverso, extremamente concentrado em grandes bancos nacionais que monopolizam as relações com os Estado no financiamento de seu déficit e distribuem parte de seus dividendos numa infinidade de poupadores pessoais que operam politicamente como escudo destes interesses. É um sistema poderoso, que chega a 13% do PIB do país, extremamente complexo pelas implicações sociais, que soube tecer, mas que não tem qualquer função dinâmica no sistema econômico. É parasitário, com níveis altíssimos de acumulação financeira. Faz o paraíso dos bancos, que chegam a ganhar 41% de seus lucros com a própria inflação, e de um disseminado rendimento pessoal que ampara algumas empresas e famílias. Mas não serve para financiar nem a produção nem o consumo. Os automóveis são adquiridos basicamente através de consórcios, verdadeira e impiedosa invenção tupiniquim. Os eletrodomésticos são autofinanciados pelos magazines e, a casa própria, pela rede oficial. “Se Adão lavrava e Eva fiava onde pois o banqueiro?... “Ora, não podemos imaginar o fim da inflação sem um reordenamento do sistema financeiro, capaz de eliminar a ilusão monetária da correção, a voracidade dos juros astronômicos e a extrema polarização entre grandes bancos e infinidades de aplicadores. A poupança familiar, a formação de reservas empresariais, a criação de um sistema efetivo de intermediação financeira com vistas a produção e consumo são indispensáveis à retomada do desenvolvimento. Mas não esta carência imoral que faz com que o Tesouro com os recursos de toda a nação assegure com juros subsidiados no redesconto a rentabilidade de um sistema ardiloso e ineficiente.

### III POLITICA



## **1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O BRASIL PRECISA DE UM REFORMA AGRÁRIA?**

1. A questão agrária perpassa todos os processos de modernização. De uma maneira geral pode-se dizer que quando ela é resolvida criando, de uma ou outra forma, uma significativa quantidade de pequenos proprietários voltados a produção familiar ela enseja e sustenta um processo de modernização mais democrático do que quando persiste uma estrutura agrária fortemente concentrada nas mãos de poucos proprietários.

2. Grande parte da Europa ocidental consolidou o modelo de propriedade média e pequena graças as projeções da Revolução Francesa. Os Estados Unidos, depois de Guerra de Secessão, em 1850, editam o Homestead Act abrindo a fronteira oeste a expansão da fronteira agrícola. O México no início da década inaugura o hejido como unidade agrária básica do país.

3. Outros países procederam a modernização sem o recurso da Reforma Agrária e, talvez, por isto mesmo, tenham enveredado por um modelo fortemente autoritário de transformações estruturais. É o caso da Alemanha, dos países asiáticos como Japão e Coréia e, possivelmente, o Brasil. Nos três primeiros casos as mudanças agrárias acabaram impostas de fora para dentro, em decorrência das articulações internacionais a que tais países ficaram submetidos. No Japão a Constituição pós-guerra proíbe a existência de propriedades a cima de 2 há.

4. No Brasil a Questão Agrária ganhou relevo significativo no bôjo das discussões sobre as Reformas de Base no início dos anos 60. Enquanto a elite conservadora ligada a propriedade da terra e aos modelos de exportação de produtos agrícolas condenava qualquer mudança da estrutura agrária que lhe dava prestígio, poder e riqueza, a s correntes mais progressistas condenavam o latifúndio e preconizavam a Reforma Agrário como instrumento de consolidação do capitalismo no país. A figura mais expressiva nos meios acadêmicos desta posição foi, sem duvida Alberto Passos Guimarães com sua obra clássica “Quatro Séculos de Latifúndio”. A esquerda hegemônica pelo PCB sustentava esta mesma posição, amparada por uma ampla mobilização no campo entre os anos 60 e 64.

5. O Golpe Militar de 64 deslocou a questão agrária para o campo do direito de propriedade. Aprovou o Estatuto da Terra enquanto sufocava manu militar os movimentos sociais urbanos e rurais. Isto, aliado a toda uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, provocou uma reviravolta no entendimento da questão agrária no seio da consciência crítica do país. A primeira obra nesta sentido foi o livro a REVOLUCAO BRASILEIRA, de Caio Prado Jr., em 1966. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil deslocou-se de uma visão organicista e etapista herdada dos manuais de marxismo para uma tentativa de entendê-lo nas suas particularidades específicas. A Reforma Agrária deixava de ser vista como indispensável ao avanço do processo de acumulação de capital e formação de uma

sociedade de classes e passava a ser vista como uma obsessão de abnegados. Múltiplos documentos de pouca expressão acadêmica entre os anos 1966 e 1970 com esta visão impulsionaram quebra da hegemonia ortodoxa no âmbito da esquerda brasileira abrindo caminho para a resistência armada. O artigo de Antônio Castro, em meados de 70 deu um balanço neste debate pontualizando as posições em conflito e concluindo para uma espécie de consenso nos setores mais críticos da sociedade brasileira. Seu veredicto:

A agricultura havia cumprido com suas funções básicas no processo de modernização e, como tal, prescindia de uma reforma na sua estrutura de suporte agrário.

6. Desta época, meados de 70 até meados de 80, quando se inaugura a Nova República e com ela múltiplas expectativas de democratização no processo de modernização da economia e sociedade brasileira, as discussões sobre Reforma Agrária não transpunham os limites da ABRA com seus limitados esforços. As ações concretas do Governo Federal apontavam apenas para programas de colonização que procuravam criar, segundo os militares, um sistema de vasos comunicantes no território nacional de forma a descongestionar áreas de grande potencial de explosão social como o Nordeste. A TRANSAMAZONICA, a ocupação de Rondônia e o PIN PROTERRA situam-se neste contexto. Nenhum deles era um efetivo Programa de Reforma Agrária. Enquanto isto, confirmando as teses de Caio Prado Jr., Antônio Castro e outros estudiosos a agricultura brasileira ia se modernizando através da introdução de inovações propiciadas pelos pacotes articulados pelo tripé BANCO DO BRASIL+ EMBRAPA+ EMBRATER, assegurando uma invejável performance em termos de volume, preços e exportações.

7. Ao final da década de 80 a questão agrária volta a tona tanto no âmbito acadêmico como socio-político. Animada pela abertura das liberdades públicas e pela extensão de vários movimentos políticos ao campo a questão agrária desemboca na Constituinte. Aí ressurgem com grande vigor a luta pela defesa da terra animada pela nova esquerda emergente com a criação do PT, a qual anima as velhas aspirações reformistas da ABRA, grupo de extração essencialmente tecnocrática que se manteve alheio durante muitos anos aos malabarismos da especulação teórica mais refinada. Este processo desemboca nos dias de hoje onde se podem visualizar, pelo menos, duas posições. A primeira, que dá seqüência aos entendimentos da década de 70 segundo os quais o processo de desenvolvimento e modernização autoritários no Brasil prescindem de uma necessária Reforma Agrária, para efeitos de criação de um mercado interno mais vigoroso e de uma agricultura capaz de competir no mercado internacional. Tal grupo, não obstante, não condena a Reforma Agrária. Pelo contrário, a situa como um instrumento de política compensatória a perversidade social do modelo brasileiro e capaz, até, de implementado elevar o nível de construção da cidadania e consolidação democrática no país. Mais à esquerda, os movimentos sociais liderados pelo MST defendem a Reforma Agrária a qualquer preço, como uma exigência desta construção. O Governo, de sua parte, sempre receoso de mexer com uma estrutura agrária secular com grande capacidade de representação político parlamentar, oscila entre avanços e retrocessos sempre nos marcos da legalidade constitucional que faz da Reforma Agrária um prato apetitoso para interesses escusos de proprietários e funcionários envolvidos na sua implantação. O Governo FHC, tímido no tratamento da matéria no seu início vê-se crescentemente pressionado a elaborar uma Política mais refinada de

Reforma Agrária, realizando uma primeira grande avaliação deste processo nas últimas décadas para concluir para a necessidade de uma ação mais voltada ao fortalecimento da produção familiar. Paulo Timm, Brasília 1998

## **2.CURSO DE FORMAÇÃO POLITICA MODULO BASICO**

Organização : Fundação Pedroso Horta PMDB-DF/ Sara Nossa Terra

Duração : 10 horas

Coordenação : Prof. Paulo Timm

Eleições Gerais – Brasil - 2002

## 1.Objetivos

O Curso de Formação Política – Módulo Básico destina-se a oferecer a jovens adolescentes acima de 16 anos noções básicas para o exercício da cidadania. A Constituição de 1988 trouxe a oportunidade de que os jovens, já aos 16 anos, possam votar mas não lhes proporciona, além da educação formal, nenhuma formação específica para o ingresso deste jovens ao processo político. O Curso em pauta pretende cobrir esta lacuna dando aos jovens uma visão teórica, histórica e prática da construção da modernidade a partir da constituição do Estado e dos Direitos Humanos ao longo de suas várias gerações: Direitos Civis e Políticos, Direitos Sociais e Direitos Difusos Contemporaneos, como o Direito do Consumidor e o Direito ao Meio Ambiente. Numa visão mais próxima da realidade serão ministradas informações sobre a relação entre estes aspectos gerais e o caso brasileiro, mostrando, finalmente, aspectos fundamentais do processo político brasileiro atual: O Estado Democrático de Direito, com a Constituição de 1988, As funções e instituições do Estado e suas relações com a sociedade, Os mecanismo de organização e representação dos eleitores: Os Sindicatos, ONGs, Partidos Políticos. O papel da imprensa livre numa sociedade democrática. Uma última sessão será dedicada ao estudo do Distrito Federal: População, Desenvolvimento, Representação Política.

## 2.Organização

O Curso destina-se a grupos de cem (100) jovens devendo as aulas serem ministradas aos sábados durante a tarde , em quatro sessões, a partir das 14:00 horas , nos sábados de cada mês ( junho, julho, agosto) Dado seu caráter modulado ele poderá ser repetido a até cinco distintos grupos nesse mês , com horários sucessivos de 14:00 às 16:00, 16:00 às 18:00 e 18:00 às 20:00)podendo, pois atingir até 300 jovens no prazo de um mês.

Um Convênio a ser firmado entre a Fundação Pedroso Horte, instituição de estudos e pesquisas do PMDB , com a Sara Nossa Terra, deverá garantir a seriedade do curso e seu credenciamento com o fornecimento de diplomas ao final do curso aos participantes com aproveitamento. Este aproveitamento será verificado na capacidade dos alunos produzirem alguns produtos como Projeto de Lei, Petição para Pequenas Causas, Representação, Artigo para publicação, Discurso etc.

Todos os alunos deverão receber um exemplar da Constituição e da Lei Orgânica do Distrito Federal, além de textos selecionados com trechos de livros e artigos de jornal. Receberão, também, a título de vivência, na quarta sessão, exemplares dos principais jornais da cidade.

O Curso será coordenado e ministrado pelo Professor PAULO TIMM, economista, ex-Professor da Universidade de Brasília,

### 3. Programação para os dias 06 – 13 – 20 e 27 de julho

Dia 6 – Estado e Sociedade no mundo moderno. Os elementos da modernidade. A modernidade questionada. O nascimento dos Estados e a longa luta pela sua democratização. O Estado como suprema criação da ética humana. O Estado de Direito Democrático. As instituições do Estado: O Poder Executivo e suas funções, o Legislativo e suas funções, o Poder Judiciário. Verdade, Justiça e Democracia como valores fundamentais em processo de construção. Os dilemas e tipos de

representação: direta e indireta. A organização política da sociedade: Associação livre, sindicalização e partidos políticos.

*Dia 13 – Cidadania e Classes Sociais – As projeções sociais e políticas da modernidade: Classes e Cidadania. O que são as classes e como surgem do esfacelamento da ordem feudal. A transformação das cidades e seu caráter ao longo da modernidade: centros mercantis, centros industriais, centros de prestação de serviços, centros de excelência tecnológica e de poder. A conquista da cidadania civil e política. A cidadania dos trabalhadores nas lutas sociais e na organização de partidos populares. Lutas sociais e Direitos Humanos. A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS de 1948. O TRIBUNAL INTERNACIONAL DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE das Nações Unidas. A Ação do Governo Federal na Área dos Direitos Humanos. A Conferência Anual dos Direitos Humanos.*

Dia 20 – Os Partidos Políticos e Democracia Participativa -Os Partidos como mediação necessária entre representantes e representados. Nascimento e evolução dos Partidos. A clivagem ideológica e social dos Partidos Políticos. Razão, revolução, bom senso e paixão na política. Os Partidos Políticos no Brasil: origem, programas, tendências sociais e ideológicas, perspectivas. Os problemas dos Partidos como mecanismo de

formação de consciência e de representação democrática. A questão da consciência, das falsas consciências e da sabedoria proverbial na conquista de patamares cada vez mais elevados de liberdade humana. Consciência e Participação numa sociedade democrática. As várias formas de Participação: Cultural e Artística, Popular, Política.

Dia 27 – O Distrito Federal e Brasília – A luta histórica pela transferência da capital. O que é o Distrito Federal na Constituição. A luta pela representação política do Distrito Federal. O caráter contraditório de Brasília como expressão de anseios nacionais e reivindicações locais: tombamento versus desenvolvimento. A Lei Orgânica do DF. A Câmara Legislativa do DF. População e Desenvolvimento no Distrito Federal. Migração e Desemprego. A organização dos serviços públicos no DF. O Plano Diretor do DF. O papel das ONGs, das Igrejas, das Universidades e

da Imprensa.As perspectivas para os próximos anos. Um modelo de desenvolvimento sustentável para o Distrito Federal.

#### 4. Infra-estrutura e custos

O Curso será pago cobrando-se de cada aluno uma taxa de R\$ 250,00 , para a cobertura de despesas gerais, como diploma,merenda, infra-estrutura etc. Este valor , entretanto, poderá ser convertido em uma bolsa de estudos para os interessados que será coberta pelos patrocinadores. A experiência não recomenda oferecer Cursos gratuitos. Melhor fixar um preço e oferecer a bolsa.

Para a realização do Curso de Formação Política faz-se necessário um trabalho de seleção dos jovens participantes, que deverá ser bastante heterogênea de forma a multiplicar seus efeitos sobre vários segmentos da sociedade.

A infra-estrutura necessárias reside na necessidade de uma sala com capacidade para 100 alunos, preferencialmente com quadro negro para pequenas anotações.

Sem ser propriamente indispensável seria interessante providenciar ao término da sessão uma pequenas reunião festiva de confraternização com a distribuição de alguns salgadinhos, cachorro quente, refrigerante.

Os recursos necessários resumem-se aos necessários para obter os 100 exemplares da Constituição e Lei Organica, que podem ser obtidos até gratuitamente, algumas xerox de artigos e num dos sábados, cerca de 200 exemplares de jornal para a leitura em classe.



O Curso será organizado e ministrado gratuitamente.

### 3.OS PARTIDOS POLITICOS

1. Para pensar o Partido Político é mister situá-lo, antes de mais nada, no todo que o envolve (1), no âmbito da Teoria do Estado, isto é, ao nível da sociedade, do poder e da representação, em sua respectiva historicidade. A sociedade civil ou política, constituída por famílias e outros grupos é o meio em que se forma o Estado; o poder é o elemento organizador da sociedade, principio da unidade social, centro propulsor e coordenador; e a representação é um vínculo entre a sociedade e o poder, sintonizando a ação dos governados”(2). O momento histórico destes vários elementos é o processo de constituição, auge e crise da modernização, compreendida como racionalização da cultura(3), massificação da produção e do consumo (4), risco crescente (5) e dessacralização das relações sociais (6).

A modernização, enfim, é aqui tomada como a afirmação do capitalismo como modo de produção hegemônico. E os partidos políticos como um elemento decisivo na construção deste processo.

#### 1.Origem dos Partidos.

Os Partidos Políticos nascem na primeira metade do século XIX na Europa (Reform Act, 1832, Inglaterra) e Estados Unidos mantendo-se, por muito tempo como Partido de notáveis. Já na Segunda metade daquele século nascem Partidos Políticos com maior clivagem social, notadamente operários, na Alemanha (1875), Itália (1892) e França (1905).Com a generalização do sufrágio universal a nível mundial no século XX, que foi uma das bandeiras destes Partidos, tais agremiações converteram-se em Partidos propriamente eleitorais(7)

Coluna vertebral das sociedades civis cada vez mais organizadas os Partidos se constituem no fio condutor que perpassa e integra Sociedade e Estado através da Política. São eles e só eles os condutores do princípio da representação e os elementos decisivos da função representação do Estado .

### 3. Conceito Funções dos Partidos

Segundo Weber o Partido político é uma associação que visa a uma fim deliberado, seja ele objetivo como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja

pessoal, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória, para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos estes objetivos conjuntamente”. Rigorosamente, estas associações emergem dos movimentos sociais visando a conquista do poder políticos quando se lhe reconhece este direito de participação na gestão da coisa pública. Só é possível, pois, a existência de Partidos na constituição mesma dos Estados juridicamente organizados, embora isto não signifique que se trata aí de Estados de Direito Democrático. Algumas ditaduras militares na América Latina preservaram os Partidos Políticos. Os países do Leste Europeu, antes da queda do muro de Berlim, China, Vietname e Cuba também tem Partidos únicos, de defesa da Revolução.

As funções dos Partidos derivam do seu objetivo maior, que é a luta pela conquista e preservação de parcelas maiores ou menores de Poder no âmbito do Estado. Bobbio, no seu dicionário de Política assim define tais funções: ‘todas as atividades que geram conseqüências mais ou menos relevantes no sistema político e social. Com o desenvolvimento da democracia tais funções tornaram amplas e complexas podendo-se destacar: o questionamento do próprio caráter das sociedades em que se inscrevem, a formulação de cenários e instrumentos alternativos de políticas públicas, a formação de quadros políticos filiados e, principalmente, a função representação. Só os Partidos tem o direito de disputar através de candidatos o processo eleitoral. Antes, nas sociedades pré-modernas a representação se dava no limite da transcendência, quando o soberano encarnava a vontade divina representando-a perante os súditos. No mundo imanente da ordem racional esta bênção se perde em benefício da verdade consensual. Só é válido o que está pactuado e mesmo assim, sempre que possível, desde que sujeito a novos e sucessivos processos de verificação.

A questão da Representação.

Quando se fala em “representação “está se falando em símbolo. O representante é um símbolo. A auto-iluminação da sociedade através de símbolos é parte integrante da realidade social, e pode-se mesmo dizer que é uma parte essencial dela, porque através dessa simbolização os membros da sociedade a vivenciam como algo mais que um acidente ou uma conveniência; vivenciam-no como pertencendo a sua essência humana. Inversamente, os símbolos exprimem a experiência de que o homem é inteiramente homem em virtude de sua participação em um todo que transcende a sua existência particular, em virtude de sua participação no *xynon*, o comum na expressão de Heráclito.” (8) A palavra é o primeiro símbolo e que antecede milênios a ciência Política, a *episteme* fundada por Platão e Aristóteles. Quando eles falaram em polis, cidadão, formas de governo, justiça etc eles não inventaram tais idéias, apenas as dotaram de novos e específicos significados. Estavam começando a fazer “ciência”. A partir daí quando um teórico-crítico se defronta com a linguagem ele tem diante de si dois conjuntos de símbolos: ‘os símbolos da linguagem produzidos como parte integrante do mundo social em seu progresso de auto-iluminação, e os símbolos da linguagem da ciência política’.(9) Platão chamaria o primeiro conjunto de *doxa*. Gramsci, filósofo marxista italiano da primeira metade deste século costumava dizer que o senso filosófico consistia numa superação do senso comum e do próprio bom senso, sugerindo, certamente, que era o calvário da superação da *doxa*. Hoje estes dois conjuntos estão muito misturados. A linguagem da ciência banalizou-se e produziu o seu uso indiscriminado. Esqueceu-se que a realidade, principalmente política, não se

define, apenas relata e submete, através da cuidadosa tentativa de construção científica, aos conceitos.’.. Na transição da realidade ‘a teoria , os critérios empregados no processo de esclarecimento devem ser bem definidos; e o valor cognitivo dos conceitos resultantes deve ser verificados, colocando-os em contextos teóricos mais amplos. O método , assim esboçado, é substancialmente , o procedimento aristotélico’, como ressalta Vegelin.

Nesse contexto teórico a representação tem por base uma atribuição específica, o que torna necessário distinguir representação de outros tipos de atribuição, estabelecendo a diferença entre agente e representante. Esta diferença e a articulação entre elas é condição da representação. ‘Para chegar a existir , a sociedade deve articular-se. Afim de produzir um representante que aja por ela.’”(10)E tais articulações serão tanto mais complexas quanto mais complexos os requisitos da representação .Um Estado Nacional, por exemplo, não é apenas um conjunto de pessoas unidos por certo sentimento de Justiça, no dizer de Santo Agostinho, mas um corpo ereto sob a figura de um soberano: *Rex erectus est...*

Sir John Fortescue (11) foi um dos primeiros teóricos a perceber esta sutileza da questão da representação. Ele demonstra que o Rei não era apenas o centro estático e hierarquizado ,mas a expressão da *intencio populi*, isto é o centro místico do Reino. ‘O Rei é em seu Reino o que o Papa é na Igreja- a formulação mais compacta do problema da representação.’” Não por acaso, conclui Eric Vegelin:

Perder o Rei significava perder a capacidade de atuação.

Mais tarde, diante dos desafios a construtivo da democracia no século XX outro autor – MAURICE HAURIU(12) voltou-se para a questão da representação. Para ela o poder do Governo é legítimo por funcionar como representante do Estado. Assim resume Vegelin a teoria de Hauriou:

*O Estado é uma comunidade nacional na qual o poder governante é a criação de uma nação politicamente unificada, pela transformação do todo desorganizado preexistente em um corpo organizado para agir. O núcleo dessa instituição será a idéia a idéee directrice, de realizá-la e de expandi-la aumentando seu poder; e a função específica do governante é a concepção dessa idéia e sua realização histórica. A instituição se aperfeiçoa quando o governante se subordina à idéia e quando, ao mesmo tempo, o contentemente coutumier dos membros é obtido. Ser representante significa orientar , desde uma posição dirigente , o trabalho de realizar a idéia através da sua encarnação institucional; e o poder do Governante tem autoridade na medida em que ele consiga torna-lo representativo da idéia.*

Importante ressaltar que já aqui o tema da representação começa a entrelaçar-se com o da legitimação. Pois não basta que o Governo o seja no sentido constitucional do Direito Positivo, mas que realize a idéia da instituição, vale dizer, que o seja no sentido existencial. Caso contrario mais cedo ou mais tarde será golpeado por outro que assuma este último.

Em resumo, pode-se dizer que a questão da representação é anterior a constituição dos partidos políticos e que constitui uma forma complexa de articulação das sociedades humanas em seu devenir histórico. A sociedade propriamente política começa a existir quando se articula e produz um representante. A interveniência dos partidos neste processo constitui, por sua vez, um elemento ulterior de complexidade, que inaugura

uma nova fase da própria sociedade política humana, pois só eles estão habilitados ao exercício formal da representação.

#### 4. A questão da legitimidade

Se a representação tem um sentido transcendental e existencial, cabe sempre a indagação: Onde está a verdade?

Enquanto as sociedades humanas foram cosmológicas, esta resposta era singela: Havia a articulação produtora de uma ordem fundada e representada por aquele que fazia a ligação entre o sagrado e o profano, que era o portador da verdade, e os inimigos que expressavam a desordem e a mentira. O conceito de "justiça" aparecia aqui como uma acomodação entre o *cosmion*, pequeno mundo, e o próprio cosmos. A descoberta de uma nova verdade capaz de desafiar estes impérios cosmológicos introduz a noção mais próxima de legitimidade que usamos hoje e se constitui em feito histórico gigantesco. Ele emerge em torno do século V Antes de Cristo com Confúcio e Lao Tse, na China, com Buda na Índia, com os Profetas em Israel e com os filósofos e a tragédia na Grécia., particularmente Heráclito (Tudo flui..., 12) Alguns, como Karl Jaspers (13) a contemplam como a inflexão da humanidade rumo aos tempos modernos. Henri Bergson (14) concebeu os conceitos de sociedades fechadas e sociedades abertas para diferenciar este grande momento, que, merece de circunstâncias históricas, desdobrou-se no Ocidente com o desenvolvimento da Filosofia e da Política como ciência. Aqui Platão dá a fórmula que sobreviveria até nossos dias: A *polis* é o homem em escala ampliada. Como princípio geral isto significa que toda sociedade reflete em sua ordem o tipo humano de que se compõe. Como instrumento de crítica social significa que as diferenças de ordem social podem ser vistas como diferenças de tipos humanos devido à descoberta da psique humana e seu desejo de expressar-se no ambiente. A verdade nunca é descoberta, assim, num vazio, mas num círculo denso de convicções cada vez mais sofisticadas em sua estruturação interna. A primeira e mais sofisticada destas virtudes, para Platão, era o filósofo., para Aristóteles o *spoudaios*. Claro que nem o filósofo nem o *spoudaios* precisavam encarnar o modelo de virtude, mas deviam ser capazes de reproduzir imaginativamente as experiências que suas teorias - a IDEIA - tentavam explicar de forma a superar o confronto com a verdade cosmológica. Isto nunca foi fácil e nem é bastante provável. Mas possível. Talvez inelutavelmente necessária desde o advento das sociedades abertas. E neste caso, além do significado existencial da representação, deve-se ter presente que a própria sociedade e a representante de uma verdade transcendente. Na conclusão de Eric Vegelin:” Ambos os significados se referem a aspectos de um mesmo problema: em primeiro lugar, na medida em que o representante existencial da sociedade é seu chefe ativo na representação da verdade; e, em segundo lugar, na medida que o governo obtido pelo consenso do corpo de cidadãos pressupõe a articulação dos cidadãos individualmente considerados até o ponto em que eles se possam tornar participantes ativos na representação através do *peitho*, a persuasão...Finalmente, foi possível penetrar no mistério do esclarecimento crítico.

‘Desde que a verdade deixa de ser um terreno dominado pelo que hoje designamos como fundamentalismo para ser o resultado da capacidade de sua própria construção consensual condutora da legitimidade dos Governos a Filosofia, a Ciência Política e os

Partidos ganham novas e renovadas funções. Dentre as quais desenvolver a possibilidade desta verdade e construí-la como consenso. Os Partidos, aqui, tampouco podem se constituir em instrumentos primários de aquisição de poder. Desde que a elas compete o exercício da representação numa ordem racional, cabe-lhes uma dura tarefa de se preparar para este desafio. A própria legitimidade pretendida jamais será como outrora um terreno estável. O maior teórico contemporâneo destas questões, HABERMAS(15.) lembra que “agora são as próprias condições da justificação que recebem força legitimadora – os procedimentos e premissas de um acordo racional tornam-se eles mesmos princípios”. A legitimidade significa que um ordenamento político é digno de ser reconhecido e que, portanto, a mudança de um nível de justificação ao para outro envolve processos de aprendizagem. A sua suposição e que os novos saltos ocorridos no processo de invalidação ligam-se “às passagens para novos níveis de aprendizado que tiveram lugar na evolução social: níveis de aprendizado que fixam condições dos processos de aprendizagem, tanto na dimensão do pensamento objetivante como naquela da intuição prática”. Mais tarde, já na sua última obra sobre o tema, Habermas manifesta-se mais transcendentalista enfatizando a “situação ideal da fala”. A verdade emergiria, neste caso, não só da imensa capacidade das sociedades modernas desenvolverem o aprendizado, mas, também pelas imensas possibilidades de uma razão comunicativa perfeita entre os distintos atores sociais, capaz de construir uma inter-subjetividade jamais imaginada. No turbilhão de percepções subjacentes à esta intersubjetividade a percepção, registrada por dois autores contemporâneos e (16) em suas conclusões sobre a legitimidade:” A legitimidade não é um todo coerente, articulado logicamente em todos os seus pontos. Ao contrário algo fluido, amorfo, entrópico, é também parte constitutiva de seu tecido. Sua substância, algo não modelar, não sistêmico, imprevisível, está na vontade humana...”. A verdade pétrea e natural das sociedades cosmológicas, portanto, segue-se a verdade volátil e inter-subjetiva do mundo moderno. Ainda assim, como ‘tudo que é sólido desmancha no ar’ (17), também esta se redefine na crise da modernidade, ante-sala de um novo tempo histórico para a humanidade (pos-moderno?...) Talvez cheguemos em breve à conclusão de que, enfim, verdades e mentiras constituíram um remoto momento desta história. A física desde algum tempo caminha por esta vertente abrindo alternativas mais flexíveis para os paradigmas da Filosofia e da Teoria Social e Política. Como a verdade é uma tentativa de captar a realidade e esta realidade, na verdade, nunca existe senão como possibilidade, a própria verdade é sempre virtual. Este, porém, ainda é um vasto caminho a ser trilhado.

## 6. A Crítica aos Partidos Políticos

A maior crítica aos Partidos Políticos consiste na rejeição ao seu monopólio da representação. Por quê só os Partidos Políticos podem indicar os elegíveis? Esta crítica tem várias origens e ganha corpo com a crise quase universal dos Parlamentos.

Supostamente, dá-se aos Partidos o monopólio da representação na expectativa de que só grupos politicamente organizados conseguiriam desincumbir-se das vastas e complexas funções atribuídas aos Partidos.

Os críticos procuram demonstrar que todos os partidos acabam padecendo das vicissitudes de qualquer organização. Eles se burocratizam e acabam transferindo o comando para pequenas oligarquias que os dominam. O espectro da racionalização weberiana que domina toda a sociedade alcança também os Partidos convertendo-os em aparelhos' 'a disposição de seus dirigentes, incapaz de preencher os requisitos da representação e da legitimação

Outra critica aos Partidos procura evidenciar sua incapacidade de incorporar os novos agentes sociais em ação na vida contemporânea. E o caso do filósofo português. Boaventura de Souza Santos(18)

Apesar destas criticas todas as sociedades modernas continuam referendando os partidos como o mecanismo nuclear da Política. O argumento principal para a defesa dos Partidos é similar aquele atribuído a Winston Churchill com relação 'democracia: É o pior sistema do mundo. Mas não existe outro melhor...

O sistema de Partidos, com efeito, padece da possibilidade de incorporar, sobretudo, a consciência mais crítica da sociedade, precisamente a que poderia aportar significativa contribuição ao processo de criação de alternativas a verdade ou verdades estabelecidas. Mas, na sua maioria, os Partidos, não são abertos. Obedecem, como nas sociedades cosmologicas antigas, às suas verdades guardadas a sete chaves pelos aparatchiks respectivos. De resto, como estruturas de poder que são, e não apenas de conhecimento, definham em argumentos na mesma proporção em que crescem na hierarquia partidária. Fala-se, por exemplo, costumeiramente de re-engenharia, qualidade, e outras inovações no mundo das empresas, que desde W. Edward Deming (19) rejeita o sistema de mérito por sua atávica capacidade para produzir não so a destruição da eficiência , mas principalmente a moral e a verdade. Tais questões passam ao largo das instituições partidárias, que se transformaram numa espécie de clero da laicidade. Ir e falar contra os políticos tornou-se corriqueiro, mesmo nos países de sólida formação democrática e desenvolvidos, a tal ponto que a presença nos pleitos eleitorais vem declinando assustadoramente, principalmente entre os jovens.

Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo, tem sido um dos mais enfáticos defensores dos Partidos , da democracia e dos políticos.

Numa recente conferencia na Universidade de Stanford, a conhecida Robert Wesson Lecture, a 11 de marco de 1996,(20) ele afirma: 'É o próprio êxito da democracia enquanto idéia e sua legitimidade enquanto valor de alcance universal que parecem estar colocando-a sob o fogo cerrado da crítica, até mesmo de seus defensores''. Citando Allain Tourraine ele diz que uma das origens deste estado de espírito é o de que , 'em vez de nos definirmos pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos' e agrega: 'E não apenas pelo que somos, mas também pelo que queremos, e estes desejos são muito diversos.' Mais ainda, segundo FHC: 'No mundo inteiro, o fascínio pelo novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV, desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compões a identidade nacional: uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva – com êxitos e dificuldades – e um sentido de futuro.' Tudo isto, a heterogeneidade estrutural crescente da sociedade, a atenuação das dicotomias clássicas esquerda-direita, a fragmentação dos indivíduos em pequenos grupos de referencia cultural e identidade especifica , segundo ele, está enfraquecendo os Partidos. – O que lhes dava consistência era a identificação com um ideário que

correspondia ao interesse de determinadas classes ou categorias. Faziam uma escolha ideológica que se materializava num programa de ação. Numa época em que a disputa ideológica se esmaece, em que os interesses tornaram-se menos claros e mais dispersos, pós Partidos Políticos correm o risco de ver diminuída sua capacidade mobilizadora'. Acrescenta ainda , lembrando Robert Dahl, que a democracia representativa nasceu em países de pequenas proporções onde podia haver a possibilidade do contato do representante com os representados. Hoje , grandes sociedades de massa, articuladas por sistemas de comunicação virtual on line distanciam o representante do corpo eleitoral, colocando-o em cheque a cada momento de renovação de mandato. Em consequência, para ele, 'a incapacidade momentânea de o Estado responder a um nível mais elevado de reivindicações sociais o paz ser percebido como inoperante, ineficaz e a classe política sofre diretamente o impacto adverso dessa percepção negativa do Estado. Desfazer ilusões e criar um maior sentido de realismo sobre as possibilidades de ação do Estado são essenciais para recuperar a viabilidade da democracia e despertar a cidadania para a parte que lhe cabe no encaminhamento dos problemas. (Afinal) o valor do debate público não se mede apenas pela qualidade da classe política, mas também pela capacidade dos cidadãos de refletirem sobre o interesse público, formularem suas reivindicações para as mudanças e se organizarem para que elas se concretizem.'".

Belas palavras de Fernando Henrique , porém , aquém da necessidade teórica de se justificar o monopólio da Política pelos Partidos. Soam como se Luiz XVI , do alto do seu absolutismo, proclamasse a responsabilidade cívica do Terceiro Estado na defesa do direito divino dos Reis. Ou as de Maria I, na disparada da Côrte portuguesa para o Brasil:- ' Se na têm pão , que comam bolo... '.

A verdade é que os Partidos cumpriram um papel fundamental no processo de consolidação da instancia política no mundo moderno mas não estão mais conseguindo manter os níveis de credibilidade capaz de manter a sua força mobilizadora para a construção de um amplo e profundo processo de comunicação inter-subjetiva conducente ao consenso. O próprio Direito como cristalização deste consenso encontra na sociedade contemporânea cada vez mais dificuldade em se manter como o instrumento contratual nuclear do fazer histórico."O Direito é essa artificialidade que vincula o tempo. ..O direito fornece estabilidade e certeza artificiais e contingentes, assim como o faz o Estado, que organiza a comunicação entre a política e o direito...No entanto, enquanto a sociedade representa para si próp[ria o futuro como risco e o vincula por intermédio do direito, o risco mesmo não se deixa jurisdicizar.... O direito moderno constitui uma aquisição improvável... Agora, esses horizontes nos permitem observar como realmente funciona a aquisição do direito, quais são as suas potencialidades, sua indiferença, e também o limiar de sua sensibilidade. Os limites do direito, ou seja, o seu futuro, dependem de sua estrutural incapacidade lidar com o risco.(20)

Diante disto resta-nos continuar explorando as possibilidades do gênero humano em suas múltiplas manifestações, a principal delas, sem dúvida, a Política que o potência à transcendência.



## Bibliografia:

1. Sartre, Jean Paul – Questão de Metodo.
2. Voegelin, Eric – A Nova Ciência Política- Editora Universidade de Brasília
3. Weber, Max – Economia e Sociedade-
4. Marx, Karl, - O Capital , vol.1 – Ed. Fonde de Cultura
5. Giddens Antony- Para além da Esquerda e da Direita- Ed. UNESP
6. Luckacs,E. – Historia e Consciencia de Classe – Ed. Fonde de Cultura
7. Bobbio et alii – Dicionario de Ciencia Politica – Ed.Unb
8. Voegelin, Eric- citado
9. Voegelin, Eric – citado
10. Idem –
11. Fortescue, John- The Governance of England, ed.Plummer (Oxford, 1885) , citado em Voegelin.
12. Hauriou, Maurice –Precis de droit constitutionnel (2ª ed.-1929) ,citado em Voegelin.
13. Gaarder, Jostein - O Mundo de Sofia – Cia.das Letras
14. Jaspers,K. e Bergson, Henri – citados in Voegelin, Eric
15. Habermas,Jürgen – Problemas de legitimação no Estado Moderno in Habermas,J., Para a reconstrução do materialismo histórico – 2ª ed. São Paulo Brasiliense .
- 16- Idem
17. Marx , Karl – O Manifesto Comunista, 1848
18. Santos, Boaventura de Souza – Pela Mão de Alice- O social e o politico na pos-modernidade- Cortez Ed. 2ª ed.
19. Deming Edwar – A Nova Economia ,Wuality Mark Editora
20. Cardoso, FHC – A revitalização da arte da política, in Democracia, a Grande Revolução- Simposio Florestan Fernandes – UNB
21. Di Giorgi, Rafaele- Democracia, Estado e Direito na Sociedade Contemporanea, in Cadernos da Escola do Legislativo no.2(4), jul/dez. 1995<sup>A</sup>- Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

#### 4. DIREITOS SOCIAIS: IMPERATIVO ÉTICO OU RAZÃO CONSENSUAL

*“Ao contrário do idealismo ético, o liberalismo democrático não visa à construção da sociedade justa, “sub ispécie atemitatis”. Mais modestamente, tenta permitir que as pessoas aqui e agora articulem suas necessidades e ideais e projetem uma base para a atual cooperação. Um liberalismo deste tipo não é apenas necessário, é a única maneira, hoje em dia, de todos podermos ser liberais”.*

*Bellamy Richard - o liberalismo a sociedade moderna. Ed. UNESP - São Paulo.*

A construção do mundo moderno está inequivocamente ligada à instauração do contrato, que institui no homem a dicotomia entre o inato e o adquirido, entre a natureza e a cultura. Devemos a Hobbes, sem dúvida, esta inauguração teórico-prática ao final das longas lutas travadas no séc. XVII na Inglaterra e que impunham este dilema moral: prosseguir com as guerras na tentativa de sua legitimação ou interrompê-las pelo direito. Para ele a história não é uma propedeutica suave mas uma maiêntica violenta. É o máximo de barbárie que aponta para o extermínio da espécie humana que introduz a civilização, não como imperativo mora, mas uma utopia da anterioridade. Assim o “destino do homem resume-se a uma dupla condição: a de fugitivo do pânico experimentado e a de prisioneiro do medo construído pela magnina do Leviafã...”.

A longa trajetória da democracia corresponde ao processo de modelagem do contrato. Primeiro, através de uma instituição idealizada como representativa dos interesses coletivos expressos num conceito restrito e vago de cidadania. Mais tarde, progressivamente como o lugar de articulação de mecanismos para a produção deste consenso. Daí o trânsito da “democracia liberal”, de fundamento ético, para o liberalismo democrático do final do século XX, incluindo nesta trajetória não apenas uma mudança política, mas uma redefinição do Estado e da razão soberana, muito menos complexa ao tempo de Hobbes. Neste trânsito, a passagem da cidadania

como um atributo natural, inato, que faz de todos iguais perante a Lei, para a cidadania como igualdade nos direitos, vale dizer como construção desta igualdade pela ampliação das oportunidades entre socialmente desiguais.

Neste contexto histórico e teórico é que ganharam importância os “direitos humanos”. Simplesmente se poderia dizer que a noção mesma do contrato contemplava dois grandes âmbitos de direitos: aquelas indispensáveis à eliminação de diferenças perante a lei, que garantiriam a constituição da sociedade civil separada do Estado - direitos civis - e aqueles indispensáveis a participação no próprio processo contratual - direitos políticos. Em ambos casos o Direito e o estado são objetos distintos da sociedade. Neste sistema de idéias clássicas à idéia da natureza sobreveio a idéia da razão. Depois vem a moral e a política. “O sistema do direito pode-se autodescrever como um produto da política ou de moral, mas não consegue compreender, mediante este tipo de autodescrição, aquilo que o torna diverso do sistema da política ou das construções morais. Mas se tudo se resolve na Política, então não há direito”. Este modelo de representação do Direito, do Estado e da Sociedade Civil expressava bem o ideal iluminista da razão a serviço do homem, colocando num extremo o Estado como razão suprema e noutro o reino a individualidade idealizada pelo Direito.

Nem mesmo a ampliação dos direitos humanos para o campo da ampliação das oportunidades que contribuiriam para o entendimento da cidadania como construção e da democracia como processo alterariam radicalmente este modelo clássico. Claro que ampliou consideravelmente o nível de bem-estar e liberdades públicas nos últimos 50 anos, mas rigorosamente continua fundamentado no tripé Estado-Direito-Sociedade Civil, onde se atribui ao primeiro a responsabilidade maior pela estabilidade de todo o modelo regulatório. Cada vez mais, porém, a própria modernidade vai se superando a si própria e “tudo que é sólido desmancha no ar”... O limite desta transformação é a passagem do Estado Liberal para a sociedade liberada na qual o modelo clássico baseado em princípios passa dar passagem ao modelo cibernético de consentimento sobre decisões. A razão comunicativa de Habermas.

Assim sendo, a questão da inclusão ou não dos direitos humanos transita cada vez mais do Direito, que o articula ao Estado, para a política, que o articula à própria sociedade. Enquanto discussão ética, inequívoco. Enquanto forma de realização, um paradoxo, “quando elegemos como ponto de partida a moral do respeito universal, então nos comprometemos considerar todo ser humano em objeto de respeito. O respeito a cada ser humano supõe o reconhecimento de suas necessidades básicas. Somente a atribuição de direitos sociais pode garantir a satisfação de tais necessidades e, por conseguinte, fornecer a todos os indivíduos as condições mínimas para a realização de uma vida digna. Ou se quisermos, resumindo o argumento do reconhecimento dos direitos sociais básicos segundo Maria Clara Diky (Direitos Humanos a Moral do Respeito Universal - Ver. Princípios Junho 95): 1) Todos os integrantes da sociedade moral possuem direitos. 2) O exercício de tais direitos supõe uma vida saudável e ativa. 3) A garantia de condições mínimas de subsistência é uma condição mínima para uma vida saudável e ativa. 4) A garantia de condições mínimas de subsistência é, portanto, desde sempre já pressuposta, quando os integrantes da sociedade moral se outorgam direitos. A atribuição de direitos sociais básicos é, assim, um princípio fundamental da sociedade moral.

A questão, entretanto, não é meramente moral, mas política! Como assegurar que estes princípios (válidos) sejam efetivamente cumpridos. No Brasil, a

Constituinte inflamada de 1988 não teve dúvidas e regozijou-se de ser uma “Constituição-Cidadã no sentido de ter inscrito no Pacto os compromissos com Direitos Individuais, Coletivos e Sociais (Cap. I e II Constituição de 1988).

Realização suprema do avanço das forças populares naquele momento histórico o Pacto de 88 só viria a conformar, depois, as objeções teóricas à tamanha ampliação dos direitos humanos. Os custos de muitos direitos sociais ali inscritos soterram a palavra. Mais do que nunca, também, o ajuste da economia brasileira às exigências da globalização viria estreitar na prática do mercado os incluídos de fato na ordem contratual e não a realizar os princípios morais de equidade registrados no constituição. Isso posto, argumentam as autoridades, pior para uns, melhor para todos, pois o Estado se supõe vir recuperando sua capacidade de financiamento e desta forma recompondo suas funções básicas de acumulação e legitimação.

Trata-se, pois, não só de proclamar ou inscrever os Direitos Sociais na Constituição, mas de vê-los implementados. Há aqui, também, a premissa moral, sem a qual nada valeria a pena ser discutido. Mas além da premissa moral que inscreve pela razão iluminista estes Direitos como responsabilidade do Estado, há que se rever a própria relação entre o Estado, O Direito e A Política. Já não se trata de democratizar o Estado e de ampliar a extensão dos direitos, mas de refazer a política. “O Direito fornece estabilidade e certeza artificial e contingentes assim como faz o Estado, que organiza a comunicação entre a política e o Direito. No entanto, enquanto a sociedade representa para si próprio o futuro como risco e o vincula por intermédio direito, o mesmo não se deixa juridicisar... Os limites do Direito, ou seja seu futuro dependem de sua estrutural incapacidade de lidar com o risco. Di Giorgio - Democracia, Estado e Direito na Sociedade Contemporânea, in Cadernos da Escola Legislativo, BH Julho de 1995

## **5. DIREITOS HUMANOS, ESTRATÉGIA DO SÉCULO XXI**

*As recentes intervenções internacionais de forças da OTAN E NAÇÕES UNIDAS na Bósnia , Kosovo e Timor Leste por razões humanitárias traz a tona a questão dos direitos humanos com, efeito desde a declaração dos direitos de 1948 ate agora um longo percurso marcou essa matéria . Duas conferencias internacionais , em 1968 em Teerã e em 1993 em Viena , lhe dão dois impulsos significativos : o primeiro conceitual que assegurou um nível de adesão(à defesa dos direitos humanos ) por quase 200 países; o segundo institucional , garantindo a criação do ALTO COMISSARIADO dos direitos humanos na ONU e apontando para a criação do TRIBUNAL INTERNACIONAL DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE , cujo o projeto básico foi objeto de uma conferencia internacional em junho de 98 , em Roma. Com isto direitos humanos deixou de ser uma bandeira de abnegados e passou a se constituir numa estratégia para o século XXI , a*

*qual se inclina toda a comunidade internacional . Três princípios mostram o avanço conceitual : indivisibilidade dos direitos civis , políticos, Econômicos , sociais e culturais , universalidade na sua observância e indisponibilidade entre democracia , desenvolvimento e defesa dos direitos humanos . Estado e sociedade doravante, deverão empenhar-se na reorganização de seus sistema político, econômico e cultural , com vistas ao fortalecimento , respectivamente , do processo de legitimação via construção de uma cidadania universal cada vez mais ativa , de um crescimento cada vez mais eqüitativo e uma auto mania ( consciente) cada vez mais tolerante fundada na educação para o decidir , fazer conviver e ser.*

*Do ponto der vista institucional da criação do ALTO COMISSARIADO DOS DIREITOS HUMANOS elevou esta questão aos níveis já alcançados na Nações Unidas , pelo comercio , desenvolvimento e educação Há, agora, um centro efetivo de articulação internacional e não de pesquisa e de documentação como o CENTRO DE DIREITOS HUMANOS , capaz de levar a intervenção sobre áreas objeto de nações capitulares como crimes contra a humanidade .*

*Este novo “ SISTEMA DE SEGURANÇA HUMANA” em escala mundial é a conseqüência natural da democracia com valor universal fundado ontologicamente na liberdade. É verdade que o século XX foi palco de algumas ilusões totalitárias como o fascismo , o socialismo-real e alguns regimes fundamentalistas islâmicos . Agora mesmo a china comemora seus cinqüenta anos de revolução comunistas .*

*Isaac Deutscher morreu impressionado com longa duração do regime soviético , ainda então vigoroso, mas todos acabam revelando-se transitórios diante do imperativo moral , funcional, sistêmico da liberdade . Liberdade não apenas para construir o processo amplo de representação ao nível de poder mas também e cada vez mais para desconstituí-lo. Hayeck , insuspeito assina-la :*

*“Ao governo que pode ser desconstituído chamo democracia”*

*Claro que DIREITOS HUMANOS não é uma panacéia para todos os males o do vindouro século. Mas se atentarmos para os desafios que temos pela frente : ELIMINAÇÃO DA MISÉRIA , LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA PELA A ATIVAÇÃO DA CIDADANIA , CONSTRUÇÃO DA AFETIVA OUTONOMIA HUMANA ATRAVÉS DA DESMONTAGEM DE*

*TODOS AS FATORES QUE CONDICIONAM A ALIENAÇÃO , A FALSA CONSCIENCIA E A INSUFICIENCIA DO PENSAR , O FIM DA INTOLERANCIA , temos ai uma estratégia global da atuação jamais vista. Apesar dos céticos e dos eternos inimigos da liberdade.*

---

## **6.A VERDADE SOBRE OS SERVIDORES APOSENTADOS**

O Governo Fernando Henrique vai ficar na historia como o algoz dos servidores públicos : Privatizações, terceirizações, enxugamento da maquina, congelamento salarial por dois períodos de governo, revisão das aposentadorias e duas, agora a terceira tentativa publicamente defendida como prioridade pelo novo Ministro da Previdência, de cobrar INSS sobre os inativos.

E se tudo der errado? Vão culpar o barnabe pela catástrofe. Ah afogados nativos!...

Mas será realmente o funcionário publico brasileiro um privilegiado que se deve banir na construção de uma sociedade mais igualitária e o inativo um peso morto no reerguimento da econômica nacional?

A resposta e muito simples: Basta indagar sobre a relação entre servidores públicos e o numero de habitantes em países com nível de desenvolvimento similar ou mesmo superior ao do Brasil. Ai descobre-se que não padecemos de nenhum inchaço ou gigantismo, mas ate de uma anemia crônica, principalmente nos serviço básicos de educação e saúde. E os salários? Recente publicação do IPEA (Boletim Estatístico-fv.2001) demonstra que ,efetivamente ,nos níveis mais baixos da administração publica ,os salários são um pouco mais elevados do que no setor privado, o que , alias, só revela o esforço que faz o Estado quanto ao imperativo redistributivista que se reclama urgente. Nos escalões intermediários ,os níveis são equivalentes entre publico e privado e, curioso, onde mais de condenam os servidores, no nível superior, onde se situa cerca de 30% do numero de funcionários da União, a media salarial e mais baixa do que no setor privado. Ou seja, os executivos públicos , se tivessem ido para o setor privado estariam ganhando mais. Restaria saber, enfim, se o Estado – União, Estados, Municípios e Distrito Federal teem condições de arcar com as despesas dessa folha salarial? Ora, houve tempo em que isto era problemático, mas, mercê dos próprios reajustes efetuados no setor publico e da legislação que determina tetos para este gastos isto já não e mais problema, excetuando-se, e claro, os novos Estados , alguns municípios do nordeste e centro –oeste e Brasília, que e um caso a parte. O grande problema não estaria, pois, no pagamento dos ativos, mas dos inativos. Daí a alegada necessidade da cobrança do INSS para reequilibrar a situação claramente deficitária entre o que o Estado arrecada dos e paga aos inativos. Já se cobra INSS dos servidores novos, regidos pela nova Lei Previdenciaria, mas os aposentados antes da aprovação da Lei , sobre os quais o Governo insiste em cobrar a taxa providenciaria continuam isentos. O Governo na defesa da sua tese mostra o déficit. Os aposentados, francamente

apoiados pelo Congresso Nacional ,os seus argumentos, sobre os quais atrevo-me a acrescentar, como aposentado da União, alguns, na certeza de confirmar cada vez mais o equívoco governamental agora na goela do novo ministro, alias mais governista do que pefelista, eis que o próprio PFL rejeita sua reverberação.

O Governo mostra o déficit realmente grande da conta dos aposentados e exige o reforço de caixa. Mas esquece que a conta previdenciaria em qualquer situação nunca fecha . O montante do fluxo das contribuições providenciarias dos ativos, públicos ou privados, sempre sera menor do que o montante dos gastos com aposentadorias e pensões. Em qualquer lugar do mundo. Daí a necessidade, presente no regime previdenciario de hoje de se providenciar a capitalização das contribuições, segundo os segmentos contributivos, associada ao direito de opção dos trabalhadores por varias alternativas de desfrute no futuro.E` o Estado previdencial substituindo o Estado providencial. Entao, ao fluxo das contribuições dos ativos se somara o resultado da capitalização do fundo previdenciario no sentido de chegar mais perto do equilíbrio com os gastos finais, o que dependera sempre de alguma contribuição fiscal do Estado, dependendo, naturalmente do grau não de previdência mas de providencia deste Estado associado ao peso político da população afetada por esta questão. A Franca discute muito esta ultima questão.

Mas há outro equívoco na argumentação do Governo: Ele alega que os aposentados públicos nunca pagaram contribuição previdenciaria.

Esquece-se este Governo ou finge não saber que grande parte dos aposentados de hoje , como eu , pagaram nos seus primeiros anos de vida funcional o IPASE – ou equivalente nos Estados -. Depois de 1964, como fruto do modismo de então, alastrou-se o regime celetista na administração publica, chegando a ser maior do que 50% do total dos funcionários com a disseminação de fundações, autarquias e outras quejandas mistificadores. Todos estes funcionários pagaram durante toda a sua vida a contribuição do INSS só deixando de faze-lo depois da instituição do regime único pela Constituição de 1988, regulamentada pela União em dezembro de 1990. E ` exatamente por isto que a porcentagem de gastos da União entre servidores ativos e inativos ,depois daquele ano começa a alterar-se de um nível histórico de 20-25% para ate 50% nos dias atuais, pois o que se altera na equação e exatamente o deslocamento do custo das aposentadorias e pensões que seriam do INSS, para o qual estes servidores contribuía, para o Tesouro. O erro, se houve, de parte do Constituinte, foi o de não ter transferido para uma conta especial do Tesouro o patrimônio previdenciario capitalizado destes servidores ,junto com o regime único, deixando a impressão de sinecura . Mas mesmo que os celetistas jamais tivessem contribuído para o INSS durante suas vidas funcionais ainda assim seria justo beneficia-los com o instituto da previdência do setor público, pois na pratica , o foram . Qual a diferença , por exemplo entre um medico da Fundação Hospitalar do GDF e outro da Secretaria da Saúde? Em boa hora o Governador Joaquim Rores acabou com esta historia de Fundações aqui em Brasília, as quais foram concebidas em meados do século passado sob a perspectiva de que se deveria separar as funções de planejamento das funções de execução. Hoje, a moderna teoria da administração faz justamente o oposto:diminui a distancia ate o consumidor final de forma a elevar o nível de qualidade dos serviços. O

Governo Federal faria uma boa economia se seguisse o exemplo de Roriz Mas, enfim, o déficit dos aposentados além de ser até certo ponto normal é também conjuntural. Foi provocado pela incorporação dos custos dos celetistas recompostos no regime estatutário, a partir de 1991, sem a adequação de mecanismos de financiamento compensatórios. Daqui a vinte anos, no máximo, quando provavelmente a maioria dos aposentados e pensionistas estiverem mortos, a situação se reequilibrará automaticamente. Mas se for instituída a cobrança do INSS sobre os aposentados, além de ofensiva ao princípio do direito adquirido e à inteligência do processo, ela jamais será retirada, enrijecendo o circuito do dinheiro público que deve ficar, tanto quanto possível, ao sabor das contingências das lutas (de classes, segmentos, sexos, regiões etc.) que conformam a vida democrática. O que é bem pior do que a criação de Fundos Especiais consolidados em legislação para tais setores, pois aqui se estará cristalizando uma situação em benefício do próprio Estado. Mais um imposto. E que i-m-p-o-s-t-o!...

Paulo Timm – Economista do IPEA, ex-presidente do Sindicato e Conselho de Economia do DF. Presidente do CLAE –Centro Latino de Estudos para a PAZ. Brasília  
28 de março de 2001. Publicado no site [www.mosap.org.br](http://www.mosap.org.br)



INTERNACIONAL

## 1. FIDEL CASTRO POPULISTA

Livros

Fidel Castro

populista

O livro do professor Floretan aparece nas livrarias no bojo das recente descoberta descoberta? , a Revolução Cubana em ser obra de especialista sobre a matéria, como afirma o próprio autor , “DA GUERRILHA AO SOCIALISMO” , dista muito das produções , até aqui meramente jornalísticas, sobre Cuba felizmente ! pois já estávamos a merecer referencias mais sólidos para reflexão , ora trazidos aos estudiosos e políticos, brasileiros palas mãos respeitáveis de Florestan Fernades.

Floretan apanha a revolução Cubana, desde suas remotas origens , no passado colonial e neo-colonial, enlaçando-a com a estratégia revolucionária, e culminando com as suas contorções após a tomada do poder . Pouca coisa na verdade, fica de fora . Mas o principal, talvez em seu trabalho , seja a fidelidade com que observa os elementos constitutivos revolucionários cubano, sem prejuízo da paixão pelo socialismo . Isso fica particularmente patente quando trata do substrato ideológico de FIDEL CASTRO e seu grupo original do exercito rebelde como não estranha por exemplo , a pena de Floretan a natural observação de que “FIDEL CASTRO explorou com sabedoria esse pedaço (da constituição ) , afirmando-se como se o paladino do capitalismo , da legalidade constitucional , do popularismo, de democracia:?” Os leitores mais jovens , acostumados à leituras recentes ao “popularismo” e o “nacionalismo” na América latina e às diatribes das ditaduras militares contra o populismo estatizante e precocemente redistribuidor”, talvez se sintam desconcertados com afirmações de tal tipo procurando inexistentes notas explicativas do autor . Nada encontraram . Outros perplexos , imaginarão ,tratar-se de um lapso , e haverá também aqueles que suspenderam a leitura mais do que desconcertados irritados FIDEL CASTRO , populista ruminarão entre dentes ? , para todos eles o próprio florestan responderá: “...a revolução só crescera como revolução na medida em que o socialismo for sendo criado” ... esta observação teórica em sua formulação , nasce para Florestan como o produto singular da Revolução Cubana , como o vir a ser equidistante do real como sendo o do real como ideal. A revolução e o socialismo emergindo não como um modelo ideológico pre-elaborado nem como utopia distante do cotidiano mas como resposta necessárias aos problemas enfrentados por um punhado de bravos no cumprimento dos compromissos assumidos com a gente humilde de seu povo .  
O “fluir” , a “totalidade” , a “beleza intrínseca” da Revolução Cubana são os parâmetros de Florestan na reconstituição analítica do processo revolucionário cubano. Rejeitando seu enquadramento a qualquer esquema , a qualquer dogma , a qualquer mistério dialético , o mestre encontra o fluxo da história da revolução no compromisso singelo de seus lideres com o povo cubano.

Dois pontos , alias, merecem destaque na obra de Florestan , a propósito da atual conjuntura brasileira : A naturalidade como reconhece o impulso “desde acima” no encaminhamento do socialismo cubano e sua íntima associação com o homem , no caso, Fidel Castro sobre a enxurrada de preconceitos que desabam hoje, no Brasil sobre as “elites” “mesmo revolucionárias” , (no bom sentido!) condenando partidos, processos e lideranças no período pré-64 0, não deixam de ser oportunas as observações de Florestan sobre o caso Cubano um chamamento aos cultores da “organicidade” que só admitem a “política” como vertente , ela própria destes movimentos.

Contudo faça-lhe , com o devido respeito , a propósito seta devida problemática em cuba , alguns reparos , não tanto quanto ao papel do líder , indiscutível e bem tratado , mas do Arcabouços que sustentou politicamente . desprovido de preconceitos “organistas” , Florestan revela , com propriedade , o sentido decente do influxo revolucionário. Exagerado , entre tanto esse sentido , o autor resvala , num certo momento , para a exegese da guerrilha do exercito rebelde e do espirita guerrilheiro. E , não por acaso , admite no texto plena validade ao livro de Regis Debray ( corrigindo-lhes apenas quanto a sua adequação à perspectiva leninista ? ) Destarte , , acaba obviando tanto o papel da luta propriamente política que respaldou a ação da guerrilha (fazendo-a momento secundário da luta contra a ditadura de Batista ate à fracassada tentati0va de greve geral em 1958) não organizada da classe trabalhadora nesse processo e as estruturas orgânicas e ainda que não ortodoxa \_\_\_ que lhe comandavam . Sem falar além disso , das correções já feitas às incorreções de Debray pela própria história recente da América Latina as quais custaram nada mais , nada menos que a vida de Che Guevara , fosse Florestan mais ligado ao movimento revolucionário militante desde ultimo decênio, ou estivesse mais atento à própria fermentação ideológica no interior de Cuba e talvez não tivesse incorrido nesse equívoco. Pois poucos , pois muito poucos , na América Latina ainda atribuem alguns créditos mesmo com a devida correção leninista sobre a inserção da luta armada nos movimentos reais das sociedades , que a projetam com as possível solução às situações objetividade revolucionarias às teses do senhor Debray . Os próprios Cubanos , inclusive , já no ano de 1971/1972 , freqüentavam as tribunas abertas pelos efêmeros socialismo chileno para advertir esses equívocos. E pouco mais tarde , tomo resultado , em parte desta convivência , Vania Babirra , em seu “Una Reinterpretación da la Revolución Cubana” Ed. ERA , México , consagraria com excelente ensaio , essas advertências.

De qualquer forma dada a atual invasão dos “organicistas” , uqe pretendem descobrir pela sua cabeça suas ações e suas próprias mãos o reinado da política , com retórica \_\_\_ obsessão pelos denominados movimentos de base é sadio e saudável ver retomada a temática da “vanguarda” e do espaço de locomoção de sua direção política, na figura do “líder” , especialmente quando ela vem de uma das mais significativa fonte do pensamento sociológico latino americano.

Enfim , depois de dezesseis anos de ditadura férrea, quase tantos outros de aceitação cabal dos estreitos limites a que foi reduzida a política , nos compartimentos estanques da sociedade e do Estado , da reversão do papel do partido como ponto de lança para estuário de substituição dos líderes pelos pontos de equilíbrio e de liofilização de transformar o impossível realidade , na generalização do conceito de política com a arte do possível nada melhor do que a leitura do livro de Florestan Fernandes para retornar o iniciativa verdadeiramente criadora de um mundo novo.



## 2.MARTI E SARMIENTO: APONTAMOS PARA UMA AVALIAÇÃO

“ NÃO HÁ NENHUM FENÔMENO NA VIDA SOCIAL QUE NÃO TENHA DOIS SIGNOS! A NOVA DEMOCRACIA LATINO AMERICANA DE RUY MAURO MARINI, HUMANIDADES, 13”.

Inspirado por um jovem professor, num recente curso por ele proferido e impressionado pelos fatos de que há trinta anos me formei e de que vejo os velhos dilemas quanto ao futuro do nosso Continente se repetirem falarei, não do futuro, nem do presente, do qual somos testemunhas, mas do passado.

Há cem anos, havia muito otimismo nos meios intelectuais e políticos do mundo inteiro. Não que não houvesse discórdias, mas imaginava-se que a razão havia triunfado. No mundo da Física, já se supunha que tivéssemos chegado à verdade, não sobre o mundo das coisas, mas sobre as próprias coisas. O paradigma da ciência era a certeza e a filosofia, tomada como sua pré história. No campo das ciências pretendia-se ter chegado ao ponto de compreender a origem das classes e do Estado, e sua evolução “histórica”. Os positivistas já apostavam na sociedade do conhecimento e proclamavam o fim das religiões. Os marxistas dominavam, com a teoria da revolução à espolata da História. Os conservadores se espantavam com a uniformidade da sociedade de massas emergente, na qual anteviam o seu calvário.

Na América Latina, nossos países ainda perseguiram o sonho de Bolívar, mas a realidade das novas nações, com seus símbolos e interesses, deixariam a agenda da unificação política para um outro tempo. Nossas elites continuavam formando-se intelectualmente na Europa, pouco sensíveis e até desconfiadas da experiência norte-americana. Um autor contemporâneo acaba de explicar a origem deste desencontro histórico: os norte-americanos sempre vêem o sul do Rio Grande como um caso frustrado de desenvolvimento, enquanto os latino-americanos vêem os Estados Unidos como um caso frustrado de realização humana. Diferenças de origem na percepção das questões fundamentais da humanidade, até hoje, dificultam o diálogo Norte-Sul da América...

Mas se havia um desencontro Norte-Sul no Novo Continente, havia também um desencontro interno entre massas dispersas pela vastidão territorial e suas elites, também divididas quanto aos caminhos do progresso.

Dois “ícones”, como os qualifica o inspirador destas reflexões, assentam as bases de pensamento para o que viria a ser o século vindouro: José Martí, inflamado publicista cubano que viria a morrer em conseqüência de ferimentos em combates sofridos no México, e Domingos Sarmiento, vigoroso intelectual argentino que viria a ser respeitável político conservador na Presidência daquele país.

Martí entende a salvação da América Latina, afirmando sua geografia, sua gente, seus valores. “Crear es la palabra de base de esta generación”, proclama em artigo publicado no “El Liberal”, em 27 de setembro de 1989. É um rebelde.

Discurso proferido como Patromo por ocasião da Formatura dos Economistas do CEUB - abril-98  
Mais que isto, um apólogo da rebeldia: “El primer criollo que le nasce al español,

el hijo de la machinche, fué em rebelde, conforme discurso pronunciado na Sociedade Hispanoamericana, em 19 de dezembro de 1889, na homenagem aos delegados à Conferência Internacional Americana de Washington.

Para Marti, “conocer es resolver”. “Conocer el país e gobernarlo conforme al movimiento, el único modo de librarlo de tiranias, mas mata su hijo en America del Sur quién le da mera educación universitaria”. Diversas gerações de intelectuais latino-americanos tomariam estes conselhos de Marti ao pé da letra, recusando-se a frequentar os bancos universitários, certos de que homens naturais venceriam letrados artificiais. Com efeito, para Marti, o bom governante na América não seria o que sabe como governa o alemão ou o francês, mas o que sabe com que elementos está feito seu país e como pode ir trabalhando em conjunto para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejável onde cada homem se conhece e cresce, onde desfrutam todos da abundância que a Natureza pôs à disposição de todos na terra que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas.

Já Sarmiento (1811 - 1888) é o oposto. É o homem ilustrado, com formação jesuíta e olhos no modelo civilizado. O título de seu principal livro é ilustrativo: “Barbarie o Civilización em La República Argentina”, publicado em Madri no final do século, resultado de um conjunto de artigos publicados no diário “El Progreso”, em 1845. Para ele, o atraso estava na ignorância das massas “criollas”, e o progresso, condicionado à possibilidade de educá-las de forma a reconhecer a importância dos valores e instituições da Europa. Sarmiento ataca a ditadura de Rosas, que se sustenta pela brutalidade: “el que no está conmigo, es mien emigo”, e onde denuncia uma educação doméstica “señorial” (pag. 294 - Facundo - Ed. Cidade). Sarmiento não suporta o uso da violência do campo como meio para domar a cidade.

O americanismo tão caro a Marti, era um estorvo para Sarmiento. “Todo lo que de bárbaro tenemos, todo lo que nos separa de la Europa alta, se mostra desde que la República Argentina a organizado um sistema y disputa a parte de los pueblos de procedência europea”. Ele pretende, então, salvar a Argentina, tirando-a da barbárie do campo e dotando a cidade de instituições civilizadas. Sarmiento quer “branquear” a América Latina e toma os Estados Unidos como um exemplo de pureza racional e institucional a ser seguido. Já Presidente da Argentina, transformou essas idéias em realidade, com um extraordinário projeto educativo a partir da Escola Normal do Paraná, ao qual agregou o impulso à imigração italiana. Como afirma em “El Proyecto de Sarmiento y sua vigência”, in Cadernos Americanos, nº 13, México 1989, “Habia que realizar uma mera emancipacion, la emancipación mental, lo qual implica anular la justaposicion impuesta, anulando sus componentes: anular lo español, lo indígena, lo africano, los hábitos y costumbres heredados de la conquista, pero igualmente lavar la sangre de etnias que haviam mostrado su incapacidad para la civilización”.

Marti e Sarmiento são nas grandes personagens do seu tempo. São também referências para o desenvolvimento político da América Latina durante todo o século XX. Marti, cubano, antecipa a possibilidade de um revolucionário como Fidel Castro, como paladino do populismo, como o classifica Floresteu Fernandes, na crítica feroz à submissão aos modelos ocidentais. Sarmiento, argentino, antecipa o conservadorismo esclarecido de Fernando Henrique Cardoso, hábil “condotiere” brasileiro de um alinhamento incondicional à globalização. Os tempos são, naturalmente, outros. As ciências sociais sepultaram no seu dever os conceitos de evolução social, superioridade racial e fatalidade geográfica. Os pensamentos mágicos, filosóficos e tecnológicos não se sobrepõem, mas convivem e até se submetem uns aos outros numa sociedade onde a produção de signos supera a de bens materiais, deslocando a razão da consciência para o discurso. Os dilemas do Continente ainda são os mesmos dos tempos de Marti e Sarmiento. Quais os ingredientes do progresso social? Como se articulam a nação na interconectividade das redes de informações cada vez mais universais e alheias?

Marti e Sarmiento não são respostas. São pistas.

Talvez aqui valha mais a cautela do antropólogo do que a pressa do político. Roberto da Mata, antropólogo brasileiro, frisa:

*Frente ao acidente ilustrado, racionalizado e burguês, instalado em uma temporalidade ilustrada dominada pela idéia de progresso, outras regiões do planeta se vêem*

*obrigadas a buscar uma síntese entre a idéia moderna de uma história universal com entrada no individualismo utilitário, e seus valores tradicionais baseados em fidelidade pessoal para com os deveres, os mais velhos, a família e os amigos.*

*Assim, praticamente no mundo inteiro, mas em particular nas chamadas regiões periféricas ou marginais, se produz a aproximação entre a metodologia burguesa que fala de um sistema em que o indivíduo constitui o centro moral e político do universo e uma história com fundamentos muito diferentes. As sociedades que sobrevivem a esse “acercamento” são as que inventam metodologias que demonstram a possibilidade de conciliar ambos sistemas de valores outrora considerados incompatíveis.*

*Alguém já disse, também, que esta valorização jurídica dos direitos civis como fundamento da democracia teria sido uma espécie de contrapartida laica à Reforma Religiosa, inexistente até mesmo nos países de tradição ocidental católica não germânica... Para não falar de fundamento único de uma economia política, de uma normal política e de uma idéia de progresso social?*

*Ora, uma coisa, pelo menos, aprendemos ao longo deste tortuoso século que se pronunciou otimista: a razão nunca está onde parece estar, apesar dos apelos de uma suposta “bonne conscience”, que ampara os malabarismos intelectuais das que a encaminham.*

Paulo Timm



### 3.A YUGOSLÁVIA DESDE TITO –

Quando (1980) milhares de pessoas postaram-se se em vigília póstuma ao General Tito , ao longo da ferrovia que levava seu féretro ate a Croácia , poucos podiam imaginar o destino trágico da Iugoslávia nas mãos de seus sucessores . O mundo viu essas belas imagens pela televisão e se emocionou . mas não conhecia suficientemente a geografia montanhosa dos Bálcãs para suspeitar que por trás da aparente unidade na homenagem a Tito aninhavam-se divisões étnicas, religiosa e política tão profundas.

Na primavera de 1980 persistia a divisão do mundo em dois blocos .

A Yugoslávia , majoritariamente Sérvia, e , portanto , eslava , era parte do bloco soviético . Ironicamente heterodoxa , desde que ao final da Guerra o general Tito recusara-se a aceitar a receita de Staling para trazer de volta da Inglaterra , onde esse exilara durante a Guerra do rei Pedro II .

Bem antes da China, Tito proclamou , também sua heterodoxia em termos de organização da economia abrindo amplas frentes para o setor privado a gestão colegiada. Mas rigidamente submetida ao controle da Liga dos Comunistas , que na ausência de uma liderança natural a altura de Tito optara por um colegiado dirigente , enquanto as tenções estalavam na Croácia, na Bósnia e província de Kosovo , que eram parte das seis Repúblicas que compunham o país. E assim chega a Yugoslávia ao final da década enfrentando a crise de poder interno e crise internacional derivada da Perestroika que levaria a derrocada do bloco comunista .

Slobodan Milosevic , pouco conhecido no exterior , constrói seu poder na sombra destas duas crises. Contrariamente aos demais dirigentes comunista da Europa do leste , Milosevic consegue impedir a emergência de forças políticas e liberais introduzidas no cenário institucional yugoslavo desde janeiro de 1990, quando o XVI congresso da liga comunista reconhece o pluralismo . Então ele já é o homem forte em Belgrado e com sua política agressiva nacionalista consegue o apoio dos militares e da ultradireita para sufocar levantes nas províncias.

Em dois de julho de 1990 , por exemplo , os deputados de origem albanesa promovem Kosovo como a República Federada com o mesmo status das anteriores participantes da Federação yugoslava . prontamente rechaçada pelo Parlamento. Geral provocando a saída do colegiado de dois membros albaneses e a demissão do presidente do Kosovo .

A Bósnia-Herzegovina ferve em conflitos interétnicos . Mas as divisões internacionais já são insuportáveis na cúpula.

No dia 4 de fevereiro os comunistas eslovenos se afastam das ligas e começam a pregar abertamente a abertura democrática e a independencia de sua República. Neste mesmo mês o partido Comunista Croata muda o nome e adota um programa reformista .

Em abril de 1990 os eslovenos elegem o ex-comunista Milan Kucan para a presidência e os croatas Frajo Tudjman. Ambos países são reconhecidos pouco tempo depois pela Alemanha e a seguir por quase toda a Europa . No dia 20 de dezembro de 1991 os muçulmanos elegem Alija Itzetbegovic como Presidente da Bósnia , contra os velhos comunistas e nacionalistas sérvios, ai minoritários .

Diante destas iniciativas, Milosevic parte para Guerra , cujo barbarismo provoca a existência de 10.000 mortos e mais de 50.000 refugiados , só na Croácia , em seis meses.

Ao final de 1992 a Comissão de direitos Humanos da ONU em Genebra classifica a violência comandada por Milosevic , nestas guerras, como genocídio, consolidando , desta forma , a resolução 780 desde mesmo ano do Conselho de Segurança da ONU instituindo uma comissão de investigação sobre os crimes de guerra aí praticado. Isto acaba indicando Milosevic na Corte de Haia , como criminoso de guerra .

A Yugoslávia, enfim , por fatores internos e pelo desmoronamento da bloco soviético , começa a ruir apesar dos esforços do grupo de Milosevic, que ainda sonha com um a grande vitória sérvia . A 8 de setembro de 1991 , cerca de 96% dos macedônios votam a favor da sua independência; enquanto 1992 e 1993 continuariam os desmembramentos A 22 de maio de 1992 a ONU acolhe três das ex-repúblicas federadas da Yugoslávia , como membro ( Bósnia , Croácia e Eslovênia).

A Yugoslávia se reorganiza. A identidade socialista caiu em 28 de setembro de 1990 , quando foi proclamada a República Federativa de Yugoslávia , democrática por excelência . Mas. As transformações são complexas e em 29 de abril de 1992 , dois anos depois de enterrado o socialismo nasce a terceira Yugoslávia do pós-guerra.

É a vez de uma nova República Federativa , agora integrado a duas república ( Sérvia; 10 milhões de habitantes e mais de 100 mil quilômetros quadrados, e Montenegro; com menos de dez por cento dessas quantidades ). Milosevic , então, já estava no centro de poder deste processo. Desde 16 de julho de 1990 era o Presidente do Partido mais forte do país., o Partido Socialista Sérvio. Junto com os velhos comunistas, com os militares e nacionalistas exacerbados comanda a organização política interna e as guerras contra os antigos compatriotas sob o lema do fortalecimento sérvio. Desde outubro de 1991, diante da gravidade dos conflitos internos , o bloco sérvio no colégio de governo toma o poder decretando o perigo de guerra iminente. Justamente pouco depois de Milosevic ter-se apoderado do partido mais forte da coligação .

O prolongado conflito armado ., somado aos incidentes da Província de Kosovo (1999) , levando , sob a alegação de genocídio , a intervenção da OTAN capitaneadas pelos Estados Unidos , provocam o isolamento de Milosevic cercada economicamente pelo mundo ocidental a Yugoslávia começou a entrar em conflito com seu exacerbado nacionalismo.

O país tem uma estrutura econômica industrial bastante diversificada com forte produção metal-mecânica, petroquímica e bens duráveis de consumo , capaz de gerar um PIB superior a US\$ 20 bilhões de dólares .

Tal estrutura tecnologicamente integrado ao mundo ocidental não poderia viver eternamente sob o embargo econômico , além de outras medidas aplicada pela ONU desde os bombardeios A Heterodoxia que vinha de Tito não poderia resistir ao isolamento econômico.

Milosevic foi mais uma vítima de sua ideologia . Leal comunista e muito ambicioso , acreditou que a verdade emerge , em primeiro lugar da autoridade , e , em seguida da superioridade natural dos ideais da fraternidade sobre os de liberdade. Viveu mas não viu a grande tragédia do século que consistiu exatamente na maior capacidade política dos liberais em submeter suas teses aos critérios da verificação . Não reconheceu a vigência dos valores ocidentais ., não buscando alianças próximas ao socialismo como o social democracia de Daskovic ; que poderia resultar em integração lenta e segura ao Ocidente . Não obstante , Milosevic é um homem sério e um político honrado , tanto que esta determinado a enfrentar as consequências de seus atos dentro de seu próprio país e , se possível atuando politicamente , Eram os que imaginam como mais um corrupto dirigente , apressando em gastar seus milhões em algum paraíso tropical . Ele errou.

Equívocou-se definitivamente . Mas sua obstinação política , ideologicamente respaldada , continuará fazendo dele um problema para o futuro da Yugoslávia . Um problema difícil.

Publicado no site [brasilemtemporeal@com.br](mailto:brasilemtemporeal@com.br) em 10 de outubro de 2000

### 3. PARA ENTENDER O CONFLITO ISRAEL X MUNDO ÁRABE

Desde que sou menino - e veja-se que meus fios de barba já embranqueceram há tempo em protesto dos que se perderam irremediavelmente sobre a cabeça - dificilmente passo um dia sem ler alguma notícia sobre o conflito árabe - judeu no oriente médio. Como estamos num país distante do conflito e não pertencemos a qualquer destas comunidades nunca dei ao assunto sua devida importância. Creio que passa o mesmo com grande parte dos brasileiros, hispano-americanos, talvez asiáticos ou africanos. O conflito como que se banalizou pela persistência, tal como a fome na África, a corrupção política no terceiro mundo ou o cinismo dos poderosos. Gradualmente, porém, fui me dando conta de que a proclamada globalização já não perdoa o alheamento de ninguém sobre qualquer assunto neste planeta. Principalmente quando ele ameaça o fragil equilíbrio do planeta desde que um imenso poder de destruí-lo se instalou nas potências nucleares. E estas potências estão ligadas estrategicamente ao Oriente Médio pelo petróleo, exatamente como há mil anos estavam as cidades italianas estavam ligadas a Constantinopla pela importância desta cidade nas rotas de comércio com o Oriente. Enfim, plus ça change, plus ça change... est la meme chose...

O conflito tem raízes bíblicas. Todos sabem. Árabes e judeus derivam do povo de Abraão.

Os primeiros, filhos de Israel, instalaram-se e se desenvolveram no que hoje chamamos Oriente Médio, tendo sido dominados, sucessivamente, pelos egípcios, pelos gregos e, finalmente, pelos romanos, quando veio ao mundo padecendo de Herodes a Pilatos até sua crucificação. Com o Cristianismo ao Velho Testamento que orientava a fé judaica, somou-se um novo capítulo, bifurcando-se o monoteísmo em dois grandes ramos ainda grandes e subsistentes. Nesta época, também, se inicia o grande exodo judeu, que consiste na dispersão deste povo pelo mundo sem qualquer espaço institucional fixo de referência.

Os segundos, filhos de Ismael, expandiram-se, também, a partir da mesma Jerusalém que assistiu as pregações de Jesus, pelo norte da África adotando no Século VII da nossa era a fé muçulmana pregada pelo Profeta Maomé. Nas sagradas terras do Rio Jordão, portanto, nasceram e vicejaram as três grandes religiões monoteístas - judaica, cristã com suas variações romana, ortodoxa oriental, protestante e batista e a muçulmana - do mundo moderno. As mesmas religiões, alias, que viriam a forjar o ideal humanismo que alimentou o Renascimento nos Séculos XV, XVI e XVII, o Iluminismo no Século XVIII, a Era das Revoluções no final deste Século e no seguinte, e a consagração dos Direitos Humanos no Século XX. Tudo fundado no princípio elementar do amor ao próximo como seu semelhante. Dir-se-a que apenas o Cristianismo se refere a este processo, mas tanto porque o Cristianismo nutre nas origens dos valores judaicos como o próprio muçulmanismo também o faz, fazendo-os, todos, protagonistas com maior ou menor papel no processo de modernização ocidental...

Tais considerações históricas, entretanto, pouco contribuem para se entender o verdadeiro conflito no Oriente Médio, que é substancialmente contemporâneo. Veja-se que em nenhum momento das tensões Israel-Mundo Árabe emergem questões confessionais de caráter milenarista. O conflito tem natureza secular e laico. Civil. E como toda a guerra, sabe-se quando começou, embora nunca se saiba quando termine. Nas nações ocidentais as guerras civis não foram menos cruéis e, geralmente, só acabaram quando as elites se extenuaram nos conflitos entregando-se ao contratualismo como última instância de trégua. A sucessão de Guerras envolvendo as nações europeias tampouco foi menos cruel. Basta lembrarmos-nos quantos morreram nas duas grandes guerras.

O Conflito no Oriente Médio, tal como o conhecemos hoje, tem origem no processo de descolonização que se seguiu ao final da II Guerra. A América Latina antecipou-se um século a este processo porque suas potências colonizadoras já haviam entrado em colapso ao final do Século dos Descobrimentos sendo um marco deste processo o fato de que a Invencível Armada, que era espanhola, perdeu o controle dos mares (e continentes) para a Inglaterra no Reinado de Elizabeth I. Mas enquanto vamos construindo nossa história própria por aqui, culminando na independência de toda a região (ou quase toda) no Século XIX, os povos da Ásia e África eram

retalhados em suas etnias, história e formas específicas de estado ao neo-colonialismo mais brutal que acompanhou a Revolução Industrial. Assim, o Oriente Médio todo ficou dividido entre França e Inglaterra assim permanecendo até muito bem pouco tempo atrás. Importante papel teve aí o fato de que o mundo que resultou do Pacto de Yalta, no pós-guerra era um mundo radicalmente dividido e polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, ambos países novos, sem qualquer interesse no mecanismo colonial. Estimulados pela retórica socialista e nacionalista, sob o influxo da bipolaridade mundial, os povos da África e Ásia envolvem-se em longas lutas de libertação que acabam produzindo a descolonização. Inevitavelmente, rege-se ela por novas regras do Direito Internacional, supervisionado e consagrado, depois de II Grande Guerra pela nascente Organização das Nações Unidas –ONU- onde se destacam os princípios indissolúveis da autodeterminação dos povos e da intangibilidade das fronteiras. Ou seja, respeitava-se o direito à autodeterminação desde que em consonância com os contornos geográficos do período colonial.

Mas o que friza o princípio da intangibilidade das fronteiras? E por quê foi ele tão proclamado e seguido ao longo da descolonização?

O princípio diz que as nações descolonizadas deveriam ter o mesmo desenho – fronteiras- herdadas do período colonial. E isto por uma razão muito simples: as chamadas potências colonizadas, às quais se incumbia a responsabilidade de encaminhar o processo de descolonização desejavam manter suas áreas de influência, sendo a mais expressiva destas o “commonwealth” comunidade liderada pela Rainha da Inglaterra até hoje. Por esta mesma razão as Nações Unidas intervieram, recentemente, no Timor Leste, antiga colônia portuguesa, abandonada para ser invadida pela Indonésia por esta “potência colonizadora”, nos extertores do regime salazarista, tal como Franco abandonou o Sahara Espanhol, entregando-o em Acordo Tripartite ao Marrocos e Mauritânia, frustrando, aqui, até esta data, o anseio de autodeterminação saharauí na região.

O Direito Contemporâneo, pois, que rege a descolonização e o da autodeterminação dos povos sob o primado da intangibilidade das fronteiras herdadas do período colonial.

Mas o que isto tem a ver com o conflito no Oriente Médio:

Nesta região havia um povo de origem árabe, cujo desenho colonial sob o jugo inglês se denominava Palestina, que viu frustradas suas expectativas de auto-determinação quando da criação em 1948 do Estado de Israel. A criação deste Estado artificial e totalmente fora do processo de descolonização, sobre o qual, aliás, se antecipou exatamente porque tinha um caráter excepcional, decorreu, primeiro da determinação de um grupo de judeus empenhados na recuperação histórica de um território que pusesse, enfim, termo ao exodo milenar, causador de tantas perseguições e sofrimentos ao seu povo. Em segundo, aos interesses estratégicos, principalmente dos Estados Unidos, que aí viu a possibilidade de ancorar um de seus tentáculos para o exercício de uma hegemonia militar mundial que já se anunciava. Lembre-se que os Estados Unidos, embora hegemônico ao final da Guerra, tanto no plano militar, como tecnológico e comercial, não tem áreas de influência consagradas pelo princípio da intangibilidade das fronteiras. Portanto, vê-se na contingência de construir alianças de novo tipo como a que procura com o próprio Brasil durante a Guerra, como a que construiu com o Panamá e, naquele momento, com Israel. Não é diferente, no fundamental, o que ocorre com o outro extremo da polarização durante toda a guerra fria: a URSS. Esta também articula sua política externa com base no princípio do internacionalismo proletário, que na prática consistia na defesa intransigente deste país por todo o movimento comunista internacional e seus simpatizantes, dentre os quais muitos movimentos de libertação nacional e, em especial, o mundo árabe ferido pela intervenção americana em Israel. O Pós- Guerra produz, enfim, um cenário internacional novo sobre o qual emergirão conflitos de novo tipo, tal como o conflito árabe-judeu..

Instalado o Estado de Israel, com base no imperativo moral de dar ao povo judeu o direito a recuperação histórica de seu lugar primordial, sob o impacto do holocausto, e frustradas as expectativas da autodeterminação palestina, o que passa.

O Estado de Israel começa a se consolidar imperativamente. Isto na prática consiste na expropriação sumária e até mesmo expulsão de suas terras de milhares de palestinos que ali estavam desde que se iniciou a expansão árabe há mais de mil anos. Em seguida, dados os conflitos com os palestinos que vivem então o seu exodo próprio em direção aos países árabes vizinhos, Israel inicia uma política de expansão territorial, que tem início na Guerra dos seis dias nos idos de 67. Todas essas

anexações territoriais foram naturalmente rechaçadas em bloco pelo mundo arabe, único abocanhado pelo expansionista., como também pela comunidade internacional aninhada no seio da ONU. Rigorosamente, pois, muito embora alegue que o fez em defesa de seu povo, Israel transformou-se numa máquina de guerra expansionista que, tal como qualquer outra, como a de Hitler que alegava o espaço vital para os alemães, ou a de Sadan Hussein sobre o Kuwait, em nome da recuperação histórica do Iraque, ou a de Slobodan Milosovic sobre a Croácia, Bósnia e Kosovo, em nome da unidade yugoslava centrada na sagrada Sérvia, teria que produzir conflitos. Conflitos seculares, repito, pois nada tem de religiosos ou milenaristas. Os judeus não empreenderam sobre os territórios arábicos nenhuma Guerra Santa, mas uma simples e pura ocupação militar.

Trata-se, pois, de superar a certeza, que tem um estatuto interno para os membros das duas principais comunidades envolvidas no conflito do Oriente Médio, em busca de um mínimo não de direitos mas de verdade histórica sobre os fatos que o envolvem. Tais fatos apontam para a frustração da autodeterminação palestina, com o agravante da expansão israelense e suas sequelas sobre direitos humanos (civis, políticos e sociais) e de propriedade, bem como para a inevitável realidade do Estado de Israel na região. Israelitas de bom senso e palestinos de bom senso, que constituem a provável maioria hoje, sabem disso e desejam a paz. Por isto Arafat silenciou as armas e começou a negociar a paz em Oslo, em 1993, acompanhando a tendência de aliados indispensáveis, como os egípcios, que já haviam selado em Camp David este caminho. Por isto foi assassinado o insuspeito Isaac Rabin, na defesa de um futuro de articulação pacífica entre os interesses de palestinos e judeus na região. Todos sabem que o Estado atual de Israel exagerou e que tornou o futuro dos seus filhos insustentável na ausência de um acordo de paz com os palestinos e com todo o mundo árabe que se distribuiu por vários países limítrofes a Israel. Todos sabem também que o Oriente Médio e a dobradiça entre o Oriente e o Ocidente e que um diálogo entre estas duas culturas, indispensável à sobrevivência da humanidade, passa pelo concerto desta dobra histórica da humanidade, verdadeiro portal de sua herança posterior.

Há que ressaltar, a propósito, que o desaparecimento do bloco soviético hegemônico pela URSS criou uma nova conjuntura internacional que so aparentemente beneficia o Estado de Israel, tradicional aliado dos Estados Unidos, virtual "dono do mundo" a quem deve sua independência. A ideologia que produziu este processo ancorou-se de tal maneira na defesa das liberdades e dos direitos humanos que já é impossível tergiversar sobre este tema. A criação do Tribunal Internacional de Defesa dos Direitos Humanos, sob os auspícios das Nações Unidas, embora muito recente, criou uma instância supranacional no tratamento dos crimes contra a pessoa humana que torna as ações massivas de repressão contra populações civis passíveis de acusação e indiciamento. Que o diga Milosevic, na Jugoslávia. As ações, portanto, de caráter militar de Israel contra os palestinos, com ou sem direito histórico à defesa de seu povo, serão mais cedo ou mais tarde levadas a este Tribunal criando uma situação para Israel similar à da Jugoslávia de Milovic. E não há como tergiversar sobre esse assunto, pois é evidente que os palestinos lutam pela sua autodeterminação, frustrada por Israel, numa correlação de forças de 100 contra 2, portanto, totalmente desfavorável.

Isso posto, deve-se saudar a celebração da trégua de Sharm el Scheik, na esperança de que a situação retorne ao clima anterior à convulsão iniciada a 28 de setembro, de forma a retomar o caminho de paz traçado pela boa consciência.

Paulo Timm

Brasília, novembro de 1999.

## 5. ORIENTE MEDIO: FECHA-SE O CERCO

A Palestina é uma faixa de terra no Oriente Médio como se fosse uma dobradiça entre o continente Africano e a Península Arábica. Há quatro mil anos foi ocupada por uma das tribos cananeias que ali fundou um povoado com o nome de Urusalim (Jerusalém), que significava no seu idioma cidade da Paz. No ano 3.200 AC foi ocupada pelos egípcios, em sua rota de expansão, diversificando-se, no ano 2.000 daquela era pela passagem nesta área de um povo semita nômade liderado por Abraão, os quais ficariam sob cativeiro egípcio. Sete séculos mais tarde os semitas retornam libertos à região, comandados por Moisés e travam duros combates pela posse da terra. Destas lutas sai vencedor, lá pelos anos 900 AC, David derrotando os antigos ocupantes e unificando o Reino de Judá. Mas com a morte de seu filho Salomão, um dos reis da Antiguidade, grande justiceiro e construtor, o novo Reino se dividiria novamente: De um lado Israel; de outros as tribos de Ismael que fundam o Reino de Judéia. Ambos Reinos durariam pouco. Foram conquistados pela expansão assíria sob o comando de Nabucodonosor que destruiu Jerusalém e escravizou seus habitantes.

A região da Palestina, porém, estava fadada a novas conquistas e novos papéis como portal de articulação entre o mundo oriental e ocidental. Alexandre, o Grande, em sua expansão que iria helenizar o mundo conhecido, a ocupa no ano 332 AC. Em sua morte todo o seu Reino é dividido entre os generais administradores, cabendo o Egito a Ptolomeu, ancestral direto de Cleopatra, que estende os domínios sobre a área que viria a ser conhecida como Palestina. Passam-se os séculos, o império Egípcio define e a região passa ao controle dos selúcidas, da Síria. São então no ano 67 AC o Estado judeu seria novamente reunificado sob a liderança de Judas Macabeu, sucumbindo, entretanto, ao invencível exército romano pouco depois: 63 AC. Implacáveis os romanos, que introduziriam a denominação Palestina à região, dizimaram tribos judaicas inteiras, crucificaram seus líderes, como Cristo de Nazaré e destruíram o fabuloso templo de Salomão no ano 70 DC determinando no ano 135 de nossa era a expulsão dos judeus de Jerusalém. Aí começa a `diaspora`. A dispersão dos judeus pelo mundo inteiro. Um povo sem pátria. Mas com uma sólida cultura própria.

-

A ocupação romana duraria até o ano 611, quando a Palestina foi invadida pelos persas, mas logo depois, no ano 634, um outro povo de origem semita, os árabes, em franca expansão e sob influência do Profeta Maomé, que fundaria o muçulmanismo, domina a região e se concentra em Jerusalém, onde conta que o Profeta ascendeu ao céu. Inicia-se, aliás, nesta época a expansão árabe, que se estenderia da Europa Ocidental à Turquia. Em consequência, o mundo se muçulmaniza, isto é, se converte à religião muçulmana professada pelos árabes.

Passam-se quase mil anos. Estamos em 1500. A Europa Ocidental expulsa os árabes, funda seus Estados nacionais modernos, inicia as grandes navegações. Um novo Reino, a Turquia aproveita o declínio árabe e estende-se, embora muçulmanizada pela fé, aos seus territórios, bem assim sobre a Europa Oriental. O temível e cruel exército do Império Otomano conquista Jerusalém no ano 1516, mantendo sua hegemonia na região até o final da I Guerra Mundial. Nesta época, a Inglaterra, Senhora do mundo, oferece ao Príncipe árabe Hussein a independência das terras árabes, em troca do apoio ao aliado contra os turcos e alemães e um de seus chanceleres, Lord Balfour promete aos judeus uma pátria na Palestina. Aí residiriam as origens do atual conflito árabe-judeu no Oriente Médio, que tem um caráter eminente civil, de disputa por terra e soberania.

Finda a I Guerra Mundial, derrotados os turcos, em 1922 a Inglaterra recebe da Sociedade das Nações, precursora da ONU, um mandato sobre a região. Tal estatuto é o que irá vigorar até o processo de descolonização que se acelera depois da II Guerra Mundial e se encerra só agora, nos nossos dias, com a independência do Timor Leste. A Palestina, ocupada por judeus, árabes e descendentes, com epicentro na cidade de Jerusalém, berço das três grandes religiões monoteístas do mundo tornar-se-ia um palco de tensões. Estimulados pelo movimento sionista que pregava a criação de uma pátria judaica na área a entrada de judeus se acelera na região, passando de 50 mil no começo do século para 300.000 às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Hoje são quase 6 milhões... Diante da iminência de conflitos na disputa pelo território os ingleses tentam dividir a Palestina em dois Estados: um judeu e árabe-palestino. Estes rejeitam a proposta e iniciam uma rebelião que só se atenua em 1939 quando os ingleses desistem do seu plano.

Terminada a II Guerra Mundial o conflito passa para a ONU. Os ingleses continuam tentando impedir a entrada dos judeus na região, enquanto protegem o direito à auto-determinação palestina. Mas, surpreendentemente, contrariando o princípio da intangibilidade das fronteiras que passava a orientar o processo de descolonização, que preconizava a preservação do desenho colonial nos estados nascentes, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece o Estado de Israel criado unilateralmente no dia 14 de maio de 1948. À frente deste processo estão os Estados Unidos, novo Senhor do Mundo, guardião dos interesses e valores ocidentais, perfilando uma nova estratégia internacional mais interessada em alianças político-militares do que em colônias ou áreas de influência econômica. Israel, como Panamá, Indonésia e mesmo o Brasil são exemplos desta nova parceria em escala mundial que ainda prevalece. Mas palestinos e árabes rejeitam militarmente o Estado judeu na região e o atacam militarmente. Sem sucesso. A cada investida Israel se fortalece e amplia suas fronteiras à revelia da condenação da ONU. Os palestinos expulsos de suas terras e apropriadas são considerados refugiados.

Tem início então a resistência palestina da qual Arafat é um pioneiro e mito. Hoje eleito Presidente da autoridade nacional palestina e protagonista do movimento pela criação de um Estado Palestino que, já agora, aceita como fato inarredável a existência de Israel. Inicia-se, também, a construção de uma grande aliança árabe em favor do palestino e que ao longo dos últimos 50 anos tenta articular ações na defesa do Estado Palestino contra Israel.

A primeira das ações conjugadas do mundo árabe em favor dos palestinos foi a aceitação de um representante palestino na Liga Árabe no início dos anos 60. Nasser, Presidente do Egito, concertou as ações que resultaram na Guerra dos seis dias em 1967. O conflito armado foi desfavorável aos árabes e Israel fez a sua Segunda expansão territorial. A primeira havia sido em 1949 em resposta à contestação árabe à criação de Israel. Mas a derrota campal só aumentaria a resistência agora voltada à guerra de movimentos e à luta guerrilheira. Mas o fortalecimento do exército irregular palestino dentro dos territórios de países árabes trazia instabilidade e conflito. Estendia a guerra para os seus domínios colocando em cheque estruturas milenares de dominação. Em 1970 o Rei da Jordânia expulsa a OLP de seu território, transferido, então para Beirute, onde tem início a decomposição política deste país, afinal invadido pelo exército de Israel em julho de 1982 numa das mais cruéis carnificinas genocidas que se tem notícia no final do século. Percebe, então, a liderança palestina que deve combinar as táticas de guerrilha, terror e diplomática, se não quiser se decompor. Já em 1974 a Liga Árabe já havia confirmado o entendimento de que a OLP era a única representante do povo palestino induzindo a ONU a aceitar, naquele mesmo ano, um representante deste movimento como observador junto à Assembleia Geral do organismo.

Mas em 1980 iniciar-se-ia com Menahem Begin a terceira fase do expansionismo de Israel que só terminaria com a solução final da invasão do Líbano em 1982. Jerusalém é anexada formalmente a

Israel, o sul do Líbano e parte da Síria são invadidos. Israel justifica-se contra o direito internacional com o argumento da auto-defesa.

A brutalidade das agressões de Israel nesta última fase geram duas consequências: Internamente, dentro de Israel, fortalece-se junto à esquerda uma tendência pacifista e de defesa dos direitos humanos dos palestinos. Recentemente foi formalmente proibido o que era até então corriqueiro: o uso da tortura contra os palestinos. Junto aos palestinos vivencia-se a derrota frente à superioridade militar israelense, levando a OLP e Arafat a uma espécie de realpolitik frente ao conflito: Em 14 de novembro de 1988 o Conselho Nacional Palestino, sob sua hegemonia, proclama o estado da Palestina reivindicando Jerusalém como capital, aceitando, entretanto, as Resoluções da ONU, o que significava, na prática, abdicar da política de varrer da região o Estado de Israel. Ou seja, inicia-se, pelos moderados judeus e palestinos, Izaac Rabin de um lado, Arafat de outro, o processo atual de paz no Oriente Médio. Em contrapartida, os radicais de ambos os lados se inquietam. A resistência palestina toma a forma de resistência não organizada, conhecida como Intifada, estimulada pelas dissidências de movimentos como Hamas e Hesbolah, típica dos atuais conflitos, enquanto a resistência ao processo de paz em Israel leva ao assassinato do Presidente Rabin, em novembro de 1996. A opinião pública e protagonistas internacionais tentam fortalecer a moderação em torno do conflito e os dois principais líderes Arafat e Shimon Peres recebem o Prêmio Nobel da Paz. Ronald Reagan, então no poder nos Estados Unidos, decide estimular as conversações de Paz entre judeus e palestinos..

De 30 de outubro a 4 de novembro de 1991 celebra-se em Madrid a Primeira Conferência de Paz para o Oriente Médio, sob os auspícios dos Estados Unidos e URSS. Os árabes insistiram no cumprimento das Resoluções da ONU que condenam a ocupação pela força militar e recomendavam a devolução de territórios ocupados como condição da paz.

A 13 de setembro de 1993, depois de um interminável colapso de negociações nos anos anteriores, Arafat e Rabin assinam, em Washington, uma nova Declaração de Princípios para a Paz, primeiro documento firmado entre os dois litigantes, fundado na autonomia palestina sobre os territórios ocupados por um período de cinco anos. Com efeito, desde os palestinos iniciam o processo de constituição de sua soberania sobre tais territórios e Israel inicia a desocupação militar das áreas. Esta autonomia limitada se iniciaria pela faixa de Gaza, junto ao Mediterrâneo e a cidade de Jericó e se estenderia à Cisjordânia, um enclave mais ao interior.

A paz avançava, embora com dificuldades, enquanto os radicais de ambos os lados condenavam as ações de seus líderes aumentando o nível de enfrentamentos localizados. Hamas e Hesbolah do lado Palestino condenam os acordos de paz e querem a guerra. Os ortodoxos judeus alinham-se à direita em Israel e não querem ceder terreno. O terrorismo volta à cena na região ameaçando o processo. Mas, mesmo com o boicote destas organizações radicais Arafat vai às urnas nos territórios liberados e vence por 87% dos votos em janeiro de 1996, ratificando sua autoridade neste processo. Reitera, assim, suas preocupações no sentido de que se esgotava o prazo definido em 93 nos Estados Unidos e que era preciso definir o estatuto de Jerusalém e a criação do Estado Palestino ainda não reconhecido por Israel. Os israelenses respondem, em 1997, elegendo um direitoista - Netanياهو - como Primeiro Ministro, o que leva a um novo congelamento do processo de paz e emergência de novos conflitos e tensões.

Em maio de 1998, então, sob o acicate das pressões internas e externas, a convite de Tony Blair, Arafat e Netanياهو reúnem-se em Londres para avaliar a situação, extremamente embaraçosa para ambos. As conversações empacam porque o líder direitoista de Israel insiste na política de colonização da Cisjordânia ocupada militarmente por colonos judeus.



Novo encontro em Wye Plantation entre os dois, nos Estados Unidos, mediado pelo Presidente Clinton, celebra uma extensão da autonomia palestina para uma área de 28% para 41% da Cisjordânia. O encontro é fragil mas parece retomar a paz. Um alívio momentâneo e fugaz. Netaniahu perde com isto sua legitimidade frente aos ortodoxos, vindo pouco mais tarde a cair, abrindo passo (maio, 1999) para o trabalhista Ehud Barak e Arafat ve-se com dificuldades cada vez maiores para controlar os seus radicais. Em pouco tempo o acordo é denunciado e vão abaixo abrindo um espaço vazio entre judeus e palestinos que desembocaria na crise que eclode a 28 de setembro passado (2000)

Entre o 28 de setembro (2000) e o quinto aniversário do assassinato do Presidente Rabin, quando Ehud Barak comparece à frente da multidão israelense a renova os apelos à paz, emerge um dos períodos mais tumultuados no processo de paz na região, resultando na morte de 176 mortos e mais de 3000 feridos palestinos e uma centena de israelenses, dois dos quais vítimas de linchamento em Ramallah. No meio deste conflito autoridades da comunidade internacional se esforçam para obter uma trégua nas hostilidades recíprocas de forma a recuperar o marco da paz. No dia 16 de outubro, com efeito, reúnem, no Cairo, sob a Presidência de Barak o Presidente Clinton, um representante da União Europeia, Javier Solana, Ehud Barak

e Arafat. O encontro é tenso e produz, em meio ao ceticismo poucos resultados, vindo a ser denunciado logo nos primeiros dias tanto por palestinos como israelenses. Apesar de registrar uma certa intransigência de Arafat frente ao conflito a comunidade internacional dá mostras de intolerância com o nível da violência dos israelenses. A Anistia Internacional divulga nos primeiros dias de novembro extenso relatório condenando as atrocidades do exército de Israel.

A cúpula de Sharm-el-sheik, realizada no Cairo a 16 de outubro acolhe as seguintes proposições:

#### ISRAEL

- Fim da violência de rua nas zonas liberadas à autoridade palestina
- Recaptação dos líderes do Hamaz e Herzsolah libertados durante a crise
- Punição aos culpados pelo linchamento dos soldados israelenses em Ramallah
- Moderação da mídia palestina quanto ao incitamento da multidão

#### PALESTINA

- Retirada das tropas nas zonas liberadas e fim do uso de balas reais nos conflitos
- Criação de Comissão Internacional para investigar a violência israelense contra os palestinos
- Suspensão do estado sítio nas zonas liberadas-

### DUAS VITIMAS LAMENTAVEIS DOS CONFLITOS DOS ANOS 2000

ASEL ASLEH, 15 anos, palestino, foi uma das primeiras vítimas deste período. Foi atingido quando retornava de sua Escola para casa, nos arredores de Jerusalém. ASEL acreditava na convivência entre os povos em conflito e já trabalhava por ela. Há pouco retornara de uma viagem aos Estados Unidos onde participara de um Programa Sementes para a Paz que procura incentivar a paz entre árabes e judeus. Ele havia concebido um E-Mail para a Paz com objetivo de proclamar esta idéia. Morreu antes. Mas com esperanças no futuro desta convivência entre seu povo palestino e os judeus.

AMIR ZOHAR, 38 anos, soldado da reserva em funções, israelense, morreu num confronto em Jericó, na Cisjordânia. Era um líder comunitário no seu bairro, Talpiot Oriental, em Jerusalém, tomado da Jordânia. Mas ali trabalhava com um árabe, Zoher Hamdam, para promover um encontro de paz com os moradores palestinos de Sour Baher. Eles dariam a este encontro o nome de O Dia da Rosa. Em seu funeral nenhuma exacerbação. Apenas judeus, palestinos e alguns cristãos solidários

lamentando a inutilidade da Guerra. Ele também morreu acreditando e trabalhando modestamente pela paz, como hoje fazem muitos de todos os lados no Oriente Médio.

Paulo Timm

Publicado no Jornal FOGO CERRADO, Brasília, abril de 2001

## 6. TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA SHARON

*“ ...Assumindo os riscos de admitir legitimidade na prática oficial da violência, abre-se a porta para que o terror de Estado seja praticado sem ressalvas, até com certa cumplicidade da sociedade...Por isso, reagir com guerra seria aceitar a lógica proposta pelo terror..”*

*ROSELI FISCHMANN, Profª da USP e Presidente do Júri Internacional do Prêmio UNESCO de Educação para a Paz.*

O grande problema da violência no Oriente Médio é que ela banalizou-se. Todos os dias a televisão mostra as imagens da barbárie sempre ressaltando o caráter milenar do conflito entre árabes e judeus na região. O Estado de Israel alega recorrer à violência, a maior delas nas incursões recentes do seu exército e de sua aviação militar nas áreas sob controle da administração palestina, sob a liderança de Arafat, em defesa de sua segurança interna ameaçada pelo “terror”. Os palestinos se justificam evidenciando o direito à intolerância face à ocupação de seus territórios e ao “apartheid” a que estão sujeitos desde a criação do Estado de Israel, em 1948, e agravada pelas sucessivas anexações territoriais desde esta data. Não por acaso as cenas mais chocantes dos massacres perpetradas pelo Exército do Estado de Israel sempre ocorrem nos campos de refugiados palestinos, pois é ali que reside, por excelência, a frustração do povo palestino empobrecido pelas expropriações que lhe foram impostas pela potência ocupante e onde viceja, naturalmente, o direito inalienável à rebelião, consagrando o voluntarismo extremista inflamado pelo fanatismo religioso. E uma figura sinistra está sempre presente nestes momentos: o sanguinário General Sharon, comandante militar dos ataques aos campos de refugiados no Líbano, em 1982, e principal responsável político, agora, na invasão da Cisjordânia, que levou ao cerco humilhante da autoridade palestina na cidade de Ramalah e ao genocídio no campo de refugiados de Jenin.

Parece, então, não haver neste processo qualquer lugar para uma reflexão desapassionada capaz de situar os homens e mulheres de bom senso de todas as partes do mundo. Ou se é judeu e se defende Israel. Ou se é árabe e se defende a causa palestina. Esta falsa dicotomia esconde duas coisas: Primeiro, que a grande maioria dos povos judeu e árabe deseja a paz. Prova-o a grande quantidade de iniciativas hoje existentes que começam a moldar um horizonte de convivência entre estes dois povos com respeito aos seus direitos à autodeterminação e às suas respectivas diferenças, muitas vezes reunindo fora da região artistas, intelectuais e jovens dos dois lados. E aí desponta a Segunda falácia desta forma de pensar: a negação de um mínimo de racionalidade subjacente neste conflito, capaz de orientar os que não estão diretamente envolvidos nele. E ela existe. Está no entendimento sobre a forma como foi criado o Estado de Israel, à revelia do princípio da intangibilidade das fronteiras que comandou todo o processo de descolonização no pós-guerra, sobrepondo-o ao desenho colonial e atribuindo-se à potência colonizadora importantes responsabilidades. Esta criação foi vista pelos palestinos que aí viviam – e que se constituíam na grande parte da população da região – como uma imposição chocante e repulsiva que subtraía à auto-determinação palestina importante território e jogava no desterro dos campos de refugiados milhões de patriotas. Daí a imediata reação dos países árabes e a contra-ofensiva do já constituído Israel, cujos desdobramentos se fazem sentir até hoje. Mas o bom senso voltou à região quando o Egito se reconciliou com Israel em Camp David, reconhecendo o direito judeu ao seu Estado próprio a que se seguiu, em 1993, em Oslo, idêntica atitude por parte da liderança palestina. Estava, pois, pavimentado o caminho para a paz no recuo da intransigência palestina em termos táticos e estratégicos. Haveria na região um Estado de Israel e um Estado da Palestina, tal como, aliás, sempre preconizou a ONU, ambos reciprocamente reconhecidos, assim como por toda a comunidade internacional. Detalhes como a partição de Jerusalém e o retorno dos refugiados palestinos seriam costurados pacientemente durante a administração Clinton na Casa Branca. Durante este tempo de negociações, necessariamente lento mas progressivo, Israel, como um Estado já organizado e desenvolvido, com farto apoio dos Estados Unidos, deveria conter os seus radicais, muitos, mas nem todos, religiosos. Arafat, à frente dos palestinos, teria, além desta difícil missão,

de conter radicais que não aceitam o Estado de Israel, a de moldar uma autoridade interna como preâmbulo para a criação do Estado Palestino.

Esta é a racionalidade do conflito no Oriente Médio, que é também a mesma da construção da paz na região, a qual não deveria, jamais, se ter rompido, independentemente de quaisquer considerações.

Mas o que ocorreu?

Incapaz de sustentar uma ordem interna estável favorável a esta *rationale*, inevitavelmente permeada de contratemplos e inevitáveis recalcitrantes, Israel projetou como seu líder um facínora radical de extrema direita, um Le Pen judeu, o General Sharon, pouco interessado em conjecturas racionais tendo, ele próprio, com sua presença insinuante em lugares sagrados para os muçulmanos, que bem poderia ter sido evitada pela autoridade israelense, dado início à revolta popular palestina – *intifada* -que ainda se estende até os dias de hoje. Estimulado e acobertando-se sob a retórica anti-terror dos Estados Unidos , posterior aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, Sharon desata a sua fúria assassina sobre os palestinos e sobre Arafat em particular, esquecendo-se de que o terror de Estado é sempre pior do que o terror individual, pois que se reveste de uma máquina muito mais mortífera. Prova-o o fato de que o número de vítimas civis palestinas, nesta fase do conflito, que já dura mais de um ano, ser um múltiplo das vítimas israelenses . O terror de Estado , ademais, sempre acompanhado de uma retórica de intolerância , é um crime contra a humanidade, de caráter universal, pautado pelo recém criado Tribunal Internacional em Roma sob os auspícios da ONU, com a homologação de mais de 150 países. Isto porque o Estado ,em si mesmo, é percebido como uma elevação ética da civilização marcado pelo senso de justiça nas suas ações , sobre o qual recaem expectativas universais, substancialmente distinto de um bando organizado.

A crise no Oriente Médio , portanto, é uma crise de natureza fundamentalmente política secular na qual pululam, evidentemente, componentes milenaristas religiosos. Mas é um erro tratá-la como de caráter religioso. E supor que a barbárie hoje cotidiana sempre existiu. Ela tem data: a forma da criação de Israel. Tem seu agravante na ocupação militar de terras árabes por este Estado, que engendrou os campos de refugiados palestinos. E tem seu horror atual nas mãos do General Sharon.

Ainda assim . era uma crise que caminhava para a negociação quando se alterou o quadro político interno de Israel, amparado por cenário internacional francamente favorável à adoção de formas de luta violenta contra o terror. Terror, aliás, condenado pelos árabes no mundo inteiro e por Arafat. Mas se nem um Estado como Israel consegue impedir o ato alucinado de um radical que matou Isaac Rabin, como se exigir de uma autoridade em organização, com poucos recursos técnicos e institucionais , como a Autoridade Palestina, que consiga eliminar de seu território empobrecido, com fronteiras vazadas e descontínuas, as raízes do fanatismo radical. A diferença é que Arafat, ainda assim, condena os atos violentos de seus compatriotas e o faz alto e bom tom enquanto o facínora Sharon a pratica à frente de um Estado militarizado até os dentes, sem qualquer cerimônia.

A verdade é que os palestinos , desde 1993, reconhecem ,na prática, os supostos erros do passado e sentam-se à mesa de negociações para discutir a paz reconhecendo o direito, pelo fato consumado, da existência de Israel. Anseiam pela construção de sua autodeterminação e por um caminho de paz e prosperidade para seus filhos. Mas exigem , hoje, que os israelense, pela força das evidências da truculência genocida de Sharon o entreguem para um julgamento justo pelo Tribunal Internacional dos Crimes contra a Humanidade, tal como os iugoslavos fizeram com seu Ex-Presidente Milosevic, hoje preso . E esta não é , hoje, uma exigência apenas do povo palestino, mas de todos os homens de boa vontade e um mínimo de bom senso neste vasto mundo de Deus . Isso posto, a paz poderá ter ainda uma esperança na região.

Paulo Timm –

Enviado para publicação no site [emtemporeal@com.br](mailto:emtemporeal@com.br) em maio de 2002

## 7.OS SINAIS DA FRANÇA

Mais uma advertência dos tempos: Surpreendentemente, a direita ganha as eleições na França, com Jacques Chirac, 69, perfazendo 19% seguido pelo ultradireitista Le Pen, 74, cujos próprios eleitores não o vêm com a “estatura” para a Presidência, tudo indicando que o primeiro será, pois, o Presidente eleito no segundo turno, a realizar-se no próximo dia 05 de maio. Os socialistas, com o Primeiro Ministro Lionel Jospin, há cinco anos no poder, foram fragorosamente derrotados. Estes resultados não vinham sendo percebidos pelas pesquisas. Mas se confirmam na urna. Certamente porque muitos dos que opinaram nas pesquisas não saíram de casa para votar. O absentismo parece ter chegado a um dos seus mais altos níveis na França: Cerca de 30%. Confirmase, também, a idéia de que uma Oposição forte, carismática, incisiva, quando insiste em suas propostas, cresce e aparece nas modernas democracias representativas. Ninguém acreditava em Le Pen há alguns anos. Mas chegou de 15% em 1995 e agora foi a surpresa.

O que houve com a esquerda?

Não há uma resposta simplista a esta indagação, mas não é impossível descobrir algumas razões.

Primeiro, a esquerda está em crise de identidade no mundo inteiro. Tendo sido a herdeira do progressismo secularizada Revolução Francesa, a esquerda dividiu-se, depois da Revolução Russa: uma fração menor atrelou-se ao princípio do “internacionalismo proletário”, que significava a criação de partidos comunistas em cada país atrelados ao credo da vanguarda leninista do assalto ao poder e da defesa intransigente do internacionalismo proletário, que não era senão uma subordinação sumária aos interesses da União Soviética; outra, dita “renegada”, docilizou-se em nome das democracias representativas pluralistas do mundo ocidental. Mas, mesmo dividida, a fração renegada alimentava-se tanto do mito da Revolução vitoriosa em alguns lugares como do balanço de poder que isto representava em escala global. Hoje um e outro desapareceram e nada alimenta a esquerda senão o corporativismo moribundo e alguns princípios morais humanitários na defesa do igualitarismo. E lhe sustenta, naturalmente, o aparato de organização política e representação já secular, algo similar ao que acontece aqui no Brasil com o PMDB, partido na luta contra o regime militar e teimosamente remanescente...

Outro problema é o do sistema mesmo de representação. A forma “Partido”, de organização para a luta política foi lentamente substituindo a articulação do cidadão livre com o processo eleitoral por um mecanismo de manipulação por elites burocráticas internas destes Partidos que já não têm qualquer ligação orgânica com a construção e reconstrução da cidadania. O próprio jogo político deixou também de ser um jogo de ideologias para se transformar num jogo de interesses coletivos agregados de forma heterogênea, todos eles integrantes orgânicos de sistema compacto onde os herejes são sumariamente despejados. Este processo viciou irremediavelmente as Casas Legislativas que deviam cumprir o papel de articular melhor e mais diretamente os representantes aos representados expressando-se como um desinteresse generalizado pela Política por parte do cidadão comum e corrente.

Mas estas são questões gerais que estão por trás da perda de fôça da esquerda como instrumento de mudança no mundo ocidental nos últimos anos.

No caso francês há, pelo menos, três considerações a fazer sobre a derrota de Jospin:

- 1- Segurança. A questão da insegurança na França tornou-se um elemento cotidiano na vida dos cidadãos e decisivo nestas eleições. Jospin insistiu no velho jargão da segurança econômica tendo literalmente subestimado a necessidade de uma política específica para elevar o nível de segurança pessoal. Com uma política tolerante face a migração, tornou-se uma presa fácil para o discurso agressivo de Le Pen que propõe simplesmente uma espécie de tolerância zero com o crime: expulsão dos migrantes ilegais e redução a zero de novas entradas no país, vez que são estes imigrantes a fração mais vulnerável da força de trabalho e, portanto, mais propensa à desagregação familiar e à cooptação pelo crime.
- 2- Unificação européia – A questão do Mercado Comum Europeu com unificação da sua moeda no ano passado transformou-se num ponto focal da sucessão presidencial. Abusando do velho sentimento nacional francês, embora com mais moderação do que nas eleições passadas, Le Pen

opôs-se simultaneamente a Chirac e Jospin cuja política frente a europeização é a mesma. Com isto Le Pen marcou posição como o candidato de Oposição ao sistema de Governo denominado “co-habitação”, forma compartilhada de poder entre o Presidente e o Primeiro-Ministro ambos eleitos e , eventualmente, como foi o caso nos últimos cinco anos , de tendências diferentes mas confluentes quanto às questões econômicas e à unificação da Europa.

- 3- Comunicação – Jospin não é um político carismático. Sempre se disse dele que seria melhor conselheiro, pela sua formação, equilíbrio, capacidade de trabalho e honestidade, do que como “condotiere”. Ficou provado. A capacidade de Jospin comunicar o que conseguiu fazer em termos de desenvolvimento da economia francesa e manutenção da segurança social foi insuficiente. O carisma do candidato, embora pouco aceito pelas tendencias seculares que dominam o bom senso na Política, está para uma eleição como o talento para o espetáculo, ou como a intuição no processo criativo. É o que tendemos a chamar , hoje, de “inspiração”. Os gregos, que tudo sabiam, mas mais sabiam do sistema democrático que inauguraram, tinham duas salvaguardas para êste problema, muitas vezes identificado com o populismo e com a demagogia: o “exílio” – forçado- , por algum tempo, e a instituição do sorteio (!) para a escolha dos representados. E nós...?

Paulo Timm, economista

Ex - Professor do Dep. Relações Internacionais da Unb

22 de abril de 2002

Publicado no site [www.emtemporeal.com.br](http://www.emtemporeal.com.br)

## 8. BRASÍLIA - MIAMI: UM INESPERADO HORIZONTE

Greta Garbro, quem diria, acabou no Irajá! E Brasília? Ora, quem diria, em Miami...

Niemeyer, profético, antecipou o feito: “Brasília é uma cidade fadada a se ligar ao resto do mundo pelos céus”. Isto está em algum lugar, estou certo que li mas, rigorosamente e sinceramente, não me lembro onde. Vá o feito, como diria Machado de Assis! E o crédito, daremos todos, fiéis devotos dos criadores, a eles próprios. Seria uma indignidade, senão sério risco de maldição, pretender passar-lhes a perna.

Eis Brasília ligando-se indiretamente a Miami numa iniciativa da TRANSBRASIL que surpreende a VASP e nos predispõe à escala internacional.

Antes de mais nada, este ponte reanima Brasília. Era quase inadmissível que a capital da oitava economia do mundo - agora unificado (ou seria a nona)? Ficasse isolada das rotas internacionais. É ainda inadmissível que não haja um vôo direto a Buenos Aires. Como justificar tamanha omissão. Rotas, escalas, e “tours”, tanto se definem pelo mercado, como por decisões políticas. Como se explica, por exemplo, Frankfurt? Dackar? Ou Atlanta? Ora por decisões que privilegiam certos pontos de articulação das rotas aéreas. Brasília tem - e terá - todas as condições para exercer papel, desde que, é claro, se comece a pensar a cidade além de sua vocação administrativa, e seu aeroporto, já o terceiro em movimento no país, além de mero ponto de desembarque.

Este é, porém, uma questão de tempo. E o tempo, como dizia o já citado Machado, é um “tecido invisível delicado” no qual se pode bordar tudo... até o nada. O nada sobre o invisível...

A presença de Brasília em Miami, porém transcende a TRANSBRASIL, a migração de nosso maior novelista - O Luiz Marzollillo -, hoje instalado num confortável condomínio (legal!...), com suas côrbeis e belas novelas, mulheres (sua esposa e três filhas...), às centenas de brasilienses vistos pelas lojas de “cowtown”.

Brasília é a capital do maior parceiro comercial da Flórida, estado ao qual pertence Miami e, nesta condição goza de inestimável reconhecimento.

Em boa nova o Governo do Distrito Federal apercebeu-se desta verdadeira vantagem e apressa-se em dela fixar as consequências. Em fevereiro o Governador Cristovam Buarque desembarcará em Miami para um programa de encontros como o Governador do CHILES, da Flórida, com empresários e com três universidades: Miami, Flórida, Atlanta e International Flórida.

Correrá na frente, nenhuma outra unidade da federação está tão apropriada e proclamada “globalização” criando instrumentabilidade apenas pelos “expertos” do Ministério da Fazenda.

E se encontrará com o reconhecimento americano, muito prático, de duas realidades irrecorríveis: os brasileiros se constituem no segundo maior contingente de turistas na região, ali deixando, segundo nosso Cônsul em Miami, Luiz Fernando Benedini, algo em torno de US\$ 6 bilhões anuais e o Brasil, como mercado importador, o maior ponto de destino das mercadorias que saem do ponto de Miami.

Estas exportações saltaram de US\$ 1.500.717.229,00 que 1992 para US\$ 4.168.503.205,00 em 1995. Esta, talvez, a razão da existência de uma Câmara de Comércio Brasileiro - Americana, já em seu 15º ano de existência, agora sob a presidência de um brasileiro, recém eleito, gerente do BANESPA em Miami, Ruil.

E qual um dos nossos principais produtos de exportação? Aviões! Justamente o item de navios pegos no ponto de deportação dos Estados Unidos, algo em torno de trinta bilhões de dólares. Claro que também mandamos sapatos, suco de laranja, café e gasolina. Mas decididamente, “we mean business”, isto é, estamos falando sério como o Tio Sam e Miami sabe disto.

Eles recebem 10% de nossas exportações para o grande parceiro do norte em lotes de 9 bilhões em 1995, são repassáveis por cerca de 40% de todo o volume de 11,4 bilhões que lá compramos.

Claro, fora os bagulhos de turistas. Vi um, ontem, trazendo uma TV 46 polegadas, uma verdadeira operação de carga no... No todo isto significa, nada mais nada menos, segundo os analistas, entre 50% a 60% do volume de vendas no Centro Comercial Miami. O suficiente para fazer com que o Miami Harold tenha uma página em português em com que o U.S Today dedique, de tempos em tempos, uma edição especial ao Brasil, afinal em cada 4 turistas são brasileiros e gastam em média US\$ 1.145,00 em sua estada na cidade. Michel Louis sempre enaltece este fato em seus artigos, discuto ainda que nada menos do que 32 empresas brasileira já operam em Miami.

Pude ver pessoalmente o esforço de um grupo de brasileiros vinculados ao Exatocio - OUT POST, do Programa SOFTEX 2000, criado pelo Ministério da Tecnologia para apurar a presença brasileira no mercado mundial de SOFTWARE. Ali se encontram “incumbadas” várias empresas brasileiras tateando o mercado americano. Nenhuma brasiliense, ainda, mas sintomaticamente, no mesmo dia em que lá estive, encontrei dois jovens empresários locais sondando o “Cuviroament”.

Coroando, este intenso grêmio a integração há um surpreendente esforço do Consulado Brasileiro na cidade. Outros sonolentos e apático, este Consulado, hoje, tem uma intensa palpitação na vida da cidade, tato a nível dos negócios como na promoção cultural. Hosana ao seu titular Luiz Fernando Benedini, sem frescuras, dá-se ao trabalho de receber os brasileiros que o procuram acompanhá-los e estimulá-los.

**9.LA PROPIEDAD FRENTE A LOS DESAFIOS DEL DESARROLLO SUSTENTABLE:  
LA TRASICIÓN HACIA LA INCERTIDUMBLE.**

Camacol, Miami, USA - 1996

*“El futuro no espera.” Mary Auder - escritora*

*“El futuro ya no es lo que era.” (Grafitis en en muro de B. Aires)*

*“La proximidad del futuro es hoy día tan grande que nigrún presente es democrático sin él.”*

*Boaventura de Souza Santos - Filósofo do Dierito*



Hece muy poco tiempo, justo dos décadas atrás, el hombre - occidental - se complacía por haber creado social e políticamente un juego “paraíso”. Estaba feliz, aunque agobiado por un conflicto de naturaleza ideológica que amenazaba destruir el mundo con el fantasma nuclear: comunismo X capitalismo. En cambio, un moderno sistema de producción, fundado en la concentración de esfuerzos en el interior de la empresa parecía desconocer límites tecnológicos apuntando para un nuevo reino de abundancia jamás visto en la historia de la humanidad; una sociedad competitiva y abierta de masas parecía haber eliminado tanto la probeza como la rigidez en este lamentable estado social; una democracia representativa creada por el voto secreto, directo y universal, sin excepciones de cualquier tipo, parecía haber consagrado en torno al concepto de ciudadanía todo un conjunto inimaginable de derechos anhelos promordiales de los filósofos que modelaron las bases de esta era bajo expectativas de la afirmación de la sobretanía de la realidad sobre sus sombras.

Si se puede decir algo muy simples acerca del mundo moderno, sería: él es...

Ahí estaba, concreto y maleable, veloz, como un producto de la realización eminentemente humana.

Nosotros, los brasileños tomamos Brasília, la nueva capital del país construida por el ex-presidente Juscelino Kubitschek en apenas tres años y medio, entre mediados de 1956 y principios de los 60 como la expresión de este tiempo que ya se va por las espaldas. Se trata de una ciudad, en primer lugar, erigida por una determinación y no por un imperativo. A seguir, erigida, como decia el ingeniero norteamericano Dolnaldo Belcher, contratado en 1954 para hacer los estudios aerofotogramétricos que deffinirían el preciso sitio de la obra, en una superficie de 5.000 km<sup>2</sup> ya seleccionado en el Planalto Central de Brasil como más apropiado, para ser sede de la nueva capital: “Brasília es al primeira ciudad del mundo contruida por los criterios de la ciencia”. Una vez más modernidad... Pro último, todo de pujante arquitectura bajo la responsabilidad de Oscar Niemeyer, hou considerada “Patrimonio Cultural de La Homanidad”, una expresión de levez y libertad de espacios tam propios de los caminos abiertos por las realizaciones de nuestra era.

La verdad es que nunca se há visto tanta riqueza como en el siglo XX y junto com ella, tanta movilidad social, tantas libertades públicas y privadas, tantas explosión cultural, donde el cine cumple un destacado papel, incluso por su capacidad de diseminar nuevos valores.

En consecuencia, la población del planeta se multiplicó cinco veces en cein años , llegando a casi seis billones de almas, gracias a los progresos en la agricultura, a lso avances en la salud pública y a losprocedimientos coducentes a la consolidación de la ciudadanía 6 la democracia en todas partes del mundo. Una nueva aldea golbal, señaló M. Mcluchan, en la década de los 60, se había implantado, gracias al avances en los transportes y comunicaciones. Hoy esto es ensofismable. Somos todos vecinos.

Todo funcionaba.

Pero había el riesgo de la grerra fria com su amaneza nuclerar haciendo peligrar toda esta fantástica realización humana acreditada al orden social competitivo de las fuerzas de mercado.

De reprente, sin que nadie se hubiera dado cuenta, el mundo comienza a girar. La guerra fría se acaba más rápido y a un ritmo que el nás fuerte opositor al régimen comunista jamás podría imaginar. Algunos se apresuran a decir que se acabó la historia y que las ideologías ya no existem más. El imperio soviético se hunde y, com él, muchas de sus ilusiones. La China sobrevive y prospera, pero bajo nuevos principios - “de mercado” - , Europa se unifica. Los tigres asiáticos despuntam en la Asia, parando

gracias a sus éxitos económicos lo que la Guerra de Vietnam no lograra: estancar la revolución en aquel agitado continente.

Pero, en lugar de tranquilidad, este proceso trajo al mundo un nuevo marco de inestabilidad, preocupación y miedo. Se descubre que el mundo va mal y ya no se cree fácilmente que habrá una salida natural e inevitable dictada por los criterios de la razón y la sensibilidad humanas.

Todo se puede reducir a que exageremos en los ritmos y patrones de crecimiento económico sin asomarnos a sus axiomas básicos. Un filósofo así lo define.

“Quatro axiomas fundamentais da modernidade estão, em meu entender, na base dos problemas com que nos confrontamos. O primeiro, deriva da hegemonia que a racionalidade científica veio a assumir e consiste na transformação dos problemas éticos e políticos em problemas técnicos. Sempre que tal transformação não é possível, uma solução intermediária é buscada: a transformação dos problemas éticos e políticos em problemas jurídicos. O segundo axioma é o da legitimidade da propriedade privada independentemente da legitimidade do uso da propriedade. Este axioma gera ou promove uma postura psicológica e ética - o individualismo possessivo - que, articulada com a cultura consumista, induz o desvio das energias sociais da interação com pessoas humanas para a interação com objetos porque mais facilmente apropriáveis que as pessoas humanas. O terceiro axioma é o axioma da soberania dos Estados e da obrigação política vertical dos cidadãos perante o Estado. Por via deste axioma, tanto a segurança internacional, como a segurança nacional, adquirem, respectivamente. O quarto e último axioma é a crença no progresso econômico, pela ampliação das relações e pelo desenvolvimento tecnológico”. (1)

podríamos hablar “ad eternitatem” acerca de la falencia de estos axiomas. Pero nos basta señalar que el paradigma de la modernidad con sus elementos estructurantes en la racionalidad científica, la consagración de la propiedad, de la construcción de la “ciudadanía” y la producción a cualquier precio está en crisis. La UNESCO recomienda que la práctica de las ciencias se haga de acuerdo al reconocimiento temporal que de sí mismo y del mundo se hacen los respectivos pueblos, trayendo a la discusión de las Naciones Unidas una actualización de la Carta de Los Derechos Humanos que es la llamada “Carta de la Tolerancia”, donde reitera que este es el nuevo nombre de la paz. Sentir es más importante a hora que pensar. “a incredibilidad de las alternativas es el reverso de la intolerancia de la voluntad. Escribiendo en el final del siglo XVIII, Scheler teme que el ídolo de la utilidad venga a matar a la voluntad de realización personal y colectiva. Por eso afirma en el párrafo 3 de la Carta 8. “La razón realizó todo lo que puede realizar al descubrir y al presentar la ley. A su ejecución presupone una voluntad resuelta y al ardor del sentimiento. Para la verdad vencer a las fuerzas que confluyen con ella, tiene ella propia de tornarse una fuerza (...) pues los instintos son la única fuerza motivadora en el mundo sensible”. E concluye en el párrafo 7 de la misma carta: “el desarrollo de la capacidad del hombre para sentir es, por tanto, la necesidad más urgente de nuestra época”. (2)

la cuestión de la propiedad deja de ser un postulado del credo político, en donde se sujeta a los imperativos del orden intergeneracional que la condicionan al uso que de ella se hace, para dislocarse al estatuto ético de la construcción de la subjetividad.

“La diferencia aquí, es que sabemos hoy día mejor lo que no queremos que lo queremos”, dice Boaventura. En verdad y sobre todo en América Latina, en donde tarda en verificarse un efectivo proceso de consolidación democrática, es todavía muy difícil proponerse un discusión acerca de los límites burocráticos y estabilizantes de un concepto como ciudadanía.

Puede ser una colocación muy radical, pero debemos comprender mejor lo que está en la base de nuevos agentes y movimientos sociales en todo el mundo y que suplantam na idea tradicional que opone el trabajo al capital en una globalización del conflicto social que ne nada se asemeja a la infinidad de cuestiones cotidianas del mundo contemporáneo, todas o casi todas volcadas a la manigestación de la identidad específica, antropológa, de sus actores.

Pongámosle la cuestión de la soberanía coercitiva de Iso Estados basadas en la ideia del contrato com sus miembros. Tampoco es suficiente para garantizar el “derecho a ser feliz”, tal como lo exige la Constitución americana, pues este es un estado de espíritu derivado más bien de un conjunto de relaciones trazadas en el circuito horizontal de la sociedade, tal como la comunidad, la familia, e grupo sexual, ético y la misma individualidad intrasubjetiva. Por último, qué decir de la creencia en el progreso ilimitado?

El suponia una oferta ilimitada de recursos naturales. No vamos aquí a insistir en los indicadores de este gran equívoco: el “efecto estufa”, la ampliación del “hoyo de ozonio” en la atmósfera, el agotamiento de las reservas de agua potable. La de edifcacia dos Estados nacionais se manifestar antes de mais na incapacidade destes para construirem instituições internacionais que colmatem e compensem essa perda de eficácia”. (3)

claro que la descomposición de los cuatro axiomas básicos del proceso de modernización es particularmente aguda ne el espacio-tiempo. De ahí que las cuestiones del incremento de la población. La globalización selectiva de la economía y la degradación ambiental son particularmente dilemáticas en varios niveles. Analizarlos en sus emplios y variados enfoques, a la luz de un nuevo paradigma, he ahi el gran desafío de nuestro tiempo. Como una esfinge, la crisis actual se erige en el umbral del tercer milenio, que, o bien será una continuación del Renacimiento y del Humanismo, como creaciones profundamente humanas, o la oscuridade de la propia especie, víctima de us incapacidade de generar un compromisso de solidaridad, tanto horizontal consigo misma en su tiempo, como vertical, com el tiempo de las generaciones venidas. En este caso la propieda adquiere un caracter no absoluto pero cada vez más social, tal y la Constitución Brasileña lo - Señado com sua articulo. 5°.

(1), (2), (3) - Boaventura de Souza Santos “Pela mão de Alice”(Cortes Editora - São Paulo - Brasil - Pgs. 332 - 321 -300

## OUTRAS QUESTÕES

- 1.Veículo:Bicicleta
- 2.Liberdade e Igualdade no Trânsito
- 3.Marketing Cultural de A a Z
- 4.Musica

## **1.A QUESTÃO DA BICICLETA NO CODIGO NACIONAL DE TRÂNSITO**

Veículo: Bicicleta  
Representação Procuradora da . União  
- Representação Proc. DF  
Projeto de Lei Dep. Jurandil Juarez  
Oficio Pres. Da ABRACICLO

Veiculo: Bicicleta

Paulo Timm

Diretor do Centro Latino de Altos Estudos - CLAE

Poucos talvez saibam, mas segundo o Código Brasileiro de Trânsito, bicicleta é um veículo classificado como “de passageiro”, de propulsão humana, e como tal, veículo sujeito a todas as normas do referido Código.

Verdade que este instrumento não lhe dedica grande atenção, além da definição básica, presente no Art. 96, complementada no Anexo I. Nada mais do que três artigos:

*Art. 58 – Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido da circulação regulamentado para a via, com preferência sobre veículos automotores.*

*Parágrafo Único: A autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá autorizar a circulação de bicicletas no sentido contrário ao fluxo dos veículos automotores, desde que dotado o trecho com ciclofaixa.*

*Art. 59 – Desde que autorizado e devidamente sinalizado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, será permitida a circulação de bicicletas nos passeios.*

*Art. 255 – Conduzir bicicleta em passeios onde não seja permitida a circulação desta, ou de forma agressiva, em desacordo com o disposto no parágrafo único do art. 59:*

*Infracão: média*

***Penalidade: multa***

***Medida administrativa: remoção da bicicleta, mediante recibo para o pagamento da multa.***

Muito pouco, portanto, em se tratando de um veículo que se multiplica aos milhões e que acaba concorrendo ora com veículos nas pistas de rolamento, ora com pedestres nas calçadas e passeios; que tem vários tamanhos, e pode ser conduzido tanto por crianças como por um adulto, no caso em que assume, efetivamente, seu caráter de veículo. Enfim, que está em toda parte, em todo o trânsito... Deveria ter recebido maior atenção do legislador...

Mas deve-se ter em conta que todos os capítulos do Código referem-se, embora indiretamente, as bicicletas.

Desde o capítulo I, que trata de disposições preliminares sobre o trânsito, descobre-se que as autoridades do Sistema Nacional de Trânsito são responsáveis pela organização desta complexa rede de pessoas, veículos e vias, com prioridade a defesa da vida, respondendo por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do “trânsito seguro.” Ora, isto significa que as autoridades devem estar atentas a questão da circulação de bicicletas, capacitando-se para o tratamento adequado da matéria.

O Capítulo II, que trata do Sistema de Trânsito e define competências para o efetivo cumprimento do Código de Trânsito abunda em indicações que deveriam estar sendo tratadas no tocante a bicicletas, tanto por autoridades federais como locais. Dou exemplos: Como o condutor de uma bicicleta, muitas vezes menor de idade, tem ciência de que está sujeito às normas do Código? Existem requisitos para o exercício desta condução, ou basta o equilíbrio sobre duas rodas? Em caso de acidente, a responsabilidade do proprietário do “veículo” e solidária a do condutor? Onde estão as estatísticas sobre acidentes com bicicletas? O Capítulo, como disse, sugere, mas não especifica a bicicleta, o que acaba relegando-a a omissão das autoridades quanto ao seu adequado tratamento, que era exatamente o que o capítulo desejava evitar.

Vejamos o Capítulo III: ele trata das Normas Gerais de Circulação e Conduta nas vias terrestres, as quais se acham rigorosamente definidas com sua respectiva velocidade máxima, desde a via de trânsito rápido até a via local, onde esta se situa em 30 Km por hora. Nesta parte do Código e que aparece a bicicleta como veículo - embora se tenha esquecido de que elas circulam em vias específicas ou quase sempre sobre calçadas e passeios - se deveria ter fixado um máximo de 20 Km por hora.

O Capítulo IV é dedicado aos pedestres, e aqui se descobre que ciclista, desmontado, carregando a bicicleta, também é pedestre. Grande achado! Pouca consistência. E um cavaleiro, desmontado, o que é? Nenhuma pista...

Mais adiante, Capítulo V. e a vez “Do Cidadão”. Afirma que “todo o cidadão tem o direito de solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, sinalização, fiscalização e implantação de equipamento de segurança, bem como sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes a este Código.” Portanto:

*Eu, Paulo Cezar Timm, brasileiro, portador etc... etc... etc...*

Venho por meio deste solicitar (por escrito), na forma do Art. 72 do Código de Trânsito Brasileiro que o CONTRAN e respectivos DETRANS estaduais deem mais atenção à circulação de bicicletas, exigindo dos vendedores deste veículo a distribuição gratuita, determinada no Art. 338 do Código aos fabricantes e importadores de carros, a distribuição do mesmo aos compradores afim de que saibam que, doravante, lhe estão sujeitos. Roga, também, que se faça uma conceituação da bicicleta como veículo, sujeita ao Código de Trânsito, das bicicletas infantis de pura recreação.

E, vejam Senhores: Os órgãos do Sistema, pelo artigo 73 deste Capítulo tem o “dever de analisar as solicitações e responder, por escrito, dentro de prazos mínimos, sobre a possibilidade ou não de atendimento(...)”

O Capítulo VI é importantíssimo: Trata da Educação para o Trânsito e obriga as autoridades do Sistema de Trânsito a trabalharem arduamente para informar, conscientizar e mudar o comportamento da população sobre as questões do Trânsito. Lamentavelmente não lembra que todo esse trabalho deveria ser articulado com os esforços para a criação de cadeiras de Meio Ambiente nos ciclos básico e secundário, eis que o trânsito 'é o próprio meio da gente', mormente nas cidades. É exagero, excesso de zelo, transformar todos os temas contemporâneos em disciplinas específicas em prejuízo das disciplinas ditas de formação. É ridículo pensar que *trânsito* tem estatuto de disciplina... De qualquer forma, fica o registro: As autoridades devem, em suas campanhas, lembrar que bicicleta também é veículo no Código de Trânsito.

Os Capítulos VII e VIII tratam da Sinalização e Engenharia de Operação de Trânsito e pouco se interessam pela questão dos veículos e seus condutores. Já o capítulo a seguir que tratados *dos veículos* merece atenção maior, pois é onde está classificada a bicicleta como veículo, impondo-se pelo menos uma diferenciação quanto ao que, no meu tempo, chamava-se de *aro*. Como justificar uma bicicleta infantil como veículo? Mas ao mesmo tempo não se pode justificar a omissão das autoridades públicas diante da concorrência de bicicletas com pedestres em calçadas e logradouros, com riscos de graves danos físicos e até de vida, pela ausência desta distinção. E há, também, o desafio do registro e licenciamento das bicicletas como veículos tratados no Capítulo XI, Artigo 129, da forma abaixo;

“ *Art. 129. O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana, dos ciclomotores e dos veículos de tração animal obedecerão a regulamentação estabelecida em legislação municipal de domicílio ou residência de seus proprietários*”.

A partir daí, as únicas partes dignas de menção nesta breve reflexão sobre as bicicletas como veículos à luz do Código Brasileiro de Trânsito, dizem respeito às penalidades e crimes de trânsito. Vale a pena mencioná-las, pois os condutores de bicicletas à luz da omissão das autoridades de policiamento do trânsito, se creem a salvo das mesmas. O Art. 257 é bem claro:

“*Art. 257. Parágrafo Terceiro: Ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo*”.

Portanto, como o Código não restringe as infrações e crimes aos veículos automotores mas a todos os veículos capitulados no Código, fica evidente que o condutor de bicicletas podem ser multados e indiciados penalmente com base neste Código. Vale a pena registrar dois artigos que são costumeiramente abalroados pelos ciclistas irresponsáveis:

*Art. 170 - Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos;*  
*Infração: gravíssima*  
*Penalidade- Multa e suspensão do direito de dirigir*  
*Medida administrativa – retenção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.”*



*Art. 174 – Promover na via publica, competicao esportiva, eventos organizados e demonstracao de pericia em manobra de veiculo, ou deles participar, como condutor, sem permissao da autoridade de transito com circunscricao sobre a via;*

*Infracao: gravissima*

*Penalidade – multa (cinco vezes) , suspensao do direito de dirigir e apreensao do veiculo. Medida Administrativa – recolhimento do documento de habilitacao e remocao do veiculo.*

*Art. 187. Transitar em locais e horarios não permitidos pela regulamentacao estabelecida pela autoridade competente:*

*I – Para todos os tipos de veiculos*

*Infracao: media*

*Penalidade: Multa*

*Art. 255. Conduzir bicicleta em passeios onde não seja permitida a circulacao desta, ou de forma agressiva, em desacordo com o disposto no Paragrafo Unico do Art.59:*

*Infracao: media*

*Penalidade: multa*

*Medida Administrativa: remocao da bicicleta, mediante recibo para o pagamento de multa*

*Art. 311 . Trafegar em velocidade incompativel com a seguranca nas proximidades de escolas, hospitais, estacoes de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentacao ou concentracao de pessoas, gerando perigo de dano:*

*Penas – detencao, de seis meses a um ano , ou multa*

Ve-se pois, que bicicleta pode ser um belo presente as criancas; um brinquedo educativo para a cidadania, onde sua primeira aula consiste exatamente na vivencia da interacao ambiental. Quem sabe a primeira aula de transito não comece exatamente ai, fazendo as criancas apreenderem a respeitar os caminhos, a seguranca, e a integridade de todos ali envolvidos? E se já estiverem na pre-escola ou na escola podem aprender que sua bicicleta, a partir de um certo tamanho, e tambem um veiculo, condenado a conviver em vias, passeios e logradouros com outros veiculos mais perigosos e com pessoas indefesas, frente a um bolido cuja massa multiplicada pelo quadrado de sua velocidade da uma ideia da energia que engendra no impacto. Quem sabe, logo a seguir, os orgaos de transito locais poderiam ir as escolas desimbir-se de suas funcoes educativas previstas no Codigo de Transito, mostrando que as vias por onde muitos dos meninos e meninas já trafegam são parte de um intrincado sistema de interacao ambiental, onde todos teem direitos e deveres, eles inclusive. Talvez, se tudo comecasse pela bicicleta, teriamos não apenas ciclistas mais atentos e responsaveis, mas, futuramente, condutores de veiculos automotores mais conscientes neste guerra infernal que hoje já fez vitimas, inclusive por acidentes com bicicletas, em todas as familias brasileiras

Excelentissima Senhora

*Doutora Yedda Lourdes Pereira*

DD. Coordenadora da Camara de Coordenacao e Revisao da Procuradoria Geral da Republica

Quadra 603 /604 L2 Sul – Lote 23

Fax – 61.3135392

C/Copia para o Diretor do DENATRAN /DETRAN-DF , Comte.PMDF e Administrador do Parque da Cidade

Senhora Coordenadora,

PAULO CEZAR TIMM, brasileiro, servidor publico federal aposentado, residente a AOS 6/6 bloco A apto. 107, em Brasilia , Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade numero 335.951 do Distrito Federal, CGC 058 806 610-91, vem por meio deste , na forma da Lei, expor o que segue:

1 -O Codigo Brasileiro de Transito , instituido pela Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997, em seu arti 72, friza:

*“Art. 72 – Todo o cidadao ou entidade civil tem o direito de solicitar, por escrito, aos ‘orgaos ou entidades do Sistema Nacional de Transito, sinalizacao, fiscalizacao e implantacao de equipamentos de seguranca, bem como sugerir alteracoes em normas, legislacao e outros assuntos pertinentes a este Codigo.”*

2 – De outra parte, determina, em seu Art. 80 a colocacao imperativa de sinalizacao colocada em posicao e condicoes que a tornem perfeitamente visivel e legivel durante o dia e a noite de forma a que seja assegurada a conveniente seguranca de pedestres e condutores, bem como o fluxo do trafego. Todo um sistema de educacao para o transito e concebido e instituido no capitulo VI do referido Codigo, dos artigos 74 a 79, de forma a criar uma consciencia sobre as questoes do transito ao qual oportunamente se acrescentou , no Artigo 338 a obrigatoriedade de *“montadoras, encarracorradoras, os importadores e fabricantes, ao comerciarem veiculos automotores (...) a fornecer, no ato da comercializacao do respectivo veiculo, manual contendo normas de circulacao, infracoes, penalidades, direcao defensiva, primeiros socorros e Anexos do Codigo de Transito Brasileiro.*

3 – Ora, nada disto vem ocorrendo.A informacao sobre as determinacoes do Codigo de Transito, a educacao da cidadania para o seu adequado cumprimento e a acao do Sistema Nacional de Transito para a criacao de uma nova realidade no transito continuam letra morta da Lei. Por que não exigir imediatamente o cumprimento, pelo menos, da obrigatoriedade na distribuicao do Codigo Brasileiro de Transito pelas montadoras , importadores e revendedores. Mais ainda, por que não ampliar esta exigencia, atraves de Resolucao do CONTRAN ;aos fabricantes de

bicicletas, que apesar de não serem automotores, são capituladas no referido código, em seu Art. 96, como “veículo”, assim definido no Anexo I deste Código:

“Bicicleta – veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas. Não sendo, para efeito deste Código, similar a motocicleta e ciclomotor.”

4 – Detenho-me na questão, aparentemente pouco considerada no Código, das bicicletas, eis que são nomeadas apenas nos Artigos 58, 59 e 255 levando tanto autoridades como condutores destes veículos e a própria cidadania a praticamente desconhecem a importância do assunto. Não obstante, a frequência de acidentes provocados por bicicletas, cujos números ainda são desconhecidos, ser certamente elevada.

5 – Em Brasília, DF, inexistem qualquer informação do Poder Público sobre o tráfego de bicicletas, embora esta lhe seja uma obrigação. Condutores trafegam nas calçadas, passeios e logradouros públicos desconhecendo que o Código em seu Art. 68 confere aos pedestres não apenas prioridade, mas exclusividade no uso destes espaços, salvo nos casos expressamente em contrário devidamente autorizado e sinalizado (Art 59) pela autoridade competente. Ciclistas desconhecem também, por omissão do Poder Público em informá-los, conscientizá-los e até puni-los educativamente, que, em consequência de serem condutores de um veículo, estão sujeitos a toda a regulamentação do Código Nacional de Trânsito, inclusive quanto a proibição de tráfego em lugares congestionados de pedestres ou quanto as velocidades máximas permitidas. O Código qualifica o trânsito de veículos em calçadas, em seu Art. 193, como infração gravíssima e capitula mais adiante, no Art. 311, como crime sujeito a detenção de seis meses a um ano o trafegar em velocidade incompatível com a segurança em (...) logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas. Chega-se ao paradoxo de se ter, em Brasília, um sistema eletrônico que vigia a velocidade máxima de veículos que trafegam em rodovias e vias urbanas, até 80 km/h, quando junto a calçadas, passeios e logradouros ciclistas irresponsáveis concorrem com pedestres, muitas vezes escolares, idosos e deficientes a velocidades impressionantes. Ora, o Art. 61 é claro quanto a esta questão da velocidade que não tem porque não ser seguida por ciclistas, sugerindo, que quando em calçadas, logradouros e passeios públicos jamais seja superior a que e assim estabelecida para vias urbanas:

*“Art.61- A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecendo suas características técnicas e condições de trânsito.*

*Parágrafo primeiro Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima, será de:*

I – nas vias urbanas

- a) oitenta quilômetros por hora, vias de trânsito rápido
- b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;
- c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras;
- d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais. (...)”

5 – Ao não constar um limite de velocidade máximo em calçadas, logradouros e passeios públicos deduz-se, como se disse, que jamais poderiam bicicletas circular em concorrência com pedestres nestes lugares a uma velocidade máxima de 20 quilômetros por hora, a qual seria, exatamente, a velocidade de recreação perfeitamente tolerável e com baixos riscos.

- 6 – Mais uma vez detenho-me na minha cidade, Brasília, e particularmente em um de seus lugares mais aprazíveis que é o Parque da Cidade, o qual frequento, não sem preocupação com os ciclistas irresponsáveis. Ali, nos fins de semana milhares de pessoas revezam-se em suas pistas, caminhando, correndo, patinando, recreando-se. Há ali corredores pintados para ciclistas e até informações de que devem ater-se aos corredores. Mas os ciclistas desconhecem que são condutores de veículos, exageram a velocidade e desdenham dos pedestres. Diante de qualquer obstrução de seu corredor deslocam-se, pois não há qualquer obstáculo material, para a área dos pedestres. E não raro veem-se disputas e “pegas” de ciclistas. Isto tudo diante do olhar conivente ou, pelo menos complacente, das autoridades vigilantes do Parque, as vezes, como já testemunhei e reclamei, policiais fardados da Polícia Militar que simplesmente não sabem como agir diante destes casos.
- 6- Esta concorrência de ciclistas irresponsáveis no Parque da Cidade com os pedestres não pode continuar. Ela está carente de informação, regulamentação, sinalização e vigilância. Se isto não vier a ocorrer imediatamente vamos assistir dentro de muito pouco tempo uma tragédia no parque provocada por bicicletas. É imperativa a ação do Poder Público, através de suas várias instâncias para que, até de forma educativa e informativa, este processo seja controlado. O Governo do Distrito Federal, através do DETRAN e Polícia Militar, deve informar aos condutores de bicicletas sua subordinação ao Código Brasileiro de Trânsito, coibindo através inclusive da cobrança de multas, aí devidamente estipuladas, os excessos cometidos na concorrência das calçadas, passeios e logradouros com pedestres, capacitando seus agentes de trânsito para lidar com esta importante matéria na defesa da vida, como assim o exige o Código:

*“Art.1 –Parágrafo 5 – Os ‘órgãos e entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações a defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio ambiente.”*

*Isso posto, REQUER:*

1. Investigação dos fatos aqui relatados no tocante a omissão do Poder Público Federal na exigência da distribuição do Código Nacional de Trânsito pelos comerciantes de veículos bem como a omissão do Governo do Distrito Federal quanto a informação, educação, regulação, sinalização da questão das bicicletas em calçadas, passeios e logradouros, particularmente no Parque da Cidade – e concomitante ação desta Procuradoria Geral da República, através desta Coordenadoria, sobre tais fatos de forma a responsabilizar, tanto o Governo Federal como o Governo do Distrito Federal, por eventuais

DANOS CAUSADOS AOS CIDADÃOS EM VIRTUDE DE AÇÃO, OMISSÃO OU ERRO NA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS QUE GARANTAM O EXERCÍCIO DO DIREITO DO TRÂNSITO SEGURO,

Conforme determina o Art. 1 da Lei 9.503 que institui o Código Brasileiro de Trânsito.

2. Representação contra o Administrador do Parque da Cidade, Sr. CASSIO POLI, como responsável pela circulação de pessoas e bicicletas nas suas pistas internas pela sua omissão no cumprimento dos dispositivos legais do Código Brasileiro de Trânsito que determinam autorização para circulação de bicicletas em passeios e logradouros, concomitante a sinalização e garantias ao efetivo cumprimento delas, através de programa educativo sobre normas de condução aos ciclistas e punição severa aos infratores, na defesa da integridade física e da vida de todos os usuários do Parque.

≡

Respeitosamente

PAULO CEZAR TIMM

Rep.Procuradoria DF

Brasília, 23 de outubro de 2000

Exmo. Sr.  
Procurador Geral do Distrito Federal  
Brasília - DF

Senhor Procurador,

De acordo com orientação recebida da Procuradoria Geral da Republica, a encaminho a sua consideração solicitação no sentido de que alguma providencia seja tomada pelo poder publico regulamentando a circulação de bicicletas em passeios publicos privativos de pedestres, um deles o Pzrque da Cidade, onde o arrojo e velocidade de condutores destes veiculos ameaçam permanentemente a integridade dos que ali se refugiam em busca de recreação e lazer. Pela documentação pode Vossa Excelencia confirmar que `bicicleta` é um veiculo, assim capitulado na Lei do Codigo Brasileiro de Transito e não um `brinquedo`. Determina, tambem, este Codigo, que vendedores de veiculos distribuam aos consumidores copia dos Anexos da referida Lei de forma a informar o futuro condutor das implicações de sua condução ao volante. Finalmente, existem multas a serem aplicadas aos condutores que não cumprirem a Lei. Lamentavelmente, nada disto vem ocorrendo,. O Poder Publico simplesmente ignora todo este processo.

Certo de que este Ministerio Publico sabera avaliar devidamente a materia, subscrevo-me.

Cordialmente.PD

PAULO CEZAR TIMM

PROJETO DE LEI nº .....

Determina a distribuição do Código de Trânsito pelos fabricantes de bicicletas

O Congresso Nacional DECRETA :

Art. 1º - Acresça-se ao Art. 338 da Lei nº 9503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito, o seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único: Os fabricantes de bicicletas distribuirão, obrigatoriamente, a todos os revendedores, para entrega aos consumidores finais, exemplar de caráter pedagógico do CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO, apropriado às idades até seis anos, de 6 a 12, de 12 a 16 e acima desta idade, no qual se identifique e ressalte a importância da bicicleta como veículo do referido diploma e de seu condutor como um agente ativo do sistema de trânsito, além de outras informações julgadas convenientes pelo DENATRAN, através de ato próprio regulamentador.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Deputado JURANDIL JUAREZ  
PMBD/AP

## JUSTIFICACÃO

A Lei que institui o Código de Trânsito qualificou a bicicleta como um veículo de tração humana e lhe dedicou alguns poucos artigos regulamentados. Também determinou a todos os fabricantes de veículos automotores a distribuição do referido Código em cada veículo de forma a melhor informar os condutores sobre seu conteúdo. Lamentavelmente, mesmo dispondo a bicicleta como veículo não criou o Código nenhum instrumento de informação a seus condutores sobre esta condição. Em consequência, proliferaram no país inteiro, acidentes provocados pela concorrência de bicicletas com pedestres em calçadas, logradouros e praças. A bicicleta é uma verdadeira introdução ao trânsito e, desde que usada convenientemente, poderia se transformar num instrumento pedagógico fundamental à mudança de comportamento dos condutores de veículos na chamada guerra do trânsito, que tanto fere e mata neste país. O Projeto em pauta trata precisamente de criar esta oportunidade. Distribuindo-se a cada criança, jovem ou mesmo adulto, um Manual de caráter pedagógico do Código de Trânsito, daríamos um grande passo rumo à mudança de comportamento, que é o único caminho capaz de mudar realmente a realidade do trânsito no Brasil. Além do mais, criado este mecanismo de informação sobre a bicicleta como veículo dar-se-ia aos seus condutores e autoridades públicas um elemento de orientação para seu adequado tratamento, evitando-se acidentes e até perdas de vida provocados pela irresponsabilidade de ciclistas que se crêem a salvo do Código de Trânsito e do Código Penal.

Ofício Nº...../ GAB 383

Brasília, 20 de maio de  
2000.



Prezado Presidente,

Tenho a satisfação de encaminhar a V.S<sup>a</sup>, cópia de meu Projeto de Lei determinando a distribuição de exemplar pedagógico do Código de Trânsito aos fabricantes de bicicletas.

Muito apreciaria seu apoio para transformar tal iniciativa num grande instrumento de formação de consciência sobre o trânsito, desde a tenra juventude.

Cordialmente,

Deputado JURANDIL JUAREZ  
PMDB/AP

Exmo.Sr.  
Dr. FERNANDO  
D.D. Presidente do DENATRAN  
NESTA

OFÍCIO Nº ...../GAB 383

Brasília, 20 de maio de  
2000.

Senhor Presidente,

*Envio-lhe, anexo, encarecendo sua opinião e sugestões exemplar de meu Projeto de Lei e distribuição do Código de Trânsito aos adquiridos de bicicletas. Estou seguro de que, temos aí uma grande oportunidade a mudança de comportamento brasileiro frente ao Trânsito.*

*Grato por sua atenção.*

Cordialmente,

Deputado JURANDIL JUAREZ  
PMDB/AP

Exmo.Sr.

*Dr.....*

D.D.Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Brinquedos

## 2.LIBERDADE X IGUALDADE NO TRÂNSITO

A liberdade, alguém já disse, é substantiva. Intrínseca à condição humana, enquanto a igualdade é adjetiva, um atributo a que outros se referem. Eu sempre posso dizer: “Eu sou livre” que todo mundo entende, o que não ocorre quando digo: “Eu sou igual”. Igual a quem, perguntam? Não obstante, a Civilização é o longo processo através do qual todos se igualam perante a Lei, que se pretende justa. Eu sou livre e quero exercer minha liberdade, mas não posso fazê-lo senão quando todos são livres e, portanto, juridicamente iguais.

Estas questões vêm à baila quando falamos de trânsito. No afã de liberdade os motoristas perseguem todos, e cada um, seus objetivos. Querem chegar rápido aos seus destinos, mas se esquecem muitas vezes, que a absolutização deste desejo é a afirmação da barbárie. Entre este desejo e o destino existem os cruzamentos do “outro”. Um “outro” que também tem desejos e destinos. E é nesta identificação do outro, distinto ou de original e desejante, que reside a lei e a Civilização.

Eu não serei jamais realmente livre senão conseguir entender o primado da lei na estruturação da vida em sociedade. Isto não desmerece a liberdade, apenas a situa em sua articulação com o conjunto da espécie humana, pois se ela é um requisito dessa espécie eminentemente social e política, como pensá-la como um atributo privilegiado de alguns? Descobre-se, assim, a origem da Lei como um mecanismo de defesa social dos menos privilegiados, porque privados de liberdade, de forma a generalizar este atributo. A Lei emerge, assim, como criação ética cuja mais elevada expressão é o Estado, pois “a justiça necessita de força para impor-se a força da justiça para legitimar-se”.

Nas relações de trânsito, o motorista encontra-se num jogo de forças. Há contendores mais fortes e mais fracos. É a guerra de todos contra todos no trânsito que mata no país 40.000 pessoas por ano, deixando ainda um rastro de vítimas não fatais. O DF precisa reinstaurar a leviatã para tocar as trombetas de um novo tempo de paz.

Isto foi feito com a campanha Paz no Trânsito, lançada pelo Correio Brasiliense, impulsionado pelo Governador Cristovam Buarque e apoiado por amplos setores da sociedade organizada. Mas é apenas o começo. Destinado a ter grandes resultados no curto prazo pelo império da coerção do estado com sua vigilância armada, mas carente de uma arquitetura institucional capaz de internalizar procedimento a longo prazo e não apenas resultados. Esta arquitetura é o diálogo das autoridades com a sociedade, a descoberta de equívocos, o aperfeiçoamento social da engenharia de trânsito. Como alguém já dizia, que “a guerra era um assunto importante demais para ficar só nas mãos dos generais”...

O trânsito também, talvez seja um tema a ser discutido pela sociedade. Os técnicos já fizeram muito em Brasília: derrubaram índices, mudaram tendências desastrosas, impuseram o primado da Lei que protege a sociedade e, em particular, os mais fracos na guerra do trânsito, os pedestres. Falta agora consolidar uma nova cultura de tolerância como nome da *paz urbana*. E aí a questão da legitimidade da lei que só o diálogo confere.

### **3.MARKETING CULTURAL : De A a Z**

Agente econômico de promoção da mudança social, do desenvolvimento e do enriquecimento humano.

"Boom" de emprego nos últimos anos superando a oferta de ocupações industriais.

Contempla a possibilidade de associar o nome das empresas às imagens positivas das produções culturais.

Diminui os níveis de criminalidade nos centros urbanos graças à incorporação de amplos segmentos socialmente marginalizados aos projetos de cultura popular.

Economia para a empresa ao vincular seu nome na mídia associada à produção cultural.

Fomenta a produção de valores simbólicos indispensável à afirmação da identidade local e nacional no processo de globalização.

Garante níveis mais elevados de produção no complexo da economia da cultura, cujo PIB está entre os cinco maiores na economia do mundo.

Homenageia o que há de mais valioso nas sociedades que é o talento e a inteligência de seu povo e de seus artistas, cujas expressões se immortalizam.

Incentiva a integração de amplas camadas mais pobres da população, cujo patrimônio maior é a própria identidade.

Junta, imperativo ético que é o mais avançado dos direitos humanos, com as exigências de mercado.

Lança um desafio às tradicionais estratégias de marketing, com ênfase no merchandising de marcas e produtos, sobrepondo a ênfase em imagens.

Muito resultado para uma decisão que não requer qualquer recurso adicional, apenas aplicação alternativa dos impostos devidos.

Não é uma panacéia, para resolver problemas tecnológicos de mercado e mão de obra para as empresas, mas um instrumento indispensável na estratégia de marketing para as que pensam a longo prazo.

"O meio é a mensagem e a cultura o meio": onde as empresas ganham um novo horizonte de articulação com o mercado, que passa pela sociedade.

Para as empresas de todos os tamanhos e até mesmo para as pessoas físicas sujeitas ao recolhimento de imposto de renda.

Queima etapas na estratégia de comunicação das empresas com vistas à consolidação da imagem de seu nome no mercado.

Retorno de recursos aplicados, quando aplicados em projetos selecionados com rigor de mercado.

Simple questão de bom senso na estratégia de comunicação das empresas.

Tendência mundial nas estratégias de comunicação e marketing das grandes empresas.

Um caso a pensar séria e profissionalmente, exigindo modernização das relações da empresa com a sociedade e não apenas com o mercado.

Vim ver e vi. Graças ao apoio cultural de empresas modernas e dinâmicas preocupadas com a consagração dos valores

O "Xis" da comunicação social moderna está no êxito em alcançar a alma popular, o que só o marketing cultural consegue fazer.

Zêbra? Não. Muitas empresas estão investindo em marketing cultural como um processo seguro de diversificação de suas receitas no longo prazo, e cujo resultado depende cada vez mais de sua própria capacidade de selecionar projetos e investir também em cultura.

Brasília, 10 de fevereiro de 2000.

#### 4.MUSICA

Harmonia, que encontrava na música sua maior expressão, para os gregos, era uma deusa que, por nascimento, – filha de Ares e Afrodite -evocava o amor. E como o amor é a virtude, por excelência, do homem, não é por acaso que a música lhe seja companheira. A tal ponto que se diz que a música é a única linguagem universal. Instaurada como fundamento do entendimento ela conduz a própria História à sua forma mais elaborada..Dizia o grande filósofo Nietsch, grande crítico do racionalismo ocidental na sua forma apolínea e pragmática, que a música excitava a percepção simbólica dionisíaca conferindo à imagem alegórica o seu alcance mais alto, capaz de recuperar na humanidade a força criadora e afirmativa de sua criatividade. Outro filósofo, Emmanuel Kant, notabilizou-se ao mostrar a importância desta criatividade na conquista de uma noção apropriada do bem. Música, amor e ética são, pois, todos, ingredientes fundamentais da condição humana na construção de um mundo melhor.



